



Ministério Público Federal
Procuradoria Geral da República
Corregedoria do MPF
Correções Ordinárias da CMPF
Biênio 2012/2013

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA
CATARINA E PROCURADORIAS MUNICIPAIS VINCULADAS

Brasília, novembro de 2012.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 2 MAPA DE APOIO LOGÍSTICO..... | 4 |
| 3 DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES..... | 4 |
| 3.1 COMPOSIÇÃO..... | 4 |
| 3.2 DIVISÃO DO TRABALHO - PR..... | 4 |
| 3.2.1 Sistemática de Distribuição..... | 4 |
| 3.3 DIVISÃO DO TRABALHO - PRM/A..... | 4 |
| 3.3.1 Sistemática de Distribuição..... | 5 |
| 3.4 DIVISÃO DO TRABALHO - PRM/B..... | 5 |
| 3.4.1 Sistemática de Distribuição..... | 5 |
| 4 DIAGNÓSTICO INDIVIDUALIZADO DOS GABINETES..... | 5 |
| 4.1 CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DOS RELATÓRIOS INDIVIDUAIS: PR/..... | 5 |
| 4.1.1 Dados preliminares..... | 5 |
| 4.1.2 Condições de trabalho..... | 6 |
| 4.1.3 Organização do gabinete..... | 7 |
| 4.1.4 Relacionamento externo..... | 9 |
| 4.1.5 Dificuldades enfrentadas no desempenho das atribuições..... | 9 |
| 4.1.6 Sugestões para melhoria dos serviços | 10 |
| 4.1.7 Feitos pendentes nos gabinetes..... | 10 |
| 4.2 CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DAS PRM..... | 11 |
| 4.2.1 Dados preliminares..... | 11 |
| 4.2.2 Condições de trabalho..... | 13 |
| 4.2.3 Organização do gabinete..... | 16 |
| 4.2.4 Relacionamento externo..... | 21 |
| 4.2.5 Dificuldades enfrentadas no desempenho das atribuições..... | 21 |
| 4.2.6 Sugestões para melhoria dos serviços..... | 22 |
| 4.2.7 Feitos pendentes nos gabinetes..... | 22 |
| 5 ATENDIMENTO AO PÚBLICO..... | 23 |
| 6 CONCLUSÃO DA COMISSÃO..... | 23 |
| 7 ANEXO (distribuição PR e corregedor auxiliar)..... | 24 |

**Relatório Geral da Correição Ordinária realizada na Procuradoria da
República em Santa Catarina e nas Procuradorias Municipais Vinculadas**

1 INTRODUÇÃO

| | |
|-------------------------------------|--|
| Período da Correição | 18 a 22 de junho de 2012 |
| Unidades Correicionadas | Procuradoria da República em Santa Catarina e procuradorias da República nos municípios |
| Procurador-Chefe da PR/SC | Marcelo da Mota |
| Presidente da Comissão de Correição | Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão |
| Corregedores Auxiliares Designados | Dr. Roberto Luís Oppermann Thomé Dr. Marcus Vinícius de Aguiar Macedo Dr. João Bezerra de Carvalho Dr. Januário Paludo Dra. Solange Mendes de Souza Dr. João Heliofar de Jesus Villar |
| Secretaria dos trabalhos | Viviane Fontoura Gomide |
| Número de gabinetes correicionados | 34 |
| Relator ou Comissão de Relatoria | Dr. Roberto Luís Oppermann Thomé |

2 MAPA DE APOIO LOGÍSTICO

Mapa de apoio logístico - Correição Santa Catarina



3 DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES

3.1 COMPOSIÇÃO*

| Unidade | Número de Membros | | Número de servidores | |
|-------------------------|-------------------|---------|----------------------|---------|
| | Vagas | Lotação | Vagas | Lotação |
| PR/Santa Catarina | 11 | 9 | 130 | 128 |
| PRM/Blumenau | 5 | 3 | 36 | 35 |
| PRM/Caçador | 1 | 1 | 7 | 7 |
| PRM/Chapecó | 2 | 1 | 22 | 21 |
| PRM/Concórdia | 1 | 1 | 7 | 6 |
| PRM/Criciúma | 3 | 3 | 24 | 21 |
| PRM/Itajaí | 3 | 3 | 22 | 22 |
| PRM/Jaraguá do Sul | 1 | 1 | 9 | 10 |
| PRM/Joaçaba | 1 | 1 | 11 | 10 |
| PRM/Joinville | 5 | 5 | 36 | 32 |
| PRM/Lages | 2 | 1 | 12 | 11 |
| PRM/Mafra | 1 | 1 | 7 | 7 |
| PRM/Rio do Sul | 1 | 1 | 7 | 6 |
| PRM/São Miguel do Oeste | 2 | 2 | 8 | 6 |
| PRM/Tubarão | 2 | 1 | 18 | 17 |

* Dados informados pela chefia de gabinete da PRSC.

3.2 DIVISÃO DO TRABALHO

| PR/SC | | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------|---|
| Ofício n°. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| 9º Ofício Cível e Criminal | Ana Lúcia de Andrade Hartmann | Cível e Criminal | Participa do GT Inclusão/PFDC – Coordenadora até o corrente mês. A partir de junho/12, membro; GT Saúde Indígena – membro; Programa Praia Limpa/4ª CCR (membro); GT Zona Costeira/SC (membro); GT Acessibilidade/PRDC/SC (coordenadora); GT Educação/PRDC/SC (membro); GT Sistema Prisional/PRDC/SC (membro); Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPIN) Encargo de visita a presídio. Atuação especializada Meio Ambiente (cível e criminal); 6ª CCR desde o final do ano de 1994; Colaboração com o PRDC atuando também no tema da acessibilidade para pessoas com deficiência; Distribuição em matéria cível dita residual; Assinala que, com a carência de procuradores na capital, o procurador-chefe tem tentado contribuir também com o trabalho regular, o que vem gerando atuação de todos, alternadamente, por desoneração ou ausência de itinerantes para os dois Ofícios criminais vagos (um há mais de um ano). |
| 5º Ofício Cível | André Stefani Bertuol | Cível | Exerceu, concomitantemente, até outubro de 2008, funções do Ofício ambiental e outras;. Procurador-Chefe Substituto (julho 2007-julho2011); Coordenador de Núcleo Cível (aproximadamente seis anos); Representante da 5ª CCR; PRE Titular; Exerceu as funções de membro auxiliar nas eleições de 2006 e 2010; Exerceu concomitantemente as funções de Procurador Eleitoral Substituto desde março de 2008; Como o PRE anterior, era titular do 6ª Ofício, também da matéria PPMA, quando do exercício da substituição do PRE havia |

| | | | |
|-----------------------------|---------------------------------|------------------|--|
| | | | necessidade concomitante de substituição também do 6º Ofício; Refere que houve provável substituição em Jaraguá do Sul em janeiro e fevereiro; Participa do GT Conselhos de Fiscalização Profissional – 5a. CCR; GT ONGs e OSCIPs da 5a. CCR; Presidente da Subcomissão Estadual do 25º e 26º Concursos de PR. Presidente da Comissão para Concurso de Estagiários de 2011 e 2012; Relator Especial para o tema de Fundações Estatais e figurinos jurídicos congêneres perante a 5a. CCR; Representa a PRSC na Rede Federal de Controle em Santa Catarina. |
| 8º Ofício Cível | Carlos Augusto de Amorim Dutra | Cível | Coordenador de Núcleo Cível; Recebe distribuição de outra Unidade (Cível, em geral; ofícios do Patrimônio Público e Social, e PRDC); Itinerância/substituição (substituiu o Procurador Regional dos Direitos dos Cidadão, em especial nas matérias relativas a previdenciário, nos últimos 6 meses); Função na Corregedoria há aproximadamente 3 anos. |
| 2º Ofício Criminal | Daniele Cardoso Escobar | Criminal | Coordenadora de Núcleo Criminal; Função no Grupo Sistema Prisional/PRDC; Conselho Penitenciário de Santa Catarina; Encargo de visita a presídio. |
| 11º Ofício Cível e Criminal | Eduardo Barragan Seroa da Motta | Cível e Criminal | Recebe distribuição Como membro suplente da 1ª a 6ª CCR; Substituição de colegas dos ofícios cíveis (Meio Ambiente; Patrimônio Público e Moralidade Administrativa; e Cidadania e Cível residual) que estejam em fruição de licença, assim como em decorrência da não-reposição das vagas abertas por aposentadoria e por promoção de colegas anteriormente lotados na Capital; Examinador no último concurso público para admissão de estagiários em Direito na PR/SC; elaborar provas subjetivas e julgar recursos |

| | | | |
|--------------------------|------------------------------|----------|---|
| | | | interpostos. |
| 3º Ofício Criminal | Marcelo da Mota | Criminal | Acumula função de procurador-chefe, procurador distribuidor e PRE substituto; Itinerância/substituição PRM Tubarão, de 20 a 25 de março de 2012, PRM Jaraguá do Sul, de 18 a 21 de novembro de 2011; Participa do GT Justiça de Transição da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão; Função no Grupo de Controle externo da atividade policial há 4 anos. |
| 1º Ofício Criminal | Marco Aurélio Dutra Aydos | Criminal | Recebe distribuição do 3º Ofício criminal, de titularidade do procurador-chefe; Itinerância/Substituição nos últimos 6 meses: até 27/3/2012 substituição dos 3º e 4º ofícios criminais vagos. |
| 7º Ofício Cível | Mauricio Pessutto | Cível | Procurador-chefe substituto; A partir de 15.09.2011 assumiu a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão na condição de titular; Itinerância/Substituição nos últimos 6 meses: Substituição no 8º Ofício da PRSC (Consumidor e Ordem Econômica; Substituição em colaboração com os colegas da tutela coletiva nos ofícios do PPMA da PRSC (6º Ofício está atualmente vago; 5º Ofício titulado pelo colega no exercício da Procuradoria Regional Eleitoral); Substituições eventuais de outros ofícios da área da tutela coletiva da PRSC, diante da impossibilidade de atuação do colega imediatamente responsável pela substituição; Participa do GT Saúde/PFDC; Participa da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS), do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), do Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPGE) – atuação em compartilhamento com os demais membros do GT Saúde da PFDC; Acumula função como Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução de Demandas de Assistência à |

| | | | |
|-----------------------------|----------------------|------------------|--|
| | | | Saúde do CNJ em Santa Catarina (COMESC) – representante do MPF Fórum Interinstitucional Previdenciário de Santa Catarina – representante do MPF. |
| 10º Ofício Cível e Criminal | Walmor Alves Moreira | Cível e Criminal | Exerce função de PRE Substituto do Substituto |
| 4º Ofício Criminal | Ofício vago | Criminal | Não se aplica |
| 6º Ofício Cível | Ofício vago | Cível | Não se aplica |

3.2.1 Sistemática de Distribuição

PR/SC*

As representações e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, quando chegam a PRSC, seja através do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), seja por meio de ofício, e-mail ou carta endereçada ao Procurador-Chefe ou outro Procurador, são encaminhados à Coordenadoria Jurídica para verificação de prevenção ou conexão.

Realizada a pesquisa, os expedientes são encaminhados ao Distribuidor Cível ou ao Distribuidor Criminal. O distribuidor, caso identificada possível prevenção/conexão, encaminha preliminarmente o expediente ao Procurador aparentemente prevento. Caso este considere não haver prevenção/conexão, o expediente é encaminhado à distribuição.

Os expedientes são distribuídos aos ofícios, de forma automática, conforme a especificidade da matéria, dentro de grupos de distribuição (Criminais: Grupo Criminal PECCO; Grupo Criminal JEF; Grupo Criminal Comum. Cíveis: Grupo Patrimônio Público; Grupo Saúde", Previdenciário e Cidadania; Grupo Consumidor; Grupo índios e Minorias; Grupo Meio Ambiente; Grupo Criminal Ambiental).

A distribuição é realizada no Grupo Cível pela Divisão de Tutela Coletiva/Cível (DITC) e no Grupo Criminal pela Divisão de Acompanhamento em Atividade Criminal (DIAAC).

No caso dos ofícios especializados (PRDC e PRE), eles contam com secretarias próprias para pesquisa e distribuição dos expedientes.

Os inquéritos policiais, processos judiciais cíveis e criminais são recebidos, cadastrados e distribuídos pela Seção de Protocolo Jurídico (SPJ), conforme regras de distribuição vigentes na PRSC, acima especificadas.

Os processos eleitorais são recebidos, cadastrados e distribuídos pela Procuradoria Regional Eleitoral que possui estrutura própria, funcionando junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Na PRE é utilizado, além do Sistema Único, o Sistema de Acompanhamento e Distribuição Processual (SADP) do TRE para registro, controle e movimentação dos autos judiciais.

* De acordo com informações fornecidas na resposta da PRSC ao Ofício 645/2012-CMPF.

3.3 DIVISÃO DO TRABALHO

| | | | |
|--------------|----------------|----------------|------------------------|
| PRM/Blumenau | | | |
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |

| | | | |
|-----------|-------------------------------|-----------------------|---|
| 1º Ofício | João Marques Brandão Néto | Não há especialização | Procurador-Distribuidor; GT Moeda Falsa; Corregedor-Auxiliar desde 2010; |
| 2º Ofício | Eduardo de Oliveira Rodrigues | Não há especialização | Procurador-Distribuidor Substituto. |
| 3º Ofício | Ricardo Kling Donini | Não há especialização | Auxílio ao Procurador-Chefe da PR/SC no desempenho de atividades administrativas da PRM de Blumenau; recebe distribuição de outra unidade; Itinerância/Substituição - PR/SC - 3º e 4º Ofícios Criminais (1 vez), PRDC (1vez) e PRM de Rio do Sul (1vez); Comissão da 4ª CCR/MPF Rio+20. |

3.3.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Blumenau

As representações e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, quando iniciais, são protocolados no SAA e remetidos à SUBJUR, que encaminhará ao Procurador Distribuidor os casos que ensejem dúvida quanta à instauração. Os demais serão remetidos ao SAD para autuação, cujos critérios de distribuição são aqueles inerentes à distribuição de autos administrativos, adiante especificas os. Quando o expediente se referir a auto administrativo ou judicial já em trâmite na unidade, será encaminhado pelo SAA diretamente à assessoria do Procurador dono dos autos, para análise de eventual juntada.

A distribuição de autos administrativos, atuso judiciais e inquéritos policiais é feita automaticamente e equitativamente por meio do sistema Único, em regra. As exceções estão previstas na Portaria Conjunta nº 01/2012, que estabelece critérios de distribuição de processos, procedimentos e demais expedientes na unidade, quais sejam: a) a instauração de ofício resultante de atendimento oral do Procurador, sempre que obedecida a sequência de escala de atendimento, vincula o Procurador à representação por ele recebida; b) a instauração de ofício, independentemente de representação oral ou escrita, será submetida à distribuição da regra geral; c) processo judicial originado a partir de outro processo judicial ou de auto administrativo, será distribuído ao Procurador dono do processo judicial/auto administrativo originador; d) quando se tratar de pedido de medicamentos/alimentação suplementar, será prevento o Procurador que houver recebido o primeiro auto administrativo/auto judicial na unidade relativo ao mesmo medicamento/alimentação suplementar, sempre que houver identidade total de pedidos; e) sempre que um processo judicial tiver relação indireta com auto administrativo/TC? Recomendação/auto judicial já existente na unidade, será prevento o Procurador dono do auto mencionado.

Em caso de redistribuição de autos por prevenção, conexão, continência, suspeição ou impedimento e determinação de Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, haverá compensação, salvo ordem escrita do Procurador em sentido contrário.

Nas ausências dos Procuradores titulares dos ofícios (férias e licenças-prêmio), a substituição, nos autos judiciais, será feita pelo Procurador designado pelo sistema Único para cada auto; nos autos extrajudiciais e para todos os casos em que não haja designação de substituto pelo sistema Único, o Dr. João Marques Brandão Néto será substituído pelo Dr. Ricardo Kling Donini; o Dr. Eduardo de Oliveira será substituído pelo Dr. João Marques Brandão Néto e o Dr. Ricardo Kling Donini será substituído pelo Dr. Eduardo de Oliveira Rodrigues.

3.4 DIVISÃO DO TRABALHO

| |
|-------------|
| PRM/Caçador |
|-------------|

| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
|--------------|------------------------------------|-----------------------|--|
| Ofício Único | Anderson Lodetti Cunha de Oliveira | Não há especialização | Exerce função de natureza administrativa na Unidade, Itinerância/Substituição PRM de Mafra e PRM de Lages; Função no Grupo de Controle externo da atividade policial desde 2009; Em razão do acúmulo de processos na capital nos ofícios criminais, que estão vagos atualmente, tem designação para atuar em dois processos criminais da competência do júri: 5011050-34.2011.404.7200 e 5003688-44.2012.404.7200. |

3.4.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Caçador

Unidade com apenas um procurador da República. No caso de férias é aberta substituição, em razão de ser unidade com um só procurador. O substituto movimentará os feitos judiciais que entram na semana e despachos extrajudiciais que lhe são entregues prontos pela assessoria de gabinete. Como a assessoria de gabinete é deficitária (a assessora é a analista processual), para dar conta de todas as minutas dos judiciais acaba não havendo tempo de preparar minutas dos extrajudiciais.

3.5 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/Chapecó | | | |
|--------------|-------------------------|-----------------------|--|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| Ofício Único | Renato de Rezende Gomes | Não há especialização | Exerce função de natureza administrativa na Unidade ; Itinerância/Substituição; PRMs Joaçaba, Concórdia e Caçador. |

3.5.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Chapecó

Unidade com apenas um procurador da República. Em caso de férias ou licença é efetuado a substituição por membro de outra unidade designado pelo Procurador-Chefe.

3.6 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/Concórdia | | | |
|---------------|-------------------------|-----------------------|---|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| Ofício Único | Andrei Mattiuzi Balvedi | Não há especialização | Itinerância/Substituição - PRM de Caçador: 05 a 11/12/2011 -PRM de Chapecó: 12 a 25/03/2012 -PRM de Caçador: 12 a |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | 17/03/2012-PRM de Joaçaba: 21/03/2012 a 03/04/2012 -3º e 4º Ofício Criminal da PR/SC: 21 a 27/05/2012 ; Grupo de Trabalho da Previdência-PFDC (suplente); Grupo de Controle externo da atividade policial há 3 anos; Representante do MPF no Fórum Interinstitucional Previdenciário de Santa Catarina. |
|--|--|--|--|

3.6.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Concórdia

Não há distribuição em razão da existência de único titular na unidade. Em casos de afastamento ou licença são obedecidas as regras da PRSC para substituição do titular da Unidade. As demandas são redistribuídas no sistema (Único e EPROC) para o substituto, e todos os lançamentos são relacionados ao signatário.

3.7 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/Criciúma | | | |
|--------------|---------------------------------------|---|---|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| 1ª Ofício | Darlan Airton Dias | Cível e Criminal; Responsável pelo 1º Ofício (Tutela ambiental, Tutela dos direitos das minorias, Tutela dos direitos do cidadão, Patrimônio público e Criminal | Exerce função de natureza administrativa na Unidade; Revezamento com colegas na função de Coordenador Administrativo da PRM; Recebe distribuição de outra unidade (IPLs Lages Tubarão); Itinerância/Substituição – PRM Lages e substituição no 2º Ofício da PRM. |
| 3º Ofício | Patrícia Muxfeldt | Não há especialização | Responsável semestralmente pela administração da PRM. |
| 2º Ofício | Rafaella Alberici de Barros Gonçalves | Cível e Criminal | Atua nos feitos judiciais e extrajudiciais em matéria criminal, patrimônio público e social, bem como <i>custos legis</i> ; Exerce função de natureza administrativa na Unidade - rodízio semestral da função de coordenação administrativa e representação da PRM em eventos e atividades externas; recebe distribuição de outra unidade (processos criminais na Justiça Federal das Subseções de Tubarão e Laguna); Itinerância/Substituição - por afastamento por licença ou |

| | | | |
|--|--|--|---------------------------------|
| | | | férias de membro lotado na PRM. |
|--|--|--|---------------------------------|

3.7.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Criciúma

A sistemática de distribuição do Núcleo, atualmente, segue os termos descritos na Portaria n.º 47, de 17 de março de 2009. Foi implementado, ha pouco tempo, pela equipe do UNICO, a distribuição automática de processos administrativos e judiciais de acordo com a Portaria no 47, inclusive definindo o ofício que sera o 2º titular nos processos Judiciais.

3.8 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/Itajaí | | | |
|--------------|---------------------------|-----------------------|--|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| 1º Ofício | Roger Fabre | Não há especialização | Exerce função de natureza administrativa na Unidade; Itinerância/Substituição-PRM Jaraguá do Sul/SC; 22/02/2012 a 24/02/2012 PRM Lajes/SC; 29/02/2012 a 02/03/2012 Substituição PRM Criciúma/SC; 05/03/2012 a 07/03/2012 – Substituição PRM Tubarão/SC; 21/03/2012 a 22/03/2012 Substituição Laguna (pólo da PRM de Tubarão); 11/04/2012 a 13/04/2012 – Substituição PRM de Tubarão; GT Pesca; |
| 3º Ofício | Pedro Paulo Reinaldin | Não há especialização | Procurador-Distribuidor. |
| 2º Ofício | Pedro Nicolau Moura Sacco | Não há especialização | Membro dos conselhos gestores da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava em Balneário Camboriú e da Área de Proteção Ambiental da Ponta do Araçá, no município de Porto Belo. |

3.8.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Itajaí

A sistemática de distribuição segue a normalização contida na Resolução PR/SC n. 01/2012, referida ao item 1, especificamente em seus artigos 2º e 6º, como segue:

"DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS

Art. 2º Os processos judiciais serão distribuídos equitativamente a todos os titulares dos ofícios, por meio de distribuição automática por sorteio.

§ 1º O processo judicial compreende, além dos feitos judiciais, todo e qualquer procedimento que seja autuado pela Justiça Federal.

§3º Nos termos da Resolução n. 104, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, artigo 1º, inciso I, fica definido que o Procurador-Distribuidor da Procuradoria da República Polo nos Municípios de Itajaí e Brusque, Estado de Santa Catarina será o Dr. Pedro Paulo Reinaldin, a partir da homologação desta Resolução. A função será exercida pelo prazo de 6 (seis) meses,

após o qual, garantida a rotatividade, passará a exercê-la o titular do 1º Ofício e, após, o titular do 2º Ofício.

DA DISTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA EM MATÉRIA AMBIENTAL

Art. 6º Quando o processo judicial, procedimento administrativo ou expediente versar sobre matéria de tutela ambiental, independentemente da numeração recebida, caberá, por distribuição:

1— ao 1º Ofício em relação aos Municípios de Itajaí, Bombinhas e Camboriú;

17— ao 2º Ofício em relação aos Municípios de Porto Belo, Balneário Camboriú e Itapema; 171—

ao 3º Ofício em relação aos Municípios de Navegantes, Penha e Piçarras.

§ 1º A regra específica de distribuição referida neste artigo inclui os processos judiciais, procedimentos administrativos e expedientes, de natureza cível e criminal.

§2º Não haverá distribuição específica por matéria em relação aos processos judiciais e procedimentos administrativos envolvendo os Municípios pertencentes à Subseção Judiciária de Brusque/SC, aplicando-se a regra geral de distribuição por numeração, prevista no art. 2º.

§3º Quando a controvérsia afetar a dois ou mais Municípios de ofícios diferentes, poderão os Procuradores da República responsáveis atuar, conjunta ou isoladamente, conforme estipulação feita entre eles. No caso de divergência, encaminhar-se-á a controvérsia à Câmara com atribuição sobre o assunto ou PFDC."

3.9 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/Jaraguá do Sul | | | |
|--------------------|---------------------------|----------------|---|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| Ofício Único | Cláudio Valentin Cristani | Não consta | Itinerância/Substituição- 05 - 11/03/2012 – PRMLages/SC; - 12-18/03/2012 – PRM Tubarão/SC; 19-05/06/2012 – PRMLages em atuação conjunta com o Procurador da República Darlan Airton Dias. |

3.9.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Jaraguá do Sul

Todos os documentos, representações, etc. vêm conclusos e depois de previamente analisados são despachados e distribuídos ao ofício único. O mesmo ocorre com os inquéritos policiais e feitos já judicializados. No caso de afastamento, é designado outro Membro para Jaraguá do Sul/SC e quando retorna recebe o gabinete na situação que se encontrar.

3.10 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/Joaçaba | | | |
|--------------|----------------|------------------------|---|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| Ofício Único | Daniel Ricken | Não há especialização. | Coordenador Criminal e Representante da 2ª CCRMPF; Recebe distribuição de outra Unidade (atua em investigação criminal sigilosa tramitando em São Miguel do Oeste e processo criminal do Tribunal do Júri na Seção Judiciária em SC); Itinerância/substituição e feitos com designação nas PRMs |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | Caçador, Concórdia, Chapecó e Lages em razão de impedimento do titular; Grupo de Controle Externo da Atividade Policial há 4 anos; Atua no Subgrupo de Trabalho da PRDC, Moradia Adequada e Previdência. |
|--|--|--|--|

3.10.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Joaçaba

Trata-se de ofício único. Em caso de férias, afastamento ou licença, as demandas são redistribuídas ao itinerante.

3.11 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/Joinville | | | |
|---------------|----------------------|-----------------------|--|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| 2º Ofício | Davy Lincoln Rocha | Não há especialização | Itinerância/Substituição-DE 12 a 16/12/2011 – PRM/Caçador; 23-28/01/2012–PRM/Criciúma; 13-19/02/2012–PRM/Lages; 05-11/03/2012-PRM/Criciúma, e 21-27/05/2012–PRM/Jaraguá do Sul. |
| 4º Ofício | Rodrigo Joaquim Lima | Não há especialização | Função no Grupo de Controle externo da atividade policial desde 03.06.2009, com designação renovada por mais dois anos; Estruturação, supervisionamento e ordenação das atividades dos Setores Administrativo e Jurídicos (SAD e SERAP) da Unidade, chefia imediata de servidores e estagiários do Gabinete 4 etc.; Administrativo e Jurídicos (SAD e SERAP) da Unidade, chefia imediata de servidores e estagiários do Gabinete 4 etc; Itinerância/Substituição-em Jaraguá do Sul/SC, período de 09.01.2012 a 15.01.2012; em Criciúma/SC, período de 16.01.2012 a 22.01.2012; em Lages/SC, período de 19.03.2012 a 25.03.2012; em Tubarão/SC, período de 26.03.2012 a 01.04.2012; Função no Grupo de Controle externo da atividade policial; Acumula função de procurador distribuidor substituto na Unidade. |

| | | | |
|-----------|-------------------------------|-----------------------|---|
| 1º Ofício | Tiago Alzuguir Gutierrez | Não há especialização | Procurador-Distribuidor; Itinerância/Substituição-Concórdia e Tubarão; Funções administrativas na PRM. |
| 3º Ofício | Mario Sérgio Ghannage Barbosa | Não há especialização | Itinerância/Substituição-Jaraguá do Sul (28/11 a 04/12/2011, 16/05 a 20/01/2012, 14/05 a 20/05/2012 e 28/05 a 02/06/2012) e Mafra (21/05 a 25/05/2012); |

3.11.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Joinville

A distribuição é comum em todas as matérias e regulada pela Portaria Conjunta nº 01/2010, homologada pelo CSMPF. A partir da instalação do 5º ofício, haverá especialização do 1º ofício na matéria indígena (as novas representações já estão sendo distribuídas exclusivamente ao 1º ofício). A distribuição de representações era feita de forma alternada entre os ofícios, conforme entrada no setor competente (art. 8º da Portaria). A partir da disponibilização da ferramenta no Único, em abril do ano corrente, passou a ser feita por sorteio eletrônico. A distribuição de feitos judiciais e inquéritos policiais era feita pela numeração, incidindo uma regra até fevereiro de 2010 (art. 23) e outra para os registrados após essa data (art. 24). A partir da disponibilização da ferramenta no Único, em abril do ano corrente, igualmente passou a ser feita por sorteio eletrônico.

3.12 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/Lages | | | |
|--------------|--------------------------|-----------------------|---|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| Ofício Único | Nazareno Jorgealém Wolff | Não há especialização | Normalmente participa de comissões eleitorais para escolha de Procurador-Chefe e PRE em Santa Catarina; participação em conselhos comunitários. |

3.12.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Lages

Em caso de férias, afastamento ou licença há designação de outro membro para officiar na unidade.

3.13 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/Mafra | | | |
|--------------|-------------------------|-----------------------|---|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| Ofício Único | Daniel Holzmann Coimbra | Não há especialização | Recebe distribuição da PRM-Rio do Sul; Itinerância/Substituição-PRM-Concórdia, PRM-Caçador, PRM-Criciúma; Participa da ASSPER; Função no Grupo de |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | Controle externo da atividade policial há 3 meses. |
|--|--|--|--|

3.13.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Mafra

A PRM possui apenas um procurador da República. Em caso de férias, afastamento ou licença há designação de substituto para atuação na PRM durante as férias para os processos com entrada durante o período, os processos continuam vinculados à PRM onde se dá a distribuição. Não há redistribuição de feitos com conclusão anterior às férias.

3.14 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/Rio do Sul | | | |
|----------------|---------------------------|-----------------------|---|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| Ofício Único | Flavio Pavlov da Silveira | Não há especialização | Função de procurador-chefe; Recebe distribuição da PRM-Lages; Itinerância/Substituição-PRM LAGES (06/12/11 a 08/12/2011 e 28/02/2012 a 01/03/2012), PRM CAÇADOR (17/01 a 19/01/2012 e 06/03/2012 a 08/03/2012); Função no Grupo de Controle externo da atividade policial Desde 11/06/2009. |

3.14.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Rio do Sul

A distribuição é feita ao Ofício Único. Em caso de férias, afastamento ou licença, as demandas são distribuídas a procuradores substitutos designados. Em razão da substituição de membros de outras unidades não ocorrer durante todos os dias de afastamento, a área extraprocessual acaba tendo sua movimentação significativamente prejudicada.

3.15 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM/São Miguel do Oeste | | | |
|-------------------------|-----------------------|-----------------------|---|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| Ofício Único | Maria Rezende Capucci | Não há especialização | Exerce função de procuradora-chefe, procuradora-chefe substituto, procuradora distribuidora, coordenadora de Núcleo Cível e coordenadora de Núcleo Criminal; Função no Grupo de Controle externo da atividade policial há aproximadamente um mês. |

3.15.1 Sistemática de Distribuição

PRM/São Miguel do Oeste

Não há sistemática de distribuição, tendo em vista tratar-se de Ofício único. Em caso de férias, afastamento ou licença há sistema de designação/substituição (semanal), conforme regras da PRSC.

3.16 DIVISÃO DO TRABALHO

| PRM Tubarão | | | |
|--------------|--|-----------------------|--|
| Ofício n. | Procurador (a) | Especialização | Atribuições acumuladas |
| Ofício Único | Michael Von Muhlen de Barros Gonçalves | Não há especialização | Recebe distribuição de outra Unidade (designação mediante Portaria por decorrente de arquivamentos não homologados). |

3.16.1 Sistemática de Distribuição

PRM/Tubarão

Quando há afastamento, abre-se substituição.

4 DIAGNÓSTICO INDIVIDUALIZADO DOS GABINETES

4.1 CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DOS RELATÓRIOS INDIVIDUAIS: PR/SC

| 4.1.1 Dados preliminares | |
|--|--|
| 1) Residência na sede | Todos os membros residem na sede. |
| 2) Acompanhamento da correição | Todos os membros acompanharam a correição ordinária. |
| 3) Exercício da advocacia (Resolução n. 16/07) | Nenhum membro exerce a advocacia. |
| 4) Participação em sociedade comercial ou em organização não governamental | 7 membros responderam não. 2 membros responderam sim: - Marco Aurélio Dutra Aydos: sócio cotista na empresa Neide in Brazil Crepes e Massas Ltda. (CNPJ n. 08.542.209/0001-99) - Mauricio Pessutto: pequenos investimentos em ações e fundo de ações de empresas nacionais. Ex. Petrobrás, Vale, etc. |
| 5) Exercício do magistério | 8 membros responderam não. 1 membro respondeu que exerce o magistério |

| | |
|--|--|
| | <p>na sede:</p> <p>- Walmor Alves Pereira</p> |
| 6) Preenchimento semestral do formulário on-line sobre o exercício do magistério | <p>8 membros responderam sim.</p> <p>1 não respondeu:</p> <p>-Analúcia de Andrade Hartmann</p> |
| 7) Assiduidade | <p>Todos declararam assiduidade diária.</p> |
| 8) Apontamento das características sociais, econômicas, ambientais, populacionais etc da região, que geram maior demanda de trabalho | <p><u>Analúcia de Andrade Hartmann:</u> A região de Florianópolis inclui a capital, com todas as representações dos órgãos federais, além de extenso litoral – a capital é parcialmente sediada em uma Ilha costeira -, o que implica em grande quantidade de movimentação em matéria ambiental e de patrimônio público, além daquela relacionada com os crimes de tráfico internacional (a proximidade com a Argentina e o Paraguai, além de ser polo turístico internacional – com aeroporto internacional -, faz do litoral catarinense um local propício para essa circulação) e contra o sistema financeiro.</p> <p>Além disso, a PR/SC desempenha a função eleitoral (PRE) e, normalmente, a PRDC, a representação no Conselho Penitenciário e nos demais conselhos e comissões sediados na capital (como membro ou observador).</p> <p>Acompanhamos, outrossim, as obras do PAC em SC, os trabalhos de regulamentação do GERCO (gerenciamento costeiro estadual), o Projeto ORLA (gestão das terras de marinha), as políticas públicas de direitos humanos (incluindo saúde, previdência, acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência, educação, direito à moradia, sistema prisional, etc) e a fiscalização dos serviços públicos federais (incluindo a Universidade Federal de Santa Catarina e o Instituto Federal de Santa Catarina).</p> <p>A região conta com duas extensas Unidades de Conservação de Proteção Integral (uma delas,</p> |

Biológica Marinha, gerando grande número de crimes de pesca em local proibido) e duas de uso sustentável (uma APA – com forte pressão imobiliária - e uma extrativista), além de um grande número de manguezais (bens da União).

Há parcela importante da demanda ambiental ligada à extração mineral (granito, argila, saibro e pretensão de extração para produção de superfosfato), em toda a região.

Todo o território catarinense é caracterizado como domínio do bioma Mata Atlântica (Lei 11428/06), o que significa atuação específica do IBAMA e do MPF (patrimônio nacional – art. 225, § 4º da CF).

Segundo dados da Delegacia Federal de Repressão aos Crimes contra o Meio Ambiente, é a maior movimentação do Brasil no tema.

SC também responde pelo maior número de recursos na área ambiental, no TRF 4ª Região – informação PRR4.

Quanto às matérias afetas à 6ª CCR, na região de atribuição da PR/SC há uma Terra Indígena em demarcação (portaria já publicada), uma demarcada com pleito de redemarcação (aumento de área), três adquiridas como compensação por impactos de grandes empreendimentos, duas em estudos de identificação antropológica (início do processo para demarcação) e uma adquirida por decisão judicial, com pleito para redefinição de marcos (aumento de área). Nessas oito áreas indígenas, ocupadas por cerca de 500 índios Guarani, há várias escolas, postos de saúde e demanda respectiva. Além dessa demanda, há grandes empreendimentos (BR, ferrovia, linhas de transmissão de energia elétrica) em licenciamento ambiental, o que implica em grande atenção e dispêndio de tempo (deslocamentos, audiências públicas, reuniões, etc).

Há três comunidades Quilombolas certificadas pela

Fundação Palmares na região, com procedimentos administrativos apenas iniciados – e grandes dificuldades com o INCRA e com a organização das próprias populações.

Há ainda, populações tradicionais de pescadores artesanais e extrativistas (marinhos).

A região de Florianópolis, que cresceu muito e desordenadamente na última década, vem sofrendo com acentuado aumento da violência urbana e da degradação ambiental.

- André Stefani Bertuol: No âmbito dos Ofícios do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, a questão está vinculada ao fato de que Florianópolis, sendo uma capital de Estado, possui todos os órgãos administrativos necessários a tanto (sedes de órgãos federais e estaduais), além do sistema de Conselhos de Fiscalização Profissional, gerando as demandas próprias a tais entidades (relativas a servidores, concursos públicos, administração de diversos programas sociais financiados com verbas federais e as denúncias de supostos desvios). A Universidade Federal e suas fundações de apoio, por sua vez, são um universo à parte que produz diversas representações e necessita de acompanhamento constante. Sendo também uma cidade e região turísticas, há obras (como a duplicação do trecho sul da BR101) e investimentos financiados no todo ou em parte com verbas federais (Ministério das Cidades, CEF, etc.). Até 2005, quando da Emenda Constitucional 46, que transferiu tais bens aos Estados, a Ilha de Santa Catarina, sede da Capital, era toda de bens federais; mantém-se, no entanto, toda a orla marítima como patrimônio que interessa à União, havendo sérias e históricas deficiências da SPU na gestão e transferência de tais bens. As fiscalizações do TCU e da CGU também costumam gerar diversas demandas em

diferentes áreas. De ressaltar-se que o entrosamento do signatário na Rede Federal de Controle gera demandas paralelas aos procedimentos em curso {representações ao PGR (MPE/SC, MP de Contas junto ao TCE), fiscalizações de gastos em fundos estaduais com efeitos eleitorais (TCE), etc.} como também possibilita a produção de solicitações aos demais órgãos para atuações conjuntas ou de auxílio. No entanto, até o momento, não foi alocado a esta unidade um perito de contabilidade ou economia, sendo que o signatário – como no momento – exerce muitas vezes isoladamente os dois cargos da matéria (atualmente, vago um deles; de 2008 a 2012, o titular do outro cargo era o PRE, que exercia exclusividade e férias, resultando em exercício cumulado dos dois aproximadamente na metade do tempo).

- Carlos Augusto de Amorim Dutra: A demanda de trabalho no Estado de Santa Catarina é variada. Tratando-se de um Estado industrializado e voltado ao turismo, na área do consumidor e da ordem econômica exige a realização de um grande trabalho por parte dos Procuradores da República que atuam na matéria. É isso que estamos tentando concretizar no trabalho passamos a realizar, definitivamente, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

- Daniele Cardoso Escobar: Florianópolis, na qualidade de Ilha da Magia, concentra grande quantidade de servidores públicos e população com alto poder aquisitivo movimentando a economia (comércio de bens e serviços). Essas características básicas, a meu ver, geram maiores demandas criminais, especialmente crimes contra a ordem tributária, sistema financeiro e os praticados por servidores públicos (prevaricação, corrupção, ...). Por ser ilha, com rico ecossistema

envolvente, ainda com remanescentes de mata atlântica e muita área de domínio da União, justifica-se grande demanda ambiental.

O certo é que, ainda que estejamos na Ilha da Magia, isto é Brasil, leia-se alto índice de corrupção, sistema de saúde deficitário (melhor seria dizer inexistente), segurança pública falha, comércio de serviços essenciais dominado por cartéis, discriminação de minorias, etc. Trabalho há para ser feito em todas as áreas de atuação do Ministério Público, carecendo, a nosso sentir, a área criminal de mais Procuradores para desafogar a área criminal.

- Eduardo Barragan Serôa da Motta: Como já declarado na correição de 2011, são inúmeras, mas parte significativa da demanda ambiental envolve empreendimentos de pequeno, médio ou grande porte em áreas sensíveis, bem como população de baixa renda que, com apoio das Prefeituras ou na sua omissão, constrói moradias em Áreas de Preservação Permanente e terras da União, como, por. ex., manguezais e restingas.

- Marcelo da Mota: A característica que mais impacta a demanda de trabalho da PR/SC é a acentuada industrialização do Estado, e mais recentemente o forte incremento nas atividades da construção civil, com a ocupação acentuada dos principais centros, especialmente da Capital e região litorânea, com expressivo aumento da população. Também sob aspecto social, temos elevado consumo e tráfico de drogas, em decorrência de ser região turística e de promoção de festas e eventos internacionais, do que decorre ser expressivo o número de operações policiais para repressão ao tráfico internacional, de grande vulto. No aspecto da criminalidade também é importante notar a existência de um número considerável de órgãos públicos federais com sede

na Capital, o que atrai a competência para o processo e julgamento de servidores envolvidos em atos de corrupção.

- Maurício Pessutto: Santa Catarina e em especial a grande Florianópolis constitui região de grande demanda por serviços públicos de saúde, tendo se notabilizado como uma das regiões com maior índice de ajuizamento de demandas individuais na matéria em nível nacional. Deficiências de atendimento e ausência de ações de saúde no SUS, em contraposição a estados vizinhos melhor aparelhados e médicos e pacientes conscientes da disponibilidade técnica de soluções são explicações para a situação. Volumosa atuação no âmbito do direito previdenciário, que repercute em quantidade expressiva de ações judiciais, sendo que deficiência na prestação do serviço público relacionado tem exigido atuação no âmbito de direitos coletivos. A concentração populacional implica na existência de economia em expansão com conflitos na área do consumidor. Concentração de órgãos e instituições públicas com conflitos relacionados. Deficiência e conflitos na prestação de serviços públicos. Inobstante, a maior demanda da região, considerando suas características, é a ambiental, especialmente no que concerne à ocupação irregular e desordenada de áreas de proteção ambiental, economicamente valorizadas nos últimos anos, não raro com autorização dos órgãos ambientais, em especial estadual e municipais. Existência de comunidades tradicionais, em especial quilombolas e indígenas, com situação de extrema conflituosidade com a comunidade envolvente e com parcela majoritária do poder local (estadual e municipal), principalmente no que concerne à disputa fundiária.

- Walmor Alves Moreira: Para evitar prolixidade

| | |
|---|--|
| | <p>faço remissão ao relatório do ano passado, que integra o Relatório-Geral do Correição Ordinária nesta PR, consoante Ofício 186/2012 -CGMPF, conquanto inalterados as informações e requerimentos ali apostos.</p> <p>Não respondeu: Marco Aurélio Dutra Aydos.</p> |
| | |
| <p>4.1.2 Condições de trabalho</p> | |
| | |
| <p>1) Instalações físicas da Unidade – sob o ponto de vista dos Membros da Comissão de Correição:</p> | <p><u>João Francisco Bezerra de Carvalho</u> - A sede da PR/SC está localizada na Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, nº 4876, sede do Edifício Luiz Elias Daux, bairro Agrônômica, ocupando as torres I (área fim – gabinetes) e III (área meio – administração), constituindo em sede nova, ainda em instalação, com salas amplas, arejadas, com ampla e exclusiva área de estacionamento e garagens. A sede se encontra bem localizada, guardando estreita proximidade com o Departamento da Polícia Federal (Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, nº 4744) e a sede da Justiça Federal (na mesma rua, ocupando o nº 4810), ambos podendo ser alcançadas a pé. Ademais, ao lado da sede da PR/SC também se encontra a seção da OAB/SC, sendo o edifício Luiz Elias Daux partilhado com a sede do MPT/SC (torre II), encontrando-se a torre 4 parcialmente ocupada pela representação da AJUFE/SC (quarto andar da torre IV), com os demais andares vazios, tendo sido revelado pela chefia da PR/SC o interesse na torre IV para ampliação da Unidade.</p> <p>Localizada às margens da Beira Mar Norte de Florianópolis, no sentido centro-norte há parada de ônibus em frente à Unidade da PR/SC, o que em muito facilita o acesso dos cidadãos. Apenas merece ser registrado problema de acesso para quem vem no sentido norte-centro, visto não haver faixa para pedestre na frente e/ou nas proximidades da Procuradoria, tampouco passarela, levando os cidadãos a descer cerca de 1 km da entrada para fazer a travessia segura, ou fazer, naquele mesmo ponto, contorno para quem se dirige à Unidade com veículo automotor. A sede da Unidade é própria, recém-construída, ainda estando sendo objeto de reforma, principalmente na torre administrativa. Até em razão de ser prédio novo, conta com plena acessibilidade, inclusive rampas e piso tátil, bem como foram instalados itens de segurança, inclusive com acesso</p> |

| | |
|---|--|
| | biométrico e/ou por senha numérica nos andares. |
| 2) Instalações do gabinete (espaço, aeração, luz, mobiliário e equipamentos) – sob o ponto de vista dos Membros da Comissão de Correição: | <u>João Francisco Bezerra de Carvalho</u> : A estrutura física da PRE/SC é bastante precária, como declarado, necessitando adequação de espaço com aquisição de sala própria. Foi destacado, ainda, que a PRDC não conta com estrutura humana e material próprias, sendo usado, para atender as demandas da PRDC, o corpo de servidores e estrutura material do gabinete do citado ofício. Desta feita, o ideal seria que a PRDC possuísse estrutura humana e material próprias/assemelhadas do gabinete, inclusive com assessoria autônoma. |
| 3) Número de servidores: | 8 responderam insuficiente: - Analúcia Andrade Hartmann - André Stefani Bertuol - Carlos Augusto de Amorim Dutra - Daniele Cardoso Escobar - Eduardo Barragan Serôa Motta - Marcelo da Mota - Maurício Pessutto - Walmor Alves Moreira 1 não respondeu: Marco Aurélio Dutra Aydos |
| 4) Quantidade e qualidade de equipamentos de informática: | Todos responderam suficiente. |
| 5) Qualidade dos meios e sistemas de comunicação: | 7 responderam suficiente. 2 responderam insuficiente: - Analúcia de Andrade Hartmann - Maurício Pessutto |
| 6) Qualidade do serviço da biblioteca: | 8 responderam suficiente. 1 respondeu insuficiente: - Analúcia de Andrade Hartmann |
| 7) Transporte para o exercício das funções: | Todos os membros responderam suficiente. |
| 8) Procedimentos para segurança dos membros: | Recursos Humanos 4 responderam suficiente. 5 responderam insuficiente: - Analúcia de Andrade Hartmann - André Stefani Bertuol - Carlos Augusto de Amorim Dutra - Eduardo Barragan Serôa da Motta - Marcelo da Mota |

Material

3 responderam suficiente.

6 responderam insuficiente:

- Analúcia de Andrade Hartmann
- André Stefani Bertuol
- Carlos Augusto de Amorim Dutra
- Eduardo Barragan Serôa da Motta
- Marcelo da Mota
- Mauricio Pessutto

Áreas e instalações

2 responderam suficiente.

7 responderam insuficiente.

- Analúcia de Andrade Hartmann
- André Stefani Bertuol
- Carlos Augusto de Amorim Dutra
- Daniele Cardoso Escobar
- Eduardo Barragan Serôa da Motta
- Marcelo da Mota
- Maurício Pessutto

Segurança de informação

5 responderam suficiente.

4 responderam insuficiente.

- André Stefani Bertuol
- Carlos Augusto de Amorim Dutra
- Marcelo da Mota
- Maurício Pessutto

Respostas:

- André Stefani Bertuol: Mudança recente de prédio (maio de 2012)
- Carlos Augusto de Amorim Dutra: A segurança dos membros não existe.
- Eduardo Barragan Serôa da Motta: Defendo a criação de ambientes especialmente preparados para guardar informações sigilosas e sensíveis, com salas climatizadas, acessos restritos, rigoroso sistema de vigilância, etc – o que não acontece atualmente, guardando-se material dessa natureza na unidade (posto que em cofres), os seja, nos

| | |
|--|--|
| | <p>gabinetes das assessorias, dos PRs, ou mesmo em casa. Ademais, urge seja iniciada prática rotineira obrigatória de conscientização e educação dos membros, servidores e terceirizados sobre o tema da Segurança Institucional.</p> <p>- <u>Marcelo da Mota</u>: Foi construída a política de segurança da unidade, mas ainda não implementada devidamente, em razão da recente mudança da sede da Procuradoria, que demandará várias alterações nas rotinas dos setores.</p> <p>- <u>Maurício Pessutto</u>: cumpre destacar que a PRSC acabou de instalar-se em nova sede, prédio que ainda encontra-se em finalização de construção, com os riscos de segurança próprios de tal etapa. Acredita-se ao encerramento de tais medidas, que deve ocorrer nos próximos meses, haja melhora no quesito segurança. É necessário, também, adequar as rotinas e aplicar a política de segurança na nova sede. Acredita-se que tal situação deva ser corrigida nos próximos meses, considerando que a mudança acabou de ocorrer.</p> |
|--|--|

4.1.3 Organização do gabinete

| | |
|--|--|
| | |
| 1) Há controle dos prazos dos procedimentos extrajudiciais? | Todos os membros responderam positivamente. |
| 2) Há comunicação ao órgão de coordenação sobre instauração e prorrogação de prazo de PIC? | 7 responderam sim. 2 responderam não se aplica: - André Stefani Bertuol - Maurício Pessutto (Atuação na área da tutela coletiva e cível). |
| 3) Há comunicação ao órgão de coordenação sobre instauração e prorrogação de prazo de ICP? | Todos os membros responderam que sim. |
| 4) As promoções de arquivamento de autos | 6 responderam sim |

| | |
|--|---|
| <p>extrajudiciais são sempre encaminhadas aos órgãos de coordenação?</p> | <p>3 responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eduardo Barragan Serôa da Motta - Marcelo da Mota - Marco Aurélio Dutra Aydos |
| <p>5) As promoções de declinação de atribuições em autos extrajudiciais são sempre encaminhadas aos órgãos de coordenação?</p> | <p>8 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Marcelo da Mota |
| <p>6) Nos casos de declinação de atribuições, são encaminhados os autos originais às CCR e à PFDC?</p> | <p>8 responderam sim</p> <p>1 respondeu não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Marcelo da Mota |
| <p>7) Há controle de prazos de inquéritos policiais por meio do Sistema Único?</p> | <p>5 reponderam sim.</p> <p>4 responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analúcia Andrade Hartmann: O sistema não está sendo perfeitamente gerido. <p>Responderam não se aplica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - André Stefani Bertuol: Não se aplica por não exercer área criminal. - Carlos Augusto de Amorim Dutra: Não atua em inquéritos policiais. - Maurício Pessutto: atuação na área da tutela coletiva e cível. |
| <p>8) Há controle dos prazos prescricionais nos processos criminais por meio do Sistema Único?</p> | <p>4 reponderam sim.</p> <p>5 responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analúcia Andrade Hartmann: O sistema não está sendo perfeitamente gerido. <p>Responderam não se aplica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - André Stefani Bertuol: Não se aplica por não exercer área criminal. - Carlos Augusto de Amorim Dutra: Não atua em inquéritos policiais. - Eduardo Barragan Serôa da Motta: Já tenho por rotina analisar, em cada ação penal, o risco da prescrição dos crimes imputados aos acusados, adotando, quando é o caso, as medidas cabíveis, como, por exemplo, manifestações ao Juízo, postulando urgência na instrução do feito (análise do recebimento de denúncias, designação de audiências, expedição de precatórias, ou mesmo |

| | |
|--|--|
| | <p>prolação de sentenças.)</p> <p>- Maurício Pessutto: atuação na área da tutela coletiva e cível.</p> |
| <p>9) Há controle dos prazos prescricionais nos procedimentos extrajudiciais de improbidade por meio do Sistema Único?</p> | <p>3 responderam sim.</p> <p>6 responderam não se aplica:</p> <p>- Analúcia de Andrade Hartmann</p> <p>- Daniele Cardoso Escobar</p> <p>- Eduardo Barragan Serôa da Motta: não auto nesta área.</p> <p>- Marco Aurélio Dutra Aydos</p> <p>- Maurício Pessutto: atuação na área da tutela coletiva e cível, recentemente passou-se a responder em substituição pelo PPMA adotando a rotina já existente.</p> <p>-Walmor Alves Moreira: não atuo na matéria.</p> |
| <p>10) Alimenta o Sistema Único com os arquivos eletrônicos relativos às suas manifestações (Rês. CSMPF 104/10)?</p> | <p>Todos responderam sim.</p> |
| <p>11) É atendida a preferência legal a pessoas idosas?</p> | <p>8 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não:</p> <p>- Mauricio Pessutto: O acúmulo de serviço tem dificultado a tomada dessa estratégia. Procura-se priorizar o atendimento diante da gravidade do caso concreto e não da qualidade específica o objetiva do interessado. Cumpre ressaltar que a absoluta maioria dos casos não tratam de interesses individuais, mas coletivos/difusos. Outrossim, uma melhor organização do trabalho, com racionalização da distribuição do serviço poderia facilitar a adoção dessa medida. Temos que evoluir em relação a esse aspecto.</p> <p>Responderam não se aplica:</p> |
| <p>12) Há definição de prioridades no trabalho?</p> | <p>Todos responderam sim.</p> |
| <p>13) Atendimento ao público</p> <p>13.1) Há algum tipo de registro dos atendimentos?</p> <p>13.2) Há controle estatístico pelo gabinete dos atendimentos ao público?</p> | <p>13) Todos responderam sim.</p> <p>13.1) 8 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não:</p> <p>- Marcelo da Mota.</p> <p>13.2) 7 responderam sim.</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>2 responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Daniele Cardoso Escobar. - Eduardo Barragan Serôa da Motta. |
| 14) Controle diferenciado quanto à guarda dos autos e documentos sigilosos | <p>5 responderam sim.</p> <p>3 responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - André Stefani Bertuol - Carlos Augusto de Amorim Dutra - Daniele Cardoso Escobar. <p>1 respondeu não se aplica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maurício Pessutto. |
| 15) Mantém documentos não autuados em gabinete? | <p>6 responderam não:</p> <p>3 responderam sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eduardo Barragan Serôa da Motta: Todos os documentos que recebo pessoal e diretamente (por exemplo, peças de informação, fotografias, relatórios, notícias-crime, etc.), em gabinete ou mesmo fora da PR/SC, que ainda não foram por mim despachados. Com o despacho, tais documentos são dirigidos à Administração ou à minha assessoria, para a adoção das providências cabíveis (principalmente, instauração de PIC, ICP ou de “peças de informação”). -Marcelo da Mota: aqueles que não possuem relação com nenhum procedimento ou processo e informações de inteligência. - Marco Aurélio Dutra Aydos: enquanto aguardam por solução de exame de prevenção, distribuição ou juntada em procedimento instaurado. |
| 16) Comparece a todas as audiências/sessões para as quais foi intimado ou designado? | <p>8 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maurício Pessutto: Considerando o volume intenso de audiências, especialmente na condição de custos leis, priorizo comparecer em todos com menores e incapazes. Não tenho participado das audiências com idosos (desde que capazes e salvo situação especial que justifique), deixando para manifestar por parecer nos autos. Também não compareço às audiências da Turma Recursal, |

| | |
|---|--|
| | <p>por absoluta impossibilidade física diante do volume de trabalho, na busca de priorizar o trabalho de maior relevância, pois em tais casos já existe manifestação dos colegas quando da atuação do MPF na condição de primeira instância. Caso se apure a necessidade de comparecimento a tais audiências, será necessário estabelecer-se rotina de divisão de trabalho diversa da atual e estratégia institucional de atenção à demanda. Ressalto que embora tenha ocorrido reestruturação do custes leis na PRSC, com cada ofício da tutela coletiva respondendo pelos temas correlatos e com divisão do “residual” entre todos, o ofício da cidadania ficou com a absoluta maioria dos casos, já que inclui saúde e previdência, os dois temas mais significativos em quantidade de trabalho e número de audiências.</p> |
| <p>17) Faz levantamento físico (inventário) dos autos e documentos?</p> <p>17.1) Quando assumiu o ofício fez levantamento físico?</p> | <p>17) 8 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não:</p> <p>- Analúcia de Andrade Hartmann</p> <p>17.1) 6 responderam sim.</p> <p>3 responderam não:</p> <p>- Carlos Augusto de Amorim Dutra</p> <p>- Eduardo Barragan Serôa da Motta</p> <p>- Marco Aurélio Dutra Aydos</p> |
| <p>18) Outras informações relevantes</p> | <p>4 responderam:</p> <p>- <u>Analúcia de Andrade Hartmann</u>: O acúmulo de serviço não vem permitindo – como gostaria – o levantamento físico periódico de todos os ICPs, ou mesmo o acompanhamento metódico e organizado dos cumprimentos de sentenças, o que só é feito de maneira empírica e eventual.</p> <p>Faço reuniões – pelo menos semestrais – com os funcionários do gabinete, para estabelecimento de metas.</p> <p>- <u>Carlos Augusto de Amorim Dutra</u>: o signatário possui problema de saúde, necessitando ausentar-se das atividades laborais em alguns períodos</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>para acompanhamento médico e fisioterápico no Estado e fora dele.</p> <p>* Licenças médicas: 30 dias: de 07/10/2011 a 05/11/2011. 29 dias: de 28/02/2012 a 27/03/2012.</p> <p>* Férias: 03 dias :de 31/01/2011 a 02/02/2012 14 dias :de 06/04/2012 a 19/02/2012 03 dias :de 06/02/2012 a 19/02/2012</p> <p>- <u>Eduardo Barragan Serôa da Motta</u>: Discordo da denominação e do tratamento atualmente dispensados pela PR/SC às notícias (documentos) que aportam na unidade: são autuadas como “peças de informação”, quando, a rigor, deveriam ser autuadas com outra denominação, como, por exemplo, a adotada pelos MPEs: “PAP – Procedimento Administrativo Preliminar”, justamente por serem peças de informação já autuadas, isto é, já caracterizarem algum tipo de feito (o antigo “PA” do MPF) e ainda não consubstanciarem ICP ou PIC.</p> <p>- <u>Maurício Pessutto</u>: Registro o grande volume de trabalho, considerando o 7º Ofício e a PRDC. Ressalto o grande volume de trabalho como custos legis, já que, mesmo com a reorganização do trabalho, este gabinete permaneceu com a atuação correlata em saúde e em previdência, os dois temas com amplamente majoritários em número do processos e audiências judiciais.</p> <p>5 não responderam.</p> |
| | |
| 4.1.4 Relacionamento externo | |
| 1) Qualificação do relacionamento com juízes, serventuários, policiais estaduais/federais, advogados públicos e privados, defensores públicos e | Responderam bom: Analúcia Andrade Hartmann, André Stefani Bertuol, Carlos Augusto de Amorim Dutra, Daniele Cardoso Escobar, Eduardo |

| | |
|---|--|
| organizações não-governamentais. | Barragan Serôa da Motta, Marcelo da Mota, Marco Aurélio Dutra Aydos, Maurício Pessutto, Walmor Alves Moreira. |
| 2) Relacionamento com colegas e servidores. | Responderam bom: Analúcia Andrade Hartmann, André Stefani Bertuol, Carlos Augusto de Amorim Dutra, Daniele Cardoso Escobar, Eduardo Barragan Serôa da Motta, Marcelo da Mota, Marco Aurélio Dutra Aydos, Maurício Pessutto, Walmor Alves Moreira. |

4.1.5 Dificuldades enfrentadas no desempenho das atribuições

| | |
|---|--|
| 1) Está satisfeito(a) com a divisão temática do trabalho? | <p>Responderam sim:</p> <p>- André Stefani Bertuol: O pequeno número de membros até o momento impossibilitou uma atuação concentrada e efetiva, do modo como seria desejado, em qualquer área da suposta especialização, sendo a divisão temática até o momento, no entanto, a que melhor agradou a todas as partes envolvidas e mais adequada a suas formações e experiências de atuação. Desde o início de sua atuação nesta PRSC, o membro atuou concomitantemente em uma série de áreas administrativas, algumas bastante onerosas como a Coordenação da Divisão de Tutela Coletiva e Cível (por aproximadamente seis anos, com a leitura, análise, verificação inicial da prevenção e distribuição por área de todos os documentos não criminais da atividade fim), com a atuação concomitante no meio ambiente até outubro de 2008; com a substituição parcial de 1/3 da matéria cível ambiental do colega Walmor durante os dois anos de seu afastamento e de todos os demais sempre que solicitado; com as substituições e atuações no eleitoral (PRE) e na Chefia por quatro anos; com o acúmulo, em</p> |
|---|--|

| | |
|---|--|
| | <p>tais substituições do PRE, dos dois gabinetes de patrimônio público; com representações institucionais em grupos e eventos; com a atuação em matérias de câmaras; com a necessidade financeira de substituições para gastos familiares e a respectiva exigência de atuação nesses locais. Some-se a isso o fato de que há pelo menos quinze anos não há aumento de membros na atividade-fim da tutela coletiva e cível em Florianópolis com a recente decisão do CSMPF de não repor duas vagas nesta Capital, impossibilitando o exercício da exclusividade eleitoral até o momento e novamente cumulando dois Gabinetes de Patrimônio. Descontadas, portanto, as dificuldades de atuação que decorrem dessas circunstâncias, é possível responder afirmativamente à pergunta formulada no presente item.</p> <p>Responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analúcia de Andrade Hartmann: Os ofícios da tutela coletiva estão desequilibrados, gerando acúmulo para alguns. - Carlos Augusto de Amorim Dutra: entende que é necessário um Procurador com exclusividade no cível remanescente para que possa atuar nos inúmeros processos e procedimentos existentes na área do consumidor e ordem econômica, inclusive com demanda reprimida. |
| <p>2) Está satisfeito(a) com o sistema de distribuição de expedientes/procedimentos extrajudiciais e judiciais?</p> | <p>Responderam sim:</p> <ul style="list-style-type: none"> - André Stefani Bertuol: O mesmo comentário supra. Resumindo, o maior número de membros com atuação local exigiria menos substituições e auxiliaria na distribuição sem prejuízo da especialização. Quanto ao procedimento de distribuição, se é a isso que a pergunta se refere, a saída do signatário da |

| | |
|---|--|
| | <p>Coordenação e da distribuição de feitos prejudicou, no seu entender, a confiabilidade desta, mas, por sugestão própria, e em face do quadro atual e do volume de serviço, é necessário delegar em princípio a um servidor o procedimento, sujeito ao aprovo do Coordenador e à retificação do que recebe o documento.</p> <p>Responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analúcia de Andrade Hartmann: A coordenação jurídica leva tempo demais para a verificação de existência de precedentes, tais informações são muitas vezes equivocadas (a depender, portanto, da memória dos Procuradores), os PIs ficam sem atuação durante esse (longo, algumas vezes meses) período sem atenção para casos urgentes, muitas vezes as informações são apenas sobre PAs e ICPs e não inclui ACPs (mais confusão e duplicidades, podendo gerar até propositura dupla), não há um vocabulário controlado para os descritores dos ICPs, o que continua a gerar duplicidade de atuação. - Carlos Augusto de Amorim Dutra: a falta de Procuradores na capital tem ocasionado constantes substituições. Outrossim, é necessário um Procurador com exclusividade no nível remanescente para que possa atuar nos inúmeros processos e procedimentos existentes na área do consumidor e ordem econômica, inclusive com demanda reprimida. |
| <p>3) Atos normativos que regulam a distribuição e divisão temática na Unidade, com eventuais observações (informação do Relator da Comissão de Correição).</p> | <p><u>João Francisco Bezerra de Carvalho</u> - Como já na época do Dr. Claudio Dutra Fontella havia a acumulação de atribuições do 6º Ofício com funções eleitorais e a substituição na chefia da Unidade, foi criada uma sistemática de distribuição de processos judiciais entre os Procuradores com atribuição na área cível, adotando-se o sistema de distribuição automática da PGR, mas sem vinculação. Assim, a maior dificuldade em tal ofício se</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>encontra na tramitação adequada dos procedimentos administrativos e ICPs, mormente quando o 6ª Ofício tem como atribuição a tutela do patrimônio público, em virtude da atual situação de vacância. Desta feita, foram selecionados os três procedimentos mais antigos para análise do andamento dos feitos. Foram elaboradas duas recomendações, havendo registro de onze reuniões, oito das quais realizadas pelo então Procurador Carlos Dutra Fontella e as demais pelo Procurador Marcelo da Mota, sendo comprovado que, malgrado as limitações acima expostas, há atenção aos prazos de prorrogação de procedimentos e ICPs, bem como conversão de PAs em ICPs. Os trabalhos no último gabinete correicionado (11º Ofício) tiveram início às 16 h e 45 min. Primeiramente, o correicionado instado a esclarecer a resposta dada ao item item //6.1. do relatório (ofícios/atribuições), afirmou que, por equívoco, apontou a atuação em todas as Câmaras de Coordenação, quando, na verdade, não tem atuação perante as Câmaras de Coordenação, tampouco como representante das Câmaras no Estado de Santa Catarina, mas sim recebe procedimentos e processos cujas matérias são objeto das Câmaras respectivas (matéria infraconstitucional, ordem econômica, meio ambiente e patrimônio público). Relata o correicionado, por outro lado, a existência de dificuldades na substituição entre os Procuradores Ana Lúcia e Walmor, o que acaba por onerar o correicionado. Por outro lado, a decisão de repartir a atribuição na matéria ambiental por critérios geográficos, ainda em fase de implantação, já aponta para a solução do problema de distribuição.</p> <p><u>Januário Paludo</u> – no gabinete do procurador Marco Aurélio Dutra Aydos, há acúmulo de trabalho decorrente da atual distribuição criminal, conforme apontado no item V do questionário, nº 01 e 10 e no anexo relatório analítico. O item 8 do questionário (Peças de informações cíveis) foi corrigido, conforme consta na anexa informação.</p> |
|--|--|

4.1.6 Sugestões para melhoria dos serviços

| | |
|------------------------------|--|
| Analúcia de Andrade Hartmann | Organização das secretarias e coordenações, a fim de não sobrecarregar os gabinetes com funções administrativas e de controle do sistema informatizado; Organização e orientação para um |
|------------------------------|--|

| | |
|--------------------------------|---|
| | <p>trabalho mais eficaz da Coordenação jurídica; Treinamento adequado dos servidores e dos Procuradores para utilização do sistema UNICO; Melhoria na prestação de serviços de pesquisa pela biblioteca; Implantação de programa de gestão ambiental; Estabelecimento de um vocabulário controlado (ver resposta anterior) para identificação de ICPs (ementa); Distribuição mais equânime de trabalho entre os Procuradores lotados na unidade de tutela coletiva; Mais assessoria pericial; Reposição das vagas de Procurador nesta capital, já que essa prolongada carência (uma das vagas na unidade criminal está em aberto há mais de um ano, desde a aposentadoria do Dr. Carlos Antônio) cria demandas extras e inviabiliza a especialização.</p> |
| André Stefani Bertuol | <p>Aumento urgente do número de membros na Capital, além das imediatas reposições.</p> |
| Carlos Augusto de Amorim Dutra | <p>1 – Preenchimento urgente e imediato das vagas existentes em Florianópolis. 2 – Aumento para, no mínimo, 20 (vinte) a lotação de Procuradores em Florianópolis. 3 - Procurador com exclusividade no cível remanescente para que possa atuar nos inúmeros processos e procedimentos existentes na área do consumidor e ordem econômica, inclusive com demanda reprimida. Esse preenchimento poderá ocorrer após o aumento da lotação de Procuradores em Florianópolis.</p> |
| Daniele Cardoso Escobar | <p>Passado um ano da Correição Ordinária passada, depois de muito trabalho para colocar em dia o Gabinete, minhas sugestões seguem as mesmas, porquanto, inobstante o trabalho de “planejamento estratégico” realizado com afinco no MPF, a situação em nada difere daquela verificada no ano passado, razão pela qual adapto meus comentários a respeito do tema. Como fechamento para tudo o que foi dito, reputo como uma das maiores dificuldades a divisão de trabalho entre os colegas. Falta ao MPF a Lei de</p> |

Ofícios. O princípio da auto-organização não pode ser levado ao extremo por cada Unidade. Por mais que sejamos conscientes e ciosos de nossas atribuições e funções constitucionais, não é razoável que a definição do número de Procuradores por área/Ofício seja deixada a critério dos próprios Procuradores. O Ministério Público, como instituição essencial que é, deveria ser pensado globalmente (nacionalmente), e não de forma compartimentada, como se cada Procuradoria da República no Estado fosse um Ministério Público único. Se são todos Ministérios Públicos, se são todos Procuradores da República, deveriam ser tratados de forma isonômica, bem como as demandas sociais existentes em cada localidade. Por qual razão a tutela dos direitos difusos e coletivos em determinado estado merece mais atenção do que em outro? Podemos deixar essa definição de prioridade de atuação a cargo de cada Procuradoria? O que se mostra mais adequado com o papel da instituição: o planejamento institucional e a definição de prioridades visando ao cumprimento das funções constitucionais do Ministério Público ou a escolha da área de atuação de acordo com a preferência do Procurador da República? Talvez nada disso precisasse estar sendo pensado se estivéssemos em uma Procuradoria de um Procurador só. No entanto, hoje em dia, são raras essas ocorrências. Difícil é o consenso em Procuradorias maiores, como ocorre nesta PR/SC. A minha sugestão, de maneira geral, é para a elaboração da Lei de Ofícios. No entanto, enquanto houver essa ausência de regulamentação, sugiro que a Corregedoria, com base no conhecimento obtido nesta primeira rodada de correições ordinárias, oriente, explicita e defina a necessidade de cada Unidade, para que Colegas não tenham que passar pela situação constrangedora de ficar brigando constantemente por novos servidores (ou para simplesmente não perdê-los) e incremento

| | |
|---------------------------------|---|
| | do número de Procuradores. Ainda, pensando em curto prazo, sugiro a orientação sobre formas de atuação dada a situação posta. Como atuar, de que forma atuar e o que priorizar, considerando a quantidade de trabalho existente e os poucos recursos humanos disponíveis (incluindo capacidade de trabalho desta Procuradora)? |
| Eduardo Barragan Serôa da Motta | Creio que a PGR ainda se omite de muitas das polêmicas e dificuldades de convivência que persistem na PR/SC. Seria muito bom se ela acompanhasse mais de perto as unidades com histórico de problemas de relacionamento entre seus membros. Acredito que seria muito importante buscar conferir um grau maior de transparência na gestão administrativa da unidade, seja aos próprios servidores do MPF, seja à sociedade civil, bem como tornar cada vez mais efetiva a participação dos servidores nas principais decisões administrativas da PR/SC, as quais, a meu sentir, ainda são muito tomadas “a portas fechadas” ou com base em critérios como “antiguidade” entre PRs. |
| Marcelo da Mota | Não respondeu. |
| Marco Aurélio Dutra Aydos | Não respondeu. |
| Maurício Pessutto | Penso que seria importante que a instituição alterasse sua estratégia administrativa no que diz respeito à visão de estrutura. O que se percebe é que o MPF sempre esteve focado em estruturar mais as unidades administrativas da casa que a área fim, que constitui, em última análise, a função e a razão de ser do Ministério Público. Nota-se, por exemplo, a diferença dentre a disponibilização de funções comissionadas e vantagens remuneratórias aos servidores que trabalham na área meio, em detrimento daqueles da área fim, implicando em incentivo a que os servidores procurem aquela área em prejuízo desta, sendo que deveria ocorrer justamente o contrário. Nota-se que enquanto existem setores com sobrecarga de trabalho, outros |

| | |
|----------------------|---|
| | <p>apresentam folga. Outro exemplo é a quantidade desproporcional e excessiva de cargos de técnico administrativos em detrimento dos de analista processual, dando a impressão que a visão institucional seja incentivar o desvio de função. É necessário que se constituam equipes adequadas de assessoria em gabinete. Também é necessário reforçar o quadro de assessoria pericial, avaliando-se as necessidades de cada unidade ou estado. Sugere-se, também, a avaliação das necessidades reais da unidade antes da lotação de cargos nas mesmas, tendo se verificado irracionalidade gerencial nesta prática (unidades com maior demanda não recebendo cargos, que eram alocados em unidades sem necessidade ou com menor necessidade). Proponho seja discutida estratégia de distribuição prévia de processos judiciais na Procuradoria Regional da República, a fim de viabilizar a atuação estratégica junto ao TRFs anteriormente à análise pelo julgador monocrático (reversão da decisão já tomada é muito mais difícil). Igualmente, seria importante a criação de rotina de atenção a casos especiais mediante contato com o tribunal e desembargadores (outras instituições como AGU, PGE etc fazem isso com resultados positivos). Também sugiro que haja análise quanto a dificuldades de utilização/alimentação do sistema Único, com capacitação dos servidores/procuradores, para aperfeiçoar seu proveito. Ainda quanto ao Sistema Único, seja providenciada a sua conectividade com o sistema da Justiça Federal para evitar dupla alimentação.</p> |
| Walmor Alves Moreira | Não respondeu. |

Legenda

| | |
|-----|---|
| N F | Notícia de Fato (Peça de Informação) |
| P P | Procedimento Preparatório (Procedimento Administrativo) |

4.1.7 Feitos pendentes nos gabinetes

PR/SC (Dados referentes ao período da correição –18 a 22/06/12)*

| MEMBRO | NOTÍCIA DE FATO | | | PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO | | PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL | INQUÉRITO CIVIL |
|--------------------------------|--------------------|----------|------|------------------------------------|---------------------|---|---|
| | Há mais de 30 dias | | | De 90 a 180 dias – sem prorrogação | Há mais de 180 dias | Sem prorrogação de prazo ou com prorrogação vencida | Sem prorrogação de prazo ou com prorrogação vencida |
| | Cível | Criminal | CEAP | | | | |
| Daniele Cardoso Escobar | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Marcelo da Mota | 0 | 6 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 4º Ofício | 0 | 137 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| André Stefani Bertuol | 10 | 0 | 0 | 0 | 9 | 0 | 7 |
| Mauricio Pessuto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Carlos Augusto de Amorim Dutra | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| Analúcia de Andrade Hartmann | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Walmor Alves Moreira | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 | 1 | 1 |
| Eduardo Baragan Seroa da Motta | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Marco Aurélio Dutra Aydos | 0 | 30 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| 6º Ofício | 4 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 24 |
| TOTAL | 14 | 174 | 0 | 0 | 24 | 2 | 61 |

4.2 CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DAS PRMS

4.2.1 Dados preliminares

1) Residência na sede

PRM/Blumenau

Todos moram na sede.

PRM/Caçador

Há um único membro e mora na sede.

PRM/ Chapecó

Há um único membro e mora na sede.

| | |
|--------------------------------|--|
| | PRM/Concórdia Há um único membro e mora na sede. |
| | PRM/Criciúma Todos moram na sede. |
| | PRM/Itajaí 2 moram na sede. Não mora na sede: Pedro Paulo Reinaldin |
| | PRM/Jaraguá do Sul Não mora na sede: Cláudio Valentim Cristani |
| | PRM/Joaçaba Há um único membro e mora na sede. |
| | PRM/Joinville Todos moram na sede. |
| | PRM/Lages Há um único membro e mora na sede. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e mora na sede. |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e mora na sede. |
| | PRM/São Miguel do Oeste Há um único membro e mora na sede. |
| | PRM/Tubarão Michael von Mühlen de Barros Gonçalves não mora na sede, ainda não houve manifestação do PGR (Processo nº 1.00.000.006661/2011-54) |
| 2) Acompanhamento da correição | PRM/Blumenau Os três procuradores lotados na PRM acompanharam a correição. |
| | PRM/Caçador *Aguarda informações Dr. Eugênio |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e acompanhou a correição. |
| | PRM/Concórdia *Aguarda informações Dr. Eugênio |
| | PRM/Criciúma Todos os procuradores lotados na PRM acompanharam |

| | |
|--|---|
| | a correição. |
| | PRM/Itajaí Todos os procuradores lotados na PRM acompanharam a correição. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e acompanhou a correição. |
| | PRM/Joaçaba *Aguarda informações Dr. Eugênio |
| | PRM/Joinville Todos os procuradores lotados na PRM acompanharam a correição. |
| | PRM/Lages Há um único procurador da República e acompanhou a correição. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e acompanhou a correição |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e acompanhou a correição. |
| | PRM/São Miguel do Oeste Há um único membro e acompanhou a correição. |
| | PRM/Tubarão O procurador da República lotado na PRM acompanhou a correição. |
| 3) Exercício da advocacia (Resolução n. 16/07) | PRM/Blumenau Nenhum membro exerce a advocacia. |
| | PRM/Caçador Há um único membro e não exerce a advocacia. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e não exerce a advocacia. |
| | PRM/Concórdia Há um único membro e não exerce a advocacia. |
| | PRM/Criciúma Nenhum membro exerce a advocacia. |
| | PRM/Itajaí Nenhum membro exerce a advocacia. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e não exerce a advocacia. |
| | PRM/Joaçaba |

| | |
|--|--|
| | Há um único membro e não exerce a advocacia. |
| | PRM/Joinville |
| | Nenhum membro exerce a advocacia. |
| | PRM/Lages |
| | Há um único membro e não exerce a advocacia. |
| | PRM/Mafra |
| | Há um único membro e não exerce a advocacia. |
| | PRM/Rio do Sul |
| | Há um único membro e não exerce a advocacia. |
| | PRM/São Miguel do Oeste |
| | Há um único membro e não exerce a advocacia. |
| | PRM/Tubarão |
| | Há um único membro e não exerce a advocacia. |
| 4) Participação em sociedade comercial ou em organização não governamental | PRM/Blumenau |
| | Nenhum membro participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Caçador |
| | Há um único membro e não participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Chapecó |
| | Há um único membro e não participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Concórdia |
| | Há um único membro e não participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Criciúma |
| | Nenhum membro participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Itajaí |
| | Nenhum membro participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Jaraguá do Sul |
| | Nenhum membro participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Joaçaba |
| | Daniel Ricken participa da Ricken Consultoria Universitária Ltda. (empresa familiar inativa), CNPJ nº |

| | |
|----------------------------|--|
| | 03788022/0001-56, como sócio cotista (10%). |
| | PRM/Joinville Nenhum membro participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Lages Nazareno Jorgealém Wolff participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e não participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e não participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/São Miguel do Oeste Há um único membro e não participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| | PRM/Tubarão Há um único membro e não participa de sociedade comercial ou em organização não governamental. |
| 5) Exercício do magistério | PRM/Blumenau Nenhum membro exerce o magistério. |
| | PRM/Caçador Há um único membro e não exerce magistério. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e não exerce magistério. |
| | PRM/Concórdia Há um único membro e não exerce magistério. |
| | PRM/Criciúma Nenhum membro exerce o magistério. |
| | PRM/Itajaí 2 não exercem o magistério. 1 exerce o magistério na sede: Pedro Paulo Reinaldin. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e não exerce magistério. |
| | PRM/Joaçaba Há um único membro e não exerce magistério. |
| | PRM/Joinville |

| | |
|--|--|
| | <p>Nenhum membro exerce o magistério.</p> <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e não exerce magistério.</p> <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e não exerce magistério.</p> <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e não exerce magistério.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Maria Rezende Capucci exerce o magistério na sede.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e não exerce magistério.</p> |
| 6) Preenchimento semestral do formulário on-line sobre o exercício do magistério | <p>PRM/Blumenau</p> <p>Todos os membros preenchem.</p> <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e preenche semestralmente o formulário on-line sobre o exercício do magistério.</p> <p>PRM/Chapecó</p> <p>Renato de Rezende Gomes não respondeu.</p> <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e preenche semestralmente o formulário on-line sobre o exercício do magistério.</p> <p>PRM/Criciúma</p> <p>Todos os membros preenchem.</p> <p>PRM/Itajaí</p> <p>2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Roger Fabre.</p> <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e preenche semestralmente o formulário on-line sobre o exercício do magistério.</p> <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e preenche semestralmente o formulário on-line sobre o exercício do magistério.</p> <p>PRM/Joinville</p> <p>3 responderam sim.</p> <p>Mário Sérgio Ghannagé Barbosa não respondeu.</p> <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e preenche semestralmente o</p> |

| | |
|----------------|---|
| | <p>formulário on-line sobre o exercício do magistério.</p> <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e preenche semestralmente o formulário on-line sobre o exercício do magistério.</p> <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e preenche semestralmente o formulário on-line sobre o exercício do magistério.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e preenche semestralmente o formulário on-line sobre o exercício do magistério.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Michael von Mühlen de Barros Gonçalves respondeu não.</p> |
| 7) Assiduidade | <p>PRM/Blumenau</p> <p>Todos os membros comparecem todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e comparece todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e comparece todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e comparece todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Criciúma</p> <p>Todos os membros comparecem todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Itajaí</p> <p>Todos os membros comparecem todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e comparece todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e comparece todos os dias úteis</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>na Procuradoria.</p> <p>PRM/Joinville</p> <p>Todos os membros comparecem todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e comparece todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e comparece todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e comparece todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e comparece todos os dias úteis na Procuradoria.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e comparece todos os dias úteis na Procuradoria.</p> |
| <p>8) Apontamento das características sociais, econômicas, ambientais, populacionais etc da região, que geram maior demanda de trabalho</p> | <p>PRM/Blumenau</p> <p>- Eduardo de Oliveira Rodrigues: Devido ao grande número de empresas na região, destacam-se os delitos de ordem tributária e previdenciária (custeio e benefícios).</p> <p>- João Marques Brandão Neto: cidade muito politizada. IDH e PIB altos, problemas com enchentes e terceira cidade do Estado em população. Cabe repetir o que já foi colocado quando da correição anterior: a cidade é altamente industrializada, de modo que há muita demanda na área criminal decorrente de não recolhimento de contribuições previdenciárias e sonegação de tributos; também, desde que houve consenso no judiciário sobre a competência da Justiça Federal para tratar de questões relativas ao fornecimento de remédios, tem aumentado consideravelmente a procura do MPF para defesa do</p> |

direito à saúde; agora, o TRF4 entendeu ser facultativo o litisconsórcio da União, mas isto não trouxe reflexos na demanda da PRM; questões ambientais têm também forte demanda, seja por provocação dos interessados, seja por atuações dos órgãos ambientais; haveria forte demanda por questões de lavagem de dinheiro, em face da industrialização e correspondente riqueza da cidade, só que estou impedido de atuar na matéria e não tenho condições de investigar a respeito; o que chega ao MPF é remetido para Florianópolis; a cidade é a terceira maior do Estado em população, mas é o segundo PIB; a demanda de trabalho tem sido subestimada pelo MPF, que insiste em não prover todas as 5 vagas de Procurador da República; atualmente, das 5, só três estão lotadas; assim, em face da forte demanda reprimida, qualquer avaliação não é correta, pois, a julgar pelo aumento da movimentação processual com a chegada de um terceiro Procurador, em 2006, é correto presumir que, com a lotação de todos os 5 Procuradores, a movimentação terá significativo aumento.

- Ricardo Kling Donini: região industrializada, relativamente populosa e com muita vegetação e cursos d'água, o que gera demandas cíveis e criminais ambientais, além da ocorrência de crimes previdenciários e tributários, contrabando/descaminho e moeda falsa.

PRM/Caçador

- Anderson Lodetti Cunha de Oliveira: A circunscrição é composta por vinte municípios, dos quais quatro têm população maior que quarenta e cinco mil habitantes (Caçador, com 75 mil, Porto União com 55 mil habitantes, Videira e Curitibanos com aproximadamente 45 mil) e os demais com população entre dois mil e trinta mil pessoas. A região tem uma

economia baseada no extrativismo de madeira, agricultura (com destaque para o cultivo de tomate e maçã), avicultura, suinocultura e indústrias (concentradas em Caçador, Videira, Porto União, Fraiburgo e Curitiba). A distribuição de renda é extremamente desigual, sendo perceptível a predominância das classes economicamente mais débeis (agravada pelos empregos sazonais do tomate e do extrativismo madeireiro e ervateiro). Há também muitos assentamentos de reforma agrária, aproveitamentos hidráulicos para pequenas centrais hidrelétricas e reflorestamento de pinus. Como há vários municípios pequenos que dependem de verbas federais, a maior demanda é relativa aos desvios de verbas públicas federais destinadas aos municípios. Como este membro do MPF também entende que é competente para investigar e processar desvios de verba do SUS.

A vegetação nativa é toda do Bioma Mata Atlântica, de Floresta Ombrófila Mista (predomínio das araucárias, embúias e xaxins). Por estar no bioma da Mata Atlântica, todo corte/supressão de vegetação na região está sujeita às limitações da Lei 11.428/06, além do código florestal. Como a lei da Mata Atlântica foi bem restritiva, as questões de degradação ambiental para fins de plantio e, principalmente, reflorestamento por pinus gera bastante demanda de atuação por parte do Ministério Público Federal. As principais demandas na parte criminal são: sonegação fiscal, moeda falsa, descaminho/contrabando, tráfico de medicamentos e fraudes ao INSS. Na área ambiental são desmatamentos irregulares, que originam ICPs para obrigar o infrator a regenerar a área. Na área do consumidor e ordem econômica a demanda é normal, em regra envolvendo concessionários de serviço público federal. Na área da PFDC há questões

| | |
|--|---|
| | <p>envolvendo os assentamentos de reforma agrária, questões de medicamentos e acessibilidade. Na área do patrimônio público é onde há mais demanda, especialmente com verbas de convênios federais específicos e do SUS. Na área das minorias há três situações bem identificadas. A primeira é a Terra Indígena Rio dos Pardos (comunidade xokleng). A segunda é identificação de possível território indígena kaingang em Fraiburgo e o terceiro é a comunidade quilombola dos Campos do Poli (também em Fraiburgo). Outro aspecto que está gerando trabalho é o grande número de Pequenas Centrais Hidrelétricas que estão licenciadas, planejadas ou em construção nos municípios da circunscrição.</p> |
| | <p>PRM/Chapecó</p> <p>- Renato de Rezende Gomes: Crime: 334; 289;299; 273; 171 (previdenciário), todos do Código Penal e crimes ambientais Cível: indígenas, ambiental, saúde e improbidade.</p> |
| | <p>PRM/Concórdia</p> <p>Andrei Mattiuzi Belvedi: Na área cível, o maior número de demandas é relacionado ao fornecimento de medicamentos e tratamento de saúde pelo Poder Público. Também há atuação destacada no que tange ao acompanhamento de PCH's (Pequenas Centrais Hidrelétricas) em municípios da região. Ainda, tem-se os procedimentos relativos à defesa do patrimônio público, envolvendo irregularidades em licitações e no uso de verbas públicas, notadamente as originadas de relatórios de fiscalizações promovidas pela CGU. Na área criminal as denúncias que tramitam em maior número são aquelas relativas ao crime de contrabando/descaminho, moeda falsa, crime contra a ordem tributária e estelionato.</p> |
| | <p>PRM/Criciúma</p> <p>- Darlan Airton Dias: A PRM Criciúma/SC atua perante a</p> |

Subseção Judiciária de Criciúma/SC, abrangendo 26 municípios. Em 01/01/2013, com a posse do primeiro prefeito, será instalado um 27º município, Balneário Rincão. A população total destes municípios é de 571.638 habitantes, segundo o senso de 2010 (IBGE). Os maiores municípios são Criciúma (192.236 hab.), Araranguá (61.339 hab.), Içara (58.859 hab.), Sombrio (26.626 hab.), Forquilha (22.548 hab.), Orleans (21.395 hab.) e Urussanga (20.222 hab.). Em Criciúma e nos municípios do entorno (Içara, Morro da Fumaça, Forquilha, Siderópolis e Nova Veneza) há muitas indústrias, destacando-se as de mineração de carvão, metal mecânica, têxtil, cerâmica e plásticos. Já na região mais ao sul, que engloba Araranguá e vários municípios menores, destaca-se a produção agrícola, especialmente arroz irrigado, fumo e banana. Consultando-se o PNUD, constata-se que o IDH médio ponderado destes municípios é 0,81. O maior IDH é do município de Urussanga (0,85) e o menor, do município de Balneário Gaivota (0,71). A maior demanda de trabalho para a PRM Criciúma é, sem dúvida, na área ambiental. A mineração de carvão na região, durante mais de um século, desenvolveu-se sem qualquer cuidado ambiental. Como resultado, tem-se um imenso passivo ambiental, hoje estimado em aproximadamente 5.000 hectares, além da degradação dos recursos hídricos de três bacias hidrográficas (rio Tubarão, rio Urussanga e rio Araranguá). Além da mineração de carvão, há também a mineração de argila, areia e seixos rolados, que envolve uma quantidade muito grande de empresas e pequenos degradadores. Tem-se, ainda, uma extensa Zona Costeira, que banha cinco municípios, com crescimento urbano desordenado, que ameaça as áreas de dunas e restinga. E, por fim, há duas importantes unidades de conservação federais, os Parques Nacionais de

Aparados da Serra e da Serra Geral. Na área da cidadania, destacam-se os problemas envolvendo a prestação de serviços de saúde. Em Criciúma existe um único hospital filantrópico que atende pelo SUS, para demandas de média e alta complexidade, e mais um hospital infantil municipal. Ambos têm problemas de financiamento e funcionam precariamente. Ainda na área da cidadania, deve-se mencionar as ações civis públicas que postulam o fornecimento de medicamentos não fornecidos pelo SUS. Hoje temos 92 ACPs tramitando com este objeto. Na área criminal, destacam-se os crimes de contrabando e descaminho, principalmente de cigarros, tráfico de entorpecentes, crimes previdenciários e crimes relacionados à emigração ilegal. Criciúma é conhecida como “Nova Valadares”, visto que nas últimas décadas milhares de pessoas da região emigraram, legal e ilegalmente, principalmente para a região de Boston, nos Estados Unidos, Itália e Alemanha. Por fim, menciono que na região há uma comunidade quilombola, cujo território coincide parcialmente com a área dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

- Patrícia Muxfeldt: Por ser uma região que se localiza próxima às Serras Geral, Aparados da Serra e do Rio do Rastro, com grande número de cursos d'água e vegetação abundante, há muita demanda na área ambiental, nas esferas cível e criminal. A região também possui forte setor ceramista, gerando, também na área ambiental, inúmeros procedimentos administrativos de regularização do setor. Por fim, saliento ainda, ser uma região razoavelmente industrializada e com comércio desenvolvido, o que tem gerado alguns Procedimento Investigatórios Criminais por crimes tributários.

- Rafaella Alberici de Barros Gonçalves: A PRM Criciúma/SC atua perante a Subseção Judiciária de

Criciúma, abrangendo 26 municípios no sul do estado de Santa Catarina. Por se tratar de região litorânea, com três unidades de conservação federais e ainda intensa atividade industrial e de extração mineral (carvão, areia, argila e seixo rolado), é muito acentuada a demanda de trabalho na área ambiental. Além dos cinco municípios diretamente banhados pelo Oceano Atlântico, há ainda outros dois incluídos na região costeira, conforme mapeamento do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO/SC). Tais municípios apresentam um crescimento urbano desordenado, à margem de qualquer gestão costeira integrada e sem a devida tutela dos terrenos de marinha por parte da União. Além disso, encontram-se entre aqueles com os IDHs mais baixos do Estado. Assim, a ocupação costeira irregular dá-se, por um lado, através da grande especulação imobiliária, especialmente em razão da proximidade com os grandes centros urbanos do Rio Grande do Sul e, por outro, em razão do problema social que leva famílias a ocuparem áreas de preservação permanente. Como resultado, tem-se um enorme contingente de construções, obras e empreendimentos irregulares, degradando os ecossistemas de dunas e restinga e contando com a conivência dos governos municipais, estadual e federal. Tais fatores impõem ao Membro do Ministério Público Federal atuação firme nas frentes cíveis e penais, além do enorme trabalho em tratativas extrajudiciais. A região possui altíssima relevância ambiental, sendo em parte abrangida pela Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca. Destacam-se também a foz do Rio Araranguá, inserida dentro da área chamada “Lagoas Costeiras do Extremo Sul de SC”, mapeada dentre as “Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade” e classificada como uma área com prioridade de conservação “Muito alta”

e importância biológica “Extremamente alta” pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – MMA. A preservação desse ecossistema vem sendo ameaçada por empreendimentos públicos (projeto de Fixação da Foz do Rio Araranguá, o qual é objeto de convênio integrante do PAC) e privados, o que demanda constante atenção do MPF. A região também é caracterizada por conflitos em torno da atividade da pesca, além da pesca ilegal, o que demanda intensa atuação nas áreas da tutela coletiva e criminal (crimes ambientais e fraudes em razão do seguro defeso). Há, também, duas importantes unidades de conservação federais, os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, além de um rio federal. Na área criminal, destacam-se os crimes contra a ordem tributária, além do descaminho, principalmente de cigarros, bem como os crimes de falsidade relacionados à emigração ilegal. Em operação deflagrada em 2011, verificou-se a existência de organização criminosa na região de Criciúma que fornecia documentos falsos para pessoas em todo o país, para a obtenção indevida de vistos junto aos consulados dos Estados Unidos e Canadá. A região também é pródiga em fraudes contra o INSS. Atualmente encontra-se em andamento, neste 2º Ofício, operação na qual se investigou a atuação de grupo criminoso organizado voltado ao cometimento de crimes de atestado médico falso, tráfico de influência e estelionato contra o INSS, o qual gerou, apenas entre 2011 e 2012, um prejuízo de pelo menos três milhões de reais à autarquia previdenciária.

PRM/Itajaí

- Pedro Paulo Reinaldin: Ambiental e comércio exterior.
- Pedro Nicolau Moura Sacco: A região da Subseção

Judiciária de Itajaí tem a economia baseada nas operações portuárias dos portos de Itajaí e Navegantes e na especulação imobiliária. Tal base econômica enseja problemas ambientais, uma vez que a especulação imobiliária se apropria de um ativo inestimável sob o ponto de vista econômico: a natureza local. Os trâmites burocráticos necessários à destruição do meio ambiente junto às entidades locais e as operações dos portos, estimuladas artificialmente pela guerra fiscal, criam um ambiente local permeado pela corrupção, fenômeno que se sente e se conhece no dia-a-dia, mas cujo caráter difuso e generalizado na sociedade local inviabiliza investigações consistentes. A propósito, o setor de “diversões”, na forma de grandes casas noturnas e das chamadas festas “rave”, com milhares de participantes em cada evento, vem ganhando relevância econômica no Município de Balneário Camboriú, um dos principais focos de problemas da Subseção de Itajaí. Como é notório, tal atividade é quase sempre vinculada ao grande tráfico de drogas. No entanto, pelas circunstâncias locais, a atividade policial incide sobre o microtráfico ou traficantes de pouca expressão. A Subseção Judiciária de Brusque tem uma economia baseada na pequena indústria têxtil e de acessórios de vestuário, agricultura familiar, exploração mineral de insumos de construção civil e sofre também de um surto, ainda que bem mais modesto, de especulação imobiliária. A configuração geográfica dos municípios da Subseção de Brusque, encravados em encostas de frágil composição geológica, estimula ilícitos ambientais em razão do crescimento demográfico sem áreas adequadas para ocupação humana. Não obstante, à diferença da subseção litorânea de Itajaí, a competência, em tais casos, é geralmente da Justiça Estadual. No mesmo sentido, a atividade de lavra clandestina ou inadequada

às condicionantes ambientais constitui objeto de atuação do MPF naquela Subseção. Vale, ainda, mencionar que a sonegação tributária pelas pequenas e médias empresas locais já é um traço da cultura de Brusque e adjacências. Fenômeno que também vem ganhando relevância nos últimos anos em ambas Subseções, que já poderíamos considerar como fator importante na geração da “riqueza” local, é a chamada Indústria do Desastre. No desastre ambiental de novembro de 2008, que atingiu as subseções judiciárias do alto e do baixo Vale do Itajaí, as prefeituras diretamente ou por intermédio do Governo do Estado receberam da União montante aproximado de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de reais), descontados os R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) destinados à recuperação do Porto de Itajaí. É extremamente difícil, senão impossível, verificar a aplicação adequada desses recursos emergenciais, boa parte composta por locação de máquinas e de mão de obra para correção de desabamentos e reforço de encostas, cujas supostas horas de trabalho são inteiramente pagas, como se as contratações emergenciais fossem integralmente cumpridas. Na verdade, é inviável a verificação ulterior do cumprimento de tais contratos de “horas-máquinas” ou de mão de obra emergencial, cujas prestações de contas sempre apresentam satisfação de 100% do ajustado e são aprovadas pelos órgãos federais concedentes dos recursos.

- Roger Fabre: Os Municípios pertencentes à Subseção Judiciária de Itajaí são litorâneos e apresentam atributos naturais expressivos, havendo forte pressão imobiliária tendente a descaracterizar os ecossistemas presentes. A densidade demográfica é alta no litoral Centro-Norte do Estado de Santa Catarina. Por outro lado, existe Delegacia da Polícia Federal que conta com

10 (dez) Delegados e uma região portuária bem desenvolvida às margens do rio Itajaí-Açu, com os Portos de Itajaí e Navegantes operando em grande escala e representatividade. Há problemas sérios no que se refere às fraudes em importação, interposição fraudulenta e subfaturamento. A par disso, a Procuradoria da República Polo também atende à Subseção Judiciária de Brusque, de menor porte. O tempo de deslocamento até a sede da Justiça Federal do Município gira em torno de 45 minutos. Há problemas ambientais sérios nessa Subseção, que não conta com municípios costeiros mas apresenta descaracterização considerável de seus morros e nascentes. A fiscalização, no entanto, é deficiente nessa região. Em Itajaí, a Polícia Federal tem atuado, com frequência, na repressão ao tráfico internacional de drogas, o que tem exigido o acompanhamento do MPF.

PRM/Jaraguá do Sul

- Cláudio Valentim Cristani: A maior demanda de trabalho está relacionada com crimes tributários, moeda falsa e estelionato/falsidade em face do INSS. Também há uma grande demanda na área da saúde, posto que não existe defensoria pública em Jaraguá do Sul/SC.

PRM/Joaçaba

- Daniel Ricken: A Procuradoria da República em Joaçaba exerce suas atribuições em vinte municípios da região meio-oeste de Santa Catarina. Trata-se de região cujas principais atividades econômicas são a suinocultura, avicultura e agricultura. As primeiras são atividades econômicas que geram importante impacto ambiental, gerando demanda ao Ministério Público, embora seja atribuição, via de regra, do MPSC. Ainda, pode-se destacar a grande quantidade de assentamentos do INCRA na região, de modo que tramitam inúmeros procedimentos, inquéritos civis,

inquéritos policiais e processos judiciais envolvendo temas correlatos às atividades desenvolvidas pela autarquia federal. Na esfera criminal, tem-se como destaque, além de crimes ambientais e fraudes contra o INSS, a prática de contrabando e descaminho em razão das rodovias BR-282 e BR-153 serem importantes corredores utilizados pelos criminosos. Ainda, por se tratar de uma região pobre, se comparada com o litoral catarinense, com diversos pequenos municípios sem atividade econômica em larga escala, há importante repasse de verbas federais, sendo que a Controladoria-Geral da União tem identificado inúmeras irregularidades. Esses relatórios têm gerado demanda a esta unidade do MPF, seja para ajuizamento de ações cíveis e penais, com prévios ICPs e IPLs, seja promovendo o arquivamento de falhas formais das municipalidades.

PRM/Joinville

- Davy Lincoln Rocha: Em razão de encontrar-se a PRM em região de manguezais, abrangida por bacia hidrográfica afetada por marés e aos fundos da Baía da Babitonga, a demanda ambiental na área cível e criminal é expressiva e constante. O IBAMA é praticamente inexistente, quando não inoperante, tornando a atividade dos Procuradores na área ambiental ainda mais difícil e com maior consumo de esforço e dedicação. Sendo Joinville a maior cidade do Estado, a demanda cível na área de saúde é igualmente expressiva, máxime quando considerada a escassez de recursos do SUS na região. O Estado de Santa Catarina é o único da Federação a não ter Defensoria Pública Estadual, enquanto na Federal, apenas a partir de 2011 começou a atuação de um único Defensor Público Federal, hoje com apenas 2 Defensores, situação que gera imensa demanda ao MPF na área da cidadania, em todas as suas vertentes. Joinville conta hoje com

uma das maiores, senão a maior soma de ações civis públicas na área de saúde. A precaríssima estrutura das instalações da PRM, com extremada insuficiência de espaço físico, tem sido fator limitante não só ao atendimento da população (não se dispõe, por exemplo, de um espaço físico para atendimento do cidadão), mas, principalmente, para o desenvolvimento dos trabalhos, principalmente, dos servidores, que hoje se encontram amontoados nas poucas salas da PRM. A maior dificuldade enfrentada na PRM/Jlle situava-se na ausência da lotação do quinto cargo de Procurador da República (o 5º PR em Joinville iniciará suas atividades em agosto de 2012), previsto em lei, sendo que só a partir de 2007 foi lotado o quarto Procurador. Na área criminal, embora o número de inquéritos policiais seja superior ao de Florianópolis, o número de Delegados de Polícia Federal, atualmente 11, é drasticamente inferior ao da Capital, hoje mais de quarenta Delegados. A qualidade do trabalho policial nos inquéritos vem decaindo a cada ano, estando hoje muito aquém do que se poderia chamar, no mínimo, de desejável.

- Mário Sérgio Ghannagé Barbosa: Em razão de encontrar-se a PRM em região de manguezais, abrangida por bacia hidrográfica afetada por marés e aos fundos da Baía da Babitonga, a demanda ambiental na área cível e criminal é expressiva e constante. O IBAMA é praticamente inexistente, quando não inoperante, tornando a atividade dos Procuradores na área ambiental ainda mais difícil e com maior consumo de esforço e dedicação. Sendo Joinville a maior cidade do Estado, a demanda cível na área de saúde é igualmente expressiva, máxime quando considerada a escassez de recursos do SUS na região. O Estado de Santa Catarina é o único da Federação a não ter Defensoria Pública Estadual, enquanto na Federal,

apenas a partir de 2011 começou a atuação de um único Defensor Público Federal, hoje com apenas 2 Defensores, situação que gera imensa demanda ao MPF na área da cidadania, em todas as suas vertentes. Joinville conta hoje com uma das maiores, senão a maior soma de ações civis públicas na área de saúde. A precaríssima estrutura das instalações da PRM, com extremada insuficiência de espaço físico, tem sido fator limitante não só ao atendimento da população (não se dispõe, por exemplo, de um espaço físico para atendimento do cidadão), mas, principalmente, para o desenvolvimento dos trabalhos, principalmente, dos servidores, que hoje se encontram amontoados nas poucas salas da PRM. A maior dificuldade enfrentada na PRM/Joinville situava-se na ausência da lotação do quinto cargo de Procurador da República (o 5º PR em Joinville iniciará suas atividades em agosto de 2012), previsto em lei, sendo que só a partir de 2007 foi lotado o quarto Procurador. Na área criminal, embora o número de inquéritos policiais seja superior ao de Florianópolis, o número de Delegados de Polícia Federal, atualmente 11, é drasticamente inferior ao da Capital, hoje mais de quarenta Delegados. A qualidade do trabalho policial nos inquéritos vem decaindo a cada ano, estando hoje muito aquém do que se poderia chamar, no mínimo, de desejável.

- Rodrigo Joaquim Lima: O Município de Joinville é o mais populoso do Estado de Santa Catarina, com cerca de 515.250 mil habitantes (IBGE, 2010). É o maior polo econômico e tecnológico do Estado e o terceiro maior polo industrial do sul do Brasil. A cidade está situada na região norte do Estado, ao lado da Baía da Babilonga. Com os municípios de Garuva, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul e Barra Velha, que integram a área de atribuição da PRM/Joinville, forma-se longa faixa de zona costeira, com importantes e suscetíveis

áreas ambientais de vegetação de mata atlântica, restinga e extensos manguezais. Joinville é cortada pela rodovia federal BR-101, possuindo um dos maiores aeroportos do sul do país. Na área da atribuição da PRM, verificam-se também os Portos de São Francisco do Sul e de Garuva, em processo de expansão. Há patrimônio histórico, cultural (material e imaterial) e arqueológico de destaque, com mais de 40 áreas de sambaquis só em Joinville/SC. Há, também, comunidades indígenas, da etnia guarani, nas aldeias de Pindoty, Morro Alto, Tarumã e Piraí, em processo administrativo de demarcação de terras pela FUNAI, e nas aldeias Conquista, Jabuticabeira, Laranjeiras, Tapera e Ilha do Mel. Obs.: Maior detalhamento das características da região constou do ofício anexo ao questionário da Correição anterior, não tendo havido alteração relevante das características em questão.

- Tiago Alzuguir Gutierrez: principal polo econômico do Estado, maior cidade do Estado, enorme faixa de zona costeira, nove aldeias Guarani, enorme comunidade pesqueira, quatro portos (um em licenciamento), unidades do DPF, SRFB, PRF e demais órgãos federais, estradas federais, ferrovias, enorme demanda na área de saúde etc.

PRM/Lages

- Nazareno Jorgealém Wolff: A região de Lages é marcada por campos e pela presença de florestas de araucária, que demandam atuação na área ambiental. Além disto, a região apresenta um acentuado potencial de geração de energia hidrelétrica e eólica, com vários projetos de geração e transmissão de energia que demandam atuação do MPF. Na área do patrimônio público, os municípios da região têm recebido vultuosas quantias em repasses da União, para os mais diversos tipos de obra. E na área de cidadania, há uma demanda reprimida de atuação, pois se trata da região

| | |
|--|--|
| | <p>com o menor IDH do Estado de Santa Catarina.</p> |
| | <p>PRM/Mafra</p> <p>- Daniel Holzmann Coimbra: Crise no setor de exportação (moveleiro, madeira), o mais importante da região, gera grande número de sonegações fiscais. A localização é rota de contrabando. Demarcação da Terra Indígena de Ibirama gera vários conflitos fundiários. O rio Negro, divisa de Estados, atrai competência ambiental.</p> |
| | <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>- Flávio Pavlov da Silveira: A Subseção Judiciária de Rio do Sul abrange 29 (vinte e nove) municípios, com uma população aproximada de 300.000 (trezentos mil) habitantes. Na área abrangida pela Subseção Judiciária de Rio do Sul, fica a maior parte da T.I. La Klãnõ, com aproximadamente 37.100ha, onde estão localizadas sete Aldeias, envolvendo uma população de 2.000 (dois mil) indígenas. Na PRM, tramitam 09 procedimentos administrativos (lato sensu) sobre questões indígenas. Também existem três unidades de conservação federal (ARIE Serra da Abelha, FLONA Ibirama e Parque Nacional da Serra do Itajaí – esta última uma parcela pequena é localizada na área de atribuição da PRM Rio do Sul). Em relação à Unidade de Conservação ARIE Serra da Abelha, em decorrência da devastação ambiental promovida, somente no ano de 2010 foram ajuizadas 60 denúncias com ou sem oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo e propostas 47 transações penais. Há investigações em curso e processos criminais de grande porte que apuram crime de contrabando de agrotóxicos (ex. Operação Pó da China). Há, também, investigação e processos criminais em curso que apuram crimes praticados por organizações criminosas dentro da estrutura do INSS (especialmente nas agências de Rio do Sul e Ibirama, em que há em torno de 1000</p> |

benefícios com indícios de fraudes na concessão). Especificamente em relação aos casos de grandes fraudes no INSS, foram ajuizadas 08 ações penais com imputações de diversos fatos em cada uma delas de acordo com a tipologia de fraude, bem como tramitam ainda na PRM 03 procedimentos lato sensu sobre o tema. Há investigações em curso que apuram a prática de descaminho/contrabando de produtos de informática por organização criminosa, envolvendo prisões cautelares (preventiva e temporárias) e interceptações telefônicas. Há processos criminais de tráfico de internacional de pessoas e de redução à condição análoga à de escravo. Também há assentamentos do INCRA na região (municípios de Santa Terezinha e Taió). Há procedimentos administrativos lato sensu oriundos de fiscalização dos municípios realizados pela CGU (sorteio). A PRM adotou a rotina de separar procedimento por pasta de Ministérios. Tramitam hoje 05 procedimentos que apuram as irregularidades apontadas nos relatórios da CGU.

PRM/São Miguel do Oeste

- Maria Rezende Capucci: Por ser região de fronteira, há grande e crescente demanda em processos/procedimentos relacionados à contrabando/descaminho e tráfico internacional de drogas/armas, o que impõe rotineiras operações da PF/PRF/Força Nacional e Receita Federal, situação que gera constantes prisões em flagrante e consequente processos com réus presos.

Há, também, grande demanda ambiental (área criminal e tutela coletiva), sobretudo referente construções em Área de Preservação Permanente (margens de rios federais – Rio Uruguai e Peperi-Guaçu). Em face da grande área de atribuição da PRM (34 municípios), há grande demanda em relação à apuração de atos de

| | |
|---|---|
| | <p>improbidade administrativa (SUS, convênios e repasses de verbas federais, atos praticados por servidores públicos federais - PRF, INSS, etc) e relacionados ao Programa Bolsa Família. A PRM também atua efetivamente na promoção das condições de acessibilidade nos órgãos públicos e de acesso público, mediante utilização de pesquisas realizadas por bolsistas de universidade local, que servem de subsídio para expedição de recomendações e acompanhamento das necessárias adequações realizadas pelos locais inadequados.</p> |
| | <p>PRM/Tubarão</p> <p>- Michael von Mühlen de Barros Gonçalves: a matéria ambiental toma boa parte do tempo, especialmente devido ao fato de as Subseções Judiciárias de Tubarão e Laguna possuírem, aproximadamente, 120 km de costa, além de abrangerem os principais corpos lagunares da região sul, quais sejam: as lagoas de Santa Marta, Camacho e Garopaba do Sul (SC). Como de costume, em regiões litorâneas, a pressão imobiliária avança sobre as áreas de preservação permanente impondo ao Membro do Ministério Público Federal atuação firme nas frentes cíveis e penais, além do enorme trabalho em tratativas extrajudiciais.</p> |
| | |
| <p>4.2.2 Condições de trabalho</p> | |
| <p>1) Instalações físicas da unidade – sob o ponto de vista dos Membros da Comissão de Correição:</p> | <p>PRM/Blumenau</p> <p><u>João Heliofar de Jesus Villar</u></p> <p>A sede da PRM fica num prédio com vários andares. A sede ocupa todo o décimo andar e a metade do decimo primeiro. Cada andar conta com 700m² de área. Os espaços são amplos e as instalações físicas</p> |

| | |
|--|---|
| | plenamente satisfatórias. |
| | PRM/Caçador * Aguarda informações Dr. Eugênio |
| | PRM/Chapecó A Unidade precisa de mais um Procurador, conquanto mas não tenha espaço físico para a instalação de mais um gabinete. A falta de espaço é tanta que os funcionários alternam suas jornadas em razão da falta de postos de trabalho. Algumas modificações e reformas estão aprovados para minimizar essa dificuldade. A equipe de servidores está completa para atender a dois membros, o que ajuda a dar vazão na demanda de trabalho. Quanto à questão da segurança institucional, há uma certa vulnerabilidade dos documentos que ingressam, devendo ser fechado o acesso à sala onde ocorre a primeira triagem de processos e documentos que ingressam na Unidade, localizada junto ao local de fácil acesso ao público. A aquisição de detector de metais está dependendo de análise da USI. O atendimento ao público é feito na mesma sala de reuniões, local em que está também instalada a Biblioteca. Quando algum cidadão comparece em momento de reunião, o atendimento é feito precariamente na própria recepção, local que não reúne condições de privacidade nem comodidade para nenhum depoente. |
| | PRM/Concórdia * Aguarda informações Dr. Eugênio |
| | PRM/Criciúma <u>João Heliofar de Jesus Villar</u> Os procuradores relataram a realidade da PRM, e esclareceram como se opera o sistema de distribuição do trabalho entre eles. Os três disseram que estão satisfeitos com as condições de trabalho e com a estrutura da PRM, tanto no |

que diz respeito aos aspectos físicos -, de instalação, mobiliário, espaço etc., - quanto no que respeita ao número de servidores no trabalho de apoio. Não houve qualquer reclamação quanto aos aspectos de segurança e em relação às condições de trabalho. O prédio realmente apresenta excelentes condições. Fica em boa localização na cidade, num edifício com vários andares. A Procuradoria ocupa dois andares no edifício, e possui amplo espaço tanto para os gabinetes, quanto para os demais setores. Os gabinetes são amplos, com boas instalações físicas e iluminação.

PRM/Itajaí

Januário Paludo - Instalações físicas da unidade e acessibilidade são adequadas à atividade.

João Francisco Bezerra - As instalações da Unidade são bastante adequadas.

PRM/Jaraguá do Sul

Marcus Vinícius Aguiar Macedo

A Procuradoria da República no Município de Jaraguá do Sul/SC está estabelecida na Rua Ângelo Schiochet, nº 90, Bairro Centro, em Jaraguá do Sul/SC, possuindo sede própria, em um terreno de 627,00m², com área construída de 417,44m², sendo composta por um prédio de dois andares e uma edícula utilizada como arquivo.

O andar térreo é composto de Recepção, com área de 25,95m²; Sala de Atendimento ao Público, com 28,61m²; Banheiros para o Público, sendo 01 feminino/acessível, com 3,21m², e 01 banheiro masculino, com 1,44m²; Sala de Servidores, com 47,70m²; Sala de Processamento de Dados, com área de 4,12m²; Copa, com 10,16m²; Banheiros para Servidores, feminino e masculino, ambos com 1,64m² cada; Lavatório, com 2,65m², Área de Serviço, com 3,02 m², e, por fim, Área de Circulação, com 1,51m².

A Sala de Reuniões é utilizada como Biblioteca e conta com área de 16,81 m².

Anexo ao prédio principal, encontra-se o Arquivo e o Almoxarifado, com área de 10,95m², e banheiro, com área de 5,47m².

A garagem para as viaturas oficiais possui 28,11m², existindo, ainda, uma cobertura em toldo com área de 34,45m², na entrada do pátio interno. Todos os servidores e estagiários, bem como

colaboradores/terceirizados, possuem acesso ao pátio da PRM.

A segurança da sede é realizada por empresa contratada, mediante vigilância armada 24 horas. O Posto do Vigilante fica na recepção da Sede, na qual é feito o registro de entrada e saída de todas as pessoas estranhas ao quadro de servidores no prédio da PRM, assim como de servidores fora do horário de expediente, e de todos os carros funcionais ou particulares, aí incluídos os dos Membros e Servidores da PRM. Destaca-se ainda que nenhuma pessoa estranha ao quadro pode entrar no prédio sem prévia autorização da Coordenadoria. A PRM possui, ainda, sistema de vigilância monitorada por câmeras, interna e externamente, com gravação e monitoramento pelos vigilantes.

PRM/Jaraguá do Sul

Marcus Vinicius Aguiar Macedo

A Procuradoria da República no Município de Jaraguá do Sul/SC está estabelecida na Rua Ângelo Schiochet, nº 90, Bairro Centro, em Jaraguá do Sul/SC, possuindo sede própria, em um terreno de 627,00m², com área construída de 417,44m², sendo composta por um prédio de dois andares e uma edícula utilizada como arquivo.

No andar superior encontra-se o Gabinete do Procurador da República, Dr. CLAUDIO VALENTIM CRISTANI, com área de 32,92m² e um banheiro de 4,80m²; a ante-sala de gabinete possui 15,87m²; dois banheiros para servidores, feminino e masculino, com 2,82m² cada; a sala de servidores conta com 34,67m²; a sala de reuniões/biblioteca, com área de 16,81m²; há ainda uma varanda na parte de trás do prédio, com área de 37,72m², e sacada na parte da frente do prédio, medindo 8,86m². O andar térreo é composto de Recepção, com área de 25,95m²; Sala de Atendimento ao Público, com 28,61m²; Banheiros para o Público, sendo 01 feminino/acessível, com 3,21m², e 01 banheiro masculino, com 1,44m²; Sala de Servidores, com 47,70m²; Sala de Processamento de Dados, com área de 4,12m²; Copa, com 10,16m²; Banheiros para Servidores, feminino e masculino, ambos com 1,64m² cada; Lavatório, com 2,65m², Área de Serviço, com 3,02 m², e, por fim, Área de Circulação, com 1,51m². A Sala de Reuniões é utilizada como Biblioteca e conta com área de 16,81 m². Anexo ao prédio principal, encontra-se o Arquivo e o Almoxarifado, com área de 10,95m², e banheiro, com área de 5,47m². A garagem para as viaturas oficiais possui 28,11m², existindo, ainda, uma cobertura em toldo com área de

34,45m², na entrada do pátio interno. Todos os servidores e estagiários, bem como colaboradores/terceirizados, possuem acesso ao pátio da PRM. A segurança da sede é realizada por empresa contratada, mediante vigilância armada 24 horas. O Posto do Vigilante fica na recepção da Sede, na qual é feito o registro de entrada e saída de todas as pessoas estranhas ao quadro de servidores no prédio da PRM, assim como de servidores fora do horário de expediente, e de todos os carros funcionais ou particulares, aí incluídos os dos Membros e Servidores da PRM. Destaca-se ainda que nenhuma pessoa estranha ao quadro pode entrar no prédio sem prévia autorização da Coordenadoria. A PRM possui, ainda, sistema de vigilância monitorada por câmeras, interna e externamente, com gravação e monitoramento pelos vigilantes. Quanto à frota de veículos, a PRM de Jaraguá do Sul/SC possui dois veículos oficiais, atualmente uma caminhonete Pálio Weekend, ano 2010, placas MGV7144, e uma caminhonete Toyota Hilux, SW4, ano 2011, placas MIV1042.

PRM/Joaçaba

*** Aguarda informações Dr. Eugênio**

PRM/Joinville

Marcus Vinicius Aguiar Macedo

A Procuradoria da República no Município de Joinville/SC, na forma do artigo 61, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Ministério Público Federal, encontra-se classificada no primeiro grupo, com atuação em cinco ou mais Varas Federais, com lotação para 05 (cinco) Procuradores da República.

A PRM é proprietária de 09 (nove) salas no 2º andar de um prédio Comercial situado à Avenida Juscelino Kubistchek, nº 410, Bairro Centro, da Cidade de Joinville/SC.

No ano de 2008, com a vinda do 4º Procurador da República a ter escritório na PRM de Joinville/SC, foram alugadas 02 (duas) salas no 4º andar do mesmo prédio, a título de emergência, totalizando 11 (onze) salas.

A Sede conta atualmente com 08 (oito) vagas de garagens, 06 (seis) próprias e 02 (duas) alugadas em conjunto com as salas do 4º andar. As 11 (onze) salas, com aproximadamente 35m² cada uma, possuem um banheiro e uma copa (utilizadas como arquivo ou depósito), e estão assim distribuídas: a) 04 (quatro) salas - Gabinetes de Procurador da República; b) 04 (quatro) salas - Assessorias de Gabinetes - trabalham em cada sala: 01 (um) ou 02 (dois) Analistas Processuais, 03 (três) Técnicos Administrativos e 03 (três) Estagiários - total de 07 (sete) ou 08 (oito) pessoas; c) 01 (uma) sala -

Administração - trabalham nesta sala a Coordenadora de Administração e mais 03 (três) Técnicos Administrativos e 04 (quatro) Técnicos de Transportes, totalizando 08 (oito) pessoas; d) 01 (uma) sala – Subcoordenadoria Jurídica, com 03 (três) Técnicos, e o Setor de Informática, com 02 (dois) Técnicos, dividindo espaço com uma sala de refrigeração de equipamentos de servidores de rede e central telefônica. Trabalham nesta sala um total 05 (cinco) servidores; e) 01 (uma) sala – Setor de Autuação e Distribuição e Assessoria Pericial – trabalham nesta sala 05 (cinco) servidores e 02 (dois) estagiários; f) hall do 2º andar – Recepção, Atendimento ao Público e Posto de Vigilância 24h, prestado por empresa contratada. A Unidade da PRM recebeu em dezembro de 2011 os seguintes móveis novos: mesas, armários, balcões, cadeiras, para substituir os antigos e padronizar a Procuradoria. Diante do grande volume de móveis antigos, a PRM alugou 3 (três) salas no 4º andar do Bloco A do mesmo prédio, as quais estavam em reforma, sem condições de receber estações de trabalho, mas úteis para a guarda dos bens e organização do arquivo morto, até que se proceda à baixa patrimonial.

O espaço físico da PRM há muito se apresenta inadequado, havendo a necessidade urgente de aumentá-lo. Não possui sala destinada ao atendimento público, especialmente, às demandas de saúde, falta que gera constrangimento àqueles que, pela falta de privacidade, se vêem obrigados a expor assuntos de foro íntimo na presença de outras pessoas. Não há sala de espera, de reunião, biblioteca, almoxarifado, copa/cozinha, ou mesmo espaço para armazenamento de processos, procedimentos, materiais de uso no expediente e arquivo. Quanto à frota de veículos, a PRM possui 4 (quatro) veículos oficiais, atualmente um Linea HLX 1.9, ano 2010, placa MHY7953, uma caminhonete Frontier XE, ano 2009/2010, placa MHQ3481, um Megane GT Dyn 1.6, ano 2011, placa MJA9541, e, por fim, uma caminhonete Toyota Hilux SW4, ano 2010, placa MIJ0384.

Não há estacionamento para veículos de usuários e de servidores da própria Instituição. A falta de estacionamento causa transtornos no momento de entrega de processos e de outros documentos provenientes de órgãos públicos e também de particulares. As 08 (oito) vagas de estacionamento são destinadas aos 04 (quatro) veículos oficiais e aos veículos dos Procuradores da República Oficiantes na PRM. A recepção (onde é feito o atendimento à demanda de saúde) e o posto de vigilância ficam em área de uso comum do prédio, no 2º andar. As instalações do 4º andar, local onde

está situado o Gabinete do Procurador da República, Dr. RODRIGO JOAQUIM LIMA e sua Assessoria, é extremamente vulnerável, pois que inexistente controle de acesso às aludidas salas, seja por uma vigilância humana e monitoramento por câmeras ou mesmo controle por sensores de movimento ou alarme, não havendo sequer, identificação própria do MPF. Observou-se, também, a necessidade premente de novas adequações das salas, para a acomodação do 5º Procurador da República, que chegará em julho próximo para atuar junto à PRM Joinville/SC, e formação de sua Assessoria. Duas das salas, atualmente ocupadas individualmente pelos Membros, receberão divisórias e serão compartilhadas por dois Procuradores da República, cada. Finalmente, no início do ano, a Coordenadoria da PRM encontrou uma opção viável de imóvel para locação, novo, bem localizado e de fácil acesso, e que atende plenamente as necessidades atuais da PRM Joinville/SC, com estrutura física suficiente para futura expansão que já teve o aval da Secretaria-Geral da PGR para locação. Foi informado ainda a este Corregedor-Auxiliar que o proprietário do aludido prédio se comprometeu em providenciar todas as benfeitorias necessárias para a nova instalação da Procuradoria, como: piso, divisórias, teto, instalação elétrica e de lógica, conforme *layout* elaborado pela PRM, mediante um prazo de 5 meses para entrega, após a assinatura do contrato. Diante disso, há uma previsão de mudança para a nova Sede para meados de dezembro/2012.

PRM/Lages

Roberto Luís Oppermann Thomé

Sede local, bem localizada e segura, instalações físicas adequadas.

PRM/Mafra

Marcus Vinicius Aguiar Macedo

A Procuradoria da República no Município de Mafra/SC está localizada em imóvel alugado na Rua Tenente Ary Rauen, nº 1025, Sala 01, Bairro Alto de Mafra, ocupando o andar térreo de uma casa de 3 (três) andares.

A sede da PRM de Mafra/SC está instalada em uma única sala comercial térrea com área construída de 117 m², em uma base territorial de 360 m², na qual se situam todos os setores da Procuradoria, contando com 01 (uma) vaga de garagem, além de área externa de estacionamento com capacidade para dois veículos.

A segurança da sede é feita por vigilantes terceirizados, sendo prestada de maneira ininterrupta, 24 horas por dia, através do

vezamento de 4 vigilantes. Não há câmeras de vigilância, existindo apenas, alarme de pânico e sensores anti-furtos internos.

Quanto à frota de veículos, a PRM de Mafra/SC possui dois veículos oficiais, atualmente uma caminhonete Pálio Weekend, ano 2010, placa MHQ8821, e uma caminhonete Frontier, ano 2010, placa MHD0061.

PRM/Rio do Sul

João Francisco Bezerra de Carvalho

A sede da Unidade não é própria, sendo alugada, estando situada entre os logradouros Alameda Aristiliano Ramos (número 900) e Avenida Oscar Barcelos, no centro empresarial Laura Pasqualini, ocupando, com exclusividade, todo o segundo andar, correspondente às salas 201 a 204, possuindo uma área útil de, aproximadamente, 360 m², incluída as garagens, em número de quatro.

A Unidade correicionada possui dois veículos oficiais, uma Nissan Frontier e um Fiat Línea, havendo a disponibilização de uma garagem para o Procurador da República, afora uma outra garagem, destinada a visitantes eventuais.

A entrada da Unidade que se encontra voltada para a Avenida Oscar Barcelos possui rampa de acesso, gozando de razoável acessibilidade, nos termos legais. Já na entrada pela Alameda Aristiliano Ramos o acesso se dá por escada, não dispondo, portanto, de acessibilidade para cadeirantes e/ou portadores de deficiência/limitação física.

Em matéria de acessibilidade, também foram liberados recursos para adaptação de um banheiro, com instalação de barras de segurança, já contando com porta mais larga para permitir acesso a cadeirante, Merece relevo que a Unidade conta com um estagiário deficiente visual, tendo sido adequado um dos banheiros para atender a deficiência visual.

No prédio há dois elevadores, ambos dando acesso ao corredor único que une as quatro salas do andar. E como a Unidade da Procuradoria ocupa todo o andar, como antes mencionado, ambos os elevadores atendem à Unidade

A Unidade conta com sete servidores, sendo: um analista processual, um técnico de informática, um técnico de apoio especializado – transporte, além de quatro técnicos administrativos

A assessoria jurídica é prestada pelo analista e por dois técnicos com FC1 (chefia jurídica) e FC2 (função assessor), contando, ainda, com o auxílio de quatro estagiários.

Além dos servidores concursados, a Unidade conta com empregados terceirizados, sendo: quatro vigilantes, atendendo a Unidade em turnos

de 12 h, além de uma responsável pela limpeza. A Unidade está organizada em duas partes. A que equivale as salas 203-204, com vista para a Avenida Oscar Barcelos, é ocupada pela parte jurídica, composta pelo gabinete do Procurador, sala de assessoria e estagiários, além de biblioteca. A outra, correspondente às salas 201-202, é ocupada pela área administrativa, sala de reuniões e almoxarifado.

O atendimento ao cidadão é feito em balcão da área administrativa, onde é feito a filtragem do atendimento. Quando é necessária a colheita de depoimentos/declarações, o cidadão é encaminhado para a área jurídica.

A Delegacia da Polícia Federal se encontra sediada na cidade de Itajaí. Há agência da Receita Federal, a DRF correspondente se situa em Blumenau. Agência do INSS. Agência do IBAMA. Posto na PRF. Escritório do DNIT.

Na circunscrição territorial, que abrange 29 municípios, dentre os quais a cidade de José Boiteux, que dista cerca de 40 km da sede, há uma comunidade indígena (terra indígena La-klaño).

O espaço físico da Unidade ainda admite um incremento de 3 servidores. Há liberação orçamentária para instalação de CFTV, composta por duas câmeras nas saídas dos elevadores e da escada de emergência, quatro nas áreas internas e quatro outras nas áreas externas, que circunda todo o andar, duas no hall de entrada do prédio, abrangendo as duas entradas, duas na garagem e duas no lado externo, na entrada da garagem – acesso do carro oficial, destacando-se que no mapeamento para disposição das câmaras do sistema de CFTV foi dada ênfase a um sistema de duplo controle, no qual cada câmara acaba monitorando a outra, estando sendo cotado equipamento de gravação que abranja 180 dias de imagens.

Ainda no que tange à segurança, no próprio gabinete há um cofre para documentos sensíveis e/ou sigilosos. Também há previsão orçamentária para compra de mais um cofre para permanecer na área administrativa para questões de segurança da Unidade, bem como detector manual de metais. Destaca-se que no dia da inspeção foi recebida uma das cotações de preços para tais equipamentos de segurança, apresentada pela empresa Potmagic Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda., cotação esta apresentada ao Corregedor-Auxiliar.

Foi divulgada em rede de televisão local a visita dos Corregedores-Auxiliares à Unidade, dando-se amplo acesso à população local da atividade da corregedoria. Contudo, não se registrou

| | |
|--|--|
| | <p>comparecimento de cidadãos. O balcão é a porta de entrada da Unidade, de documentos administrativos, jurídicos e processos, onde é feito o cadastramento no sistema Único, dando-se o devido encaminhamento. Todo e qualquer documento recebido na Unidade é cadastrado no Único, nada mais havendo a ser relatado.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p><u>Solange Mendes de Souza</u> - Quanto às instalações físicas, a Unidade está em local inadequado, insuficiente quanto ao tamanho. Não há espaço exclusivo, nem adequado, para o atendimento ao público. Quanto à segurança, não há detector de metais, embora a correicionada tenha recebido ameaças e submetido-se a escoltas em algumas oportunidades. A Unidade tampouco atende às questões de acessibilidade e não há banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais. Essa corregedora auxiliar conheceu um imóvel que foi identificado pela Procuradora correicionada, visando à instalação da Unidade. Embora não tenha sido possível visitar seu interior, tanto o local como as dimensões, além das informações prestadas pela correicionada, indicam que a Unidade ficará instalada em local adequado.</p> |
| | <p>PRM/Tubarão</p> <p><u>João Heliofar de Jesus Villar</u></p> <p>A sede da Procuradoria fica em um prédio de cinco andares, e se situa no quinto andar. No segundo ao quarto andar fica a sede da Justiça Federal. O espaço reservado à PRM conta com 466m² e duas vagas de garagem. Os demais espaços não ocupados pela Justiça e pelo MPF são ocupados por empresas comerciais. Na entrada do prédio não há nenhum mecanismo de controle ou de segurança. Ao chegarmos na entrada do prédio há apenas um porteiro e não havia nenhuma vigilância. Na entrada da Procuradoria há um vigilante. Há um plano de segurança elaborado por servidor da unidade que está em poder da chefia da Procuradoria em Florianópolis. O procurador não relatou qualquer problema de segurança em sua atuação na PRM. Não há câmeras de vigilância no prédio.</p> |
| <p>2) Instalações do gabinete (espaço, aeração, luz, mobiliário e equipamentos) – sob o ponto de vista dos Membros da Comissão de Correição:</p> | <p>PRM/Blumenau</p> <p><u>João Heliofar de Jesus Villar</u> - As condições são satisfatórias e o espaço é amplo.</p> <p>PRM/Caçador</p> <p>* Aguarda informações Dr. Eugênio</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>PRM/Chapecó <u>Solange Mendes de Souza</u> A Unidade precisa de mais um Procurador, conquanto mas não tenha espaço físico para a instalação de mais um gabinete. A falta de espaço é tanta que os funcionários alternam suas jornadas em razão da falta de postos de trabalho. Algumas modificações e reformas estão aprovados para minimizar essa dificuldade. A equipe de servidores está completa para atender a dois membros, o que ajuda a dar vazão na demanda de trabalho. Quanto à questão da segurança institucional, há uma certa vulnerabilidade dos documentos que ingressam, devendo ser fechado o acesso à sala onde ocorre a primeira triagem de processos e documentos que ingressam na Unidade, localizada junto ao local de fácil acesso ao público.</p> |
| | <p>PRM/Concórdia * Aguarda informações Dr. Eugênio</p> |
| | <p>PRM/Criciúma <u>João Heliofar de Jesus Villar</u> - Os gabinetes são amplos, com boas instalações físicas e iluminação.</p> |
| | <p>PRM/Itajaí <u>Januario Paludo</u> - Suporte material: compatível com as atividades da Unidade; Política de segurança institucional: é importante a disponibilidade de cofre para guarda dos procedimentos administrativos e processos judiciais sigilosos.</p> |
| | <p>PRM/Jaraguá do Sul <u>Marcus Vinicius Aguiar Macedo</u> No andar superior encontra-se o Gabinete do Procurador da República, Dr. CLAUDIO VALENTIM CRISTANI, com área de 32,92m² e um banheiro de 4,80m²; a ante-sala de gabinete possui 15,87m²; dois banheiros para servidores, feminino e masculino, com 2,82m² cada.</p> |
| | <p>PRM/Joaçaba * Aguarda informações Dr. Eugênio</p> |
| | <p>PRM/Joinville <u>Marcus Vinicius Aguiar Macedo</u> A PRM é proprietária de 09 (nove) salas no 2º andar de um prédio Comercial situado à Avenida Juscelino Kubistchek, nº 410, Bairro Centro, da Cidade de Joinville/SC. No ano de 2008, com a vinda do 4º Procurador da República a ter ofício na PRM de Joinville/SC, foram alugadas 02 (duas) salas no 4º andar do</p> |

| | |
|--------------------------|--|
| | <p>mesmo prédio, a título de emergência, totalizando 11 (onze) salas. A Sede conta atualmente com 08 (oito) vagas de garagens, 06 (seis) próprias e 02 (duas) alugadas em conjunto com as salas do 4º andar. As 11 (onze) salas, com aproximadamente 35m² cada uma, possuem um banheiro e uma copa (utilizadas como arquivo ou depósito)</p> <p>PRM/Lages <u>Roberto Luís Oppermann Thomé</u> Dede local, bem localizada e segura, com visita às instalações físicas adequadas.</p> <p>PRM/Mafra <u>Marcus Vinicius Aguiar Macedo</u> A sede da PRM de Mafra/SC está instalada em uma única sala comercial térrea com área construída de 117 m², em uma base territorial de 360 m², na qual se situam todos os setores da Procuradoria, contando com 01 (uma) vaga de garagem, além de área externa de estacionamento com capacidade para dois veículos.</p> <p>PRM/Rio do Sul <u>Solange Mendes de Souza</u> Quanto às instalações físicas, a Unidade está em local inadequado, insuficiente quanto ao tamanho. As dimensões do gabinete são razoáveis, mas não é bem iluminado. A situação ficará bem pior com a chegada de mais um Procurador da República. Não há espaço exclusivo, nem adequado, para o atendimento ao público.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste <u>Solange Mendes de Souza</u> As dimensões do gabinete são razoáveis, mas não é bem iluminado. A situação ficará bem pior com a chegada de mais um Procurador da República.</p> <p>PRM/Tubarão <u>João Heliofar de Jesus Villar</u> - O gabinete do procurador é espaçoso. O prédio recebe boa iluminação natural, é bem arejado e não tem graves problemas de espaços. O gabinete é amplo e as instalações físicas são satisfatórias. Não há garagem para o carro do procurador. O procurador não relatou qualquer problema de segurança em sua atuação na PRM.</p> |
| 3) Número de servidores: | <p>PRM/Blumenau</p> <p>2 reponderam suficiente.</p> <p>1 respondeu insuficiente: Ricardo Kling Donini</p> <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente:</p> |

| | |
|---|--|
| | Anderson Lodetti Cunha de Oliveira. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Concórdia Há um único membro e respondeu insuficiente: Andrei Mattiuzi Balvedi |
| | PRM/Criciúma 1 respondeu suficiente. 2 responderam insuficiente: Darlan Airton Dias e Rafaella Alberici de Barros Gonçalves. |
| | PRM/Itajaí Todos responderam suficiente. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e respondeu insuficiente: Cláudio Valentim Cristani |
| | PRM/Joaçaba Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Joinville Todos responderam insuficiente: Davy Lincoln Rocha, Mário Sérgio Ghannagé Barbosa, Rodrigo Joaquim Lima e Tiago Alzuguir Gutierrez |
| | PRM/Lages Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e respondeu insuficiente: Daniel Holzmann Coimbra |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e respondeu insuficiente: Flávio Pavlov da Silveira |
| | PRM/São Miguel do Oeste Há um único membro e respondeu insuficiente: Maria Rezende Capucci |
| | PRM/Tubarão Há um único membro e respondeu insuficiente: Michael von Mühlen de Barros Gonçalves. |
| 4) Quantidade de equipamentos de informática: | PRM/Blumenau Todos responderam suficiente. |

| | |
|---|---|
| | PRM/Caçador Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Concórdia Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Criciúma Todos responderam suficiente. |
| | PRM/Itajaí Todos responderam suficiente. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Joaçaba Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Joinville Todos responderam suficiente. |
| | PRM/Lages Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/São Miguel do Oeste Há um único membro e respondeu suficiente. |
| | PRM/Tubarão Há um único membro e respondeu suficiente. |
| 5) Qualidade dos meios e sistemas de comunicação: | PRM/Blumenau 2 responderam suficiente. 1 respondeu insuficiente: Ricardo Kling Donini |
| | PRM/Caçador Há um único membro e respondeu insuficiente: Anderson Lodetti Cunha de Oliveira. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e respondeu insuficiente: Renato Rezende Gomes |
| | PRM/Concórdia Há um único membro e respondeu suficiente. |

| | |
|--|--|
| | <p>PRM/Criciúma</p> <p>1 respondeu suficiente.</p> <p>2 responderam insuficiente: Darlan Airton Dias e Rafaella Alberici de Barros Gonçalves.</p> |
| | <p>PRM/Itajaí</p> <p>Todos responderam suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente: Daniel Ricken.</p> |
| | <p>PRM/Joinville</p> <p>1 respondeu suficiente.</p> <p>3 responderam insuficiente: Davy Lincoln Rocha, Rodrigo Joaquim Lima, Tiago Alzuguir Gutierrez.</p> |
| | <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente: Nazareno Jorgealém Wolff</p> |
| | <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente: Flávio Pavlov da Silveira</p> |
| | <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente: Michael von Mühlen de Barros Gonçalves</p> |
| 6) Qualidade do serviço da biblioteca: | <p>PRM/Blumenau</p> <p>Todos responderam insuficiente: Eduardo de Oliveira Rodrigues, João Marques Brandão Néto e Ricardo Kling Donini.</p> |
| | <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Concórdia</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p>PRM/Criciúma</p> <p>2 responderam insuficiente.</p> <p>1 respondeu insuficiente: Patrícia Muxfeldt.</p> |
| | <p>PRM/Itajaí</p> <p>Todos responderam suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Joinville</p> <p>Todos responderam insuficiente: Davy Lincoln da Costa, Mário Sérgio Ghannagé Barbosa, Rodrigo Joaquim Lima e Tiago Alzuguir Gutierrez.</p> |
| | <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| 7) Transporte para o exercício das funções: | <p>PRM/Blumenau</p> <p>2 responderam suficiente.</p> <p>1 respondeu insuficiente:</p> <p>Ricardo Kling Donini</p> |
| | <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Criciúma</p> <p>Todos responderam suficiente.</p> |
| | <p>PRM/Itajaí</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>Todos responderam suficiente.</p> <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p>PRM/Joinville</p> <p>Todos responderam suficiente.</p> <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente: Flávio Pavlov da Silveira.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |
| 8) Procedimentos para segurança dos membros: | <p>PRM/Blumenau</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Todos responderam suficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Todos responderam suficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Todos responderam suficiente.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Todos responderam suficiente.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Nenhum membro apresentou outras informações.</p> <p>PRM/Caçador</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> |

| | |
|--|--|
| | <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente: Anderson Lodetti Cunha de Oliveira.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Não apresentou outras informações.</p> |
| | <p>PRM/Chapecó</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Renato de Rezende Gomes: É necessário adequar as instalações físicas.</p> |
| | <p>PRM/Concórdia</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Andrei Mattiuzi Belvedi: Falta vigilante armando na PRM.</p> |
| | <p>PRM/Criciúma</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Todos responderam suficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Todos responderam suficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>2 responderam suficiente.</p> |

1 respondeu insuficiente: Rafaela Alberici de Barros Gonçalves.

Segurança da informação

Todos responderam suficiente.

Outras informações relevantes

Rafaela Alberici de Barros Gonçalves: Não há vigilância 24 horas nem no prédio, nem na Procuradoria. Em razão de diversos outros estabelecimentos comerciais no prédio, bem como das condições de segurança deste, é inegável o risco de violação às instalações da PRM. Além disso, quando se necessita permanecer na PRM à noite, horário em que não há ninguém no prédio, é arriscado transitar no estacionamento, assim como entrar e sair do prédio.

Darlan Airton Dias: O prédio é ruim. Os principais defeitos são a dificuldade de estacionamento, a falta de visibilidade do órgão e a distância da Justiça Federal. Além disto, o prédio não atende às normas legais de acessibilidade. Temos rampas para cadeirantes, mas só isto. Faltam banheiros adaptados, as portas são estreitas e não há piso tátil. O Município de Criciúma doou um terreno à União para construção de nossa nova sede. É um terreno de 2.000 metros quadrados, muito bem localizado, próximo à Justiça Federal. Pretendemos construir a PRM padrão, segundo o projeto da PGR. Estamos pleiteando a verba para construção da sede, junto à PGR. No último exercício, a PGR disse que a nossa construção não era prioritária. Estamos estudando também a alternativa de adquirir ou alugar um outro prédio.

1 não respondeu.

PRM/Itajaí

Recursos Humanos

Todos responderam suficiente.

Material

Todos responderam suficiente.

| | |
|--|--|
| | <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Todos responderam suficiente.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>2 responderam suficiente.</p> <p>1 insuficiente: Pedro Nicolau Moura Sacco.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Não apresentaram outras informações.</p> |
| | <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Não apresentou outras informações.</p> |
| | <p>PRM/Joaçaba</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Daniel Ricken: Carece de vigilante.</p> |
| | <p>PRM/Joinville</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Todos responderam insuficiente: insuficiente: Davy Lincoln Rocha, Mário Sérgio Ghannagé Barbosa, Rodrigo Joaquim Lima, Tiago Alzuguir Gutierrez.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Todos responderam insuficiente: insuficiente: Davy</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>Lincoln Rocha, Mário Sérgio Ghannagé Barbosa, Rodrigo Joaquim Lima, Tiago Alzuguir Gutierrez.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Todos responderam insuficiente: insuficiente: Davy Lincoln Rocha, Mário Sérgio Ghannagé Barbosa, Rodrigo Joaquim Lima, Tiago Alzuguir Gutierrez.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Todos responderam insuficiente: insuficiente: Davy Lincoln Rocha, Mário Sérgio Ghannagé Barbosa, Rodrigo Joaquim Lima, Tiago Alzuguir Gutierrez.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Nenhum membro apresentou outras informações.</p> |
| | <p>PRM/Lages</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Não apresentou outras informações.</p> |
| | <p>PRM/Mafra</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Não apresentou outras informações.</p> |
| | <p>PRM/Rio do Sul</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> |

| | |
|--|---|
| | <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente: Flávio Pavlov da Silveira.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Não apresentou outras informações.</p> |
| | <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Não apresentou outras informações.</p> |
| | <p>PRM/Tubarão</p> <p><u>Recursos Humanos</u></p> <p>Há um único membro e respondeu insuficiente: Michael von Mühlen de Barros Gonçalves.</p> <p><u>Material</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Áreas e Instalações</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Segurança da informação</u></p> <p>Há um único membro e respondeu suficiente.</p> <p><u>Outras informações relevantes</u></p> <p>Não apresentou outras informações.</p> |
| | |

4.2.3 Organização do gabinete

| | |
|--|---|
| 1) Há controle dos prazos dos procedimentos extrajudiciais? | PRM/Blumenau Todos responderam sim. |
| | PRM/Caçador Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Concórdia Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Criciúma Todos responderam sim. |
| | PRM/Itajaí Todos responderam sim. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joaçaba Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joinville Todos responderam sim. |
| | PRM/Lages Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/São Miguel do Oeste Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Tubarão Há um único membro e respondeu sim. |
| 2) Há comunicação ao órgão de coordenação sobre instauração e prorrogação de prazo de PIC? | PRM/Blumenau Todos responderam sim. |
| | PRM/Caçador Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e respondeu sim. |

| | |
|--|---|
| | PRM/Concórdia Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Criciúma Todos responderam sim. |
| | PRM/Itajaí Todos responderam sim. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joaçaba Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joinville Todos responderam sim. |
| | PRM/Lages Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/São Miguel do Oeste Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Tubarão Há um único membro e respondeu sim. |
| 3) Há comunicação ao órgão de coordenação sobre instauração e prorrogação de prazo de ICP? | PRM/Blumenau Todos responderam sim. |
| | PRM/Caçador Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Concórdia Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Criciúma Todos responderam sim. |
| | PRM/Itajaí Todos responderam sim. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joaçaba |

| | |
|--|--|
| | <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joinville</p> <p>Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| 4) As promoções de arquivamento de autos extrajudiciais são sempre encaminhadas aos órgãos de coordenação? | <p>PRM/Blumenau</p> <p>1 respondeu sim.</p> <p>2 responderam não: Eduardo de Oliveira Rodrigues e Ricardo Kling Donini.</p> <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu não: Renato de Rezende Ramos.</p> <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Criciúma</p> <p>Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Itajaí</p> <p>2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Pedro Nicolau Moura Sacco</p> <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joinville</p> <p>Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |

| | |
|---|--|
| | PRM/Mafra Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e respondeu não: Flávio Pavlov da Silveira |
| | PRM/São Miguel do Oeste Há um único membro e respondeu não: Maria Rezende Capucci. |
| | PRM/Tubarão Há um único membro e respondeu sim. |
| 5) As promoções de declinação de atribuições em autos extrajudiciais são sempre encaminhadas aos órgãos de coordenação? | PRM/Blumenau Todos responderam sim. |
| | PRM/Caçador Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Concórdia Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Criciúma Todos responderam sim. |
| | PRM/Itajaí Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joaçaba Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joinville Todos responderam sim. |
| | PRM/Lages Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e respondeu não: Flávio Pavlov da Silveira. |
| | PRM/São Miguel do Oeste Há um único membro e respondeu não: Maria |

| | |
|---|---|
| | Rezende Capucci. PRM/Tubarão Há um único membro e respondeu sim. |
| 6) Nos casos de declinação de atribuições, são encaminhados os autos originais às CCR e à PFDC? | PRM/Blumenau Todos responderam sim. |
| | PRM/Caçador Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Concórdia Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Criciúma Todos responderam sim. |
| | PRM/Itajaí Todos responderam sim. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joaçaba Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joinville Todos responderam sim. |
| | PRM/Lages Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Tubarão Há um único membro e respondeu sim. |
| 7) Há controle de prazos de inquéritos policiais por meio do Sistema Único? | PRM/Blumenau 1 respondeu sim. 2 responderam não: Eduardo de Oliveira Rodrigues: Já extraí do Único um relatório de controle de inquéritos policiais, que não teve utilidade. Enquanto os inquéritos estão na Polícia, não há um controle. Quanto voltam para prorrogação, e após a relatado, são colocados em locais específicos |

| | |
|--|---|
| | <p>em minha sala, físicos e eletrônicos. O controle é feito pelo sistema de processo eletrônico da Justiça e não pelo Único.</p> <p>Ricardo Kling Donini: Não sabia da possibilidade de tal controle. Além disso, o controle é sempre feito quando os IPLs retornam da polícia, que via de regra pede nova dilação no prazo adequado, sobretudo agora que o inquérito é eletrônico.</p> |
| | <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Criciúma</p> <p>2 responderam sim.</p> <p>1 não respondeu: Patrícia Muxfeldt.</p> |
| | <p>PRM/Itajaí</p> <p>Todos responderam sim.</p> |
| | <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Joinville</p> <p>Todos responderam sim.</p> |
| | <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu não:</p> <p>Michael von Mühlen de Barros Gonçalves: apenas recentemente é que surgiram duas opções de</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>relatórios no Único para controle de IPLs, quais sejam: o Relatório de Controle de Tramitação de IPL/TCO e o Relatório de Autos Judiciais Com Prazo Final de Devolução ainda pendentes de implantação.</p> |
| <p>8) Há controle dos prazos prescricionais nos processos criminais por meio do Sistema Único?</p> | <p>PRM/Blumenau</p> <p>1 respondeu sim.</p> <p>2 responderam não:</p> <p>Eduardo de Oliveira Rodrigues: O sistema único, embora tenha um campo para inserir dados de prescrição (sem a qual o registro não continua), não é tão eficaz quanto se propaga, pois parece que ele não emite um relatório geral sobre prazos prescricionais a se consumir nos próximos meses ou semanas, mas apenas individualmente para cada processo específico, devendo o usuário inserir o número de cada um dos processo cuja prescrição pretende consultar. É evidente a inconveniência de uma tal limitação. No entanto, é muito raro haver algum caso de prescrição nos processos criminais em Blumenau.</p> <p>Ricardo Kling Donini: O sistema único não exige a inserção destes dados e a possibilidade de prescrição é verificada em cada processo, sempre que ele vem ao MPF com vista. Além disso, o trâmite dos processos na justiça federal é muito rápido, o que impede o advento da prescrição.</p> <hr/> <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <hr/> <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <hr/> <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <hr/> <p>PRM/Criciúma</p> <p>Todos responderam sim.</p> <hr/> <p>PRM/Itajaí</p> <p>Todos responderam sim.</p> <hr/> <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>Há um único membro e respondeu não:</p> <p>Cláudio Valentim Cristani: os prazos prescricionais são verificados em cada vez que há pedido de dilação de prazo e as manifestações, denúncias, alegações finais, etc., são sempre feitas no prazo legal.</p> <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joinville</p> <p>Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| <p>9) Há controle dos prazos prescricionais nos procedimentos extrajudiciais de improbidade por meio do Sistema Único?</p> | <p>PRM/Blumenau</p> <p>Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Criciúma</p> <p>2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não:</p> <p>Darlan Airton Dias: São poucos inquéritos civis que tratam de improbidade administrativa e não existe um controle sistematizado de prescrição. O controle é caso a caso, feito pelo próprio procurador.</p> <p>PRM/Itajaí</p> <p>Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joinville</p> <p>2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não, sem justificativa: Mário Sérgio Ghannagé Barbosa</p> <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu não:</p> <p>Maria Rezende Capucci: o Sistema Único não dispõe, s.m.j., de ferramenta para realização do referido controle.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| 10) Alimenta o Sistema Único com os arquivos eletrônicos relativos às suas manifestações (Res. CSMPF 104/10)? | <p>PRM/Blumenau</p> <p>Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Criciúma</p> <p>Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Itajaí</p> <p>Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joinville</p> |

| | |
|--|--|
| | Todos responderam sim. |
| | PRM/Lages Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/São Miguel do Oeste Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Tubarão Há um único membro e respondeu sim. |
| 11) É atendida a preferência legal a pessoas idosas? | PRM/Blumenau Todos responderam sim. |
| | PRM/Caçador Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Chapecó Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Concórdia Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Criciúma Todos responderam sim. |
| | PRM/Itajaí Todos responderam sim. |
| | PRM/Jaraguá do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joaçaba Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Joinville Todos responderam sim. |
| | PRM/Lages Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/Mafra Há um único membro e respondeu não se aplica: Daniel Holzmann Coimbra |
| | PRM/Rio do Sul Há um único membro e respondeu sim. |
| | PRM/São Miguel do Oeste |

| | |
|--|--|
| | <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| 12) Há definição de prioridades no trabalho? | <p>PRM/Blumenau</p> <p>2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Eduardo de Oliveira Rodrigues.</p> <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Criciúma</p> <p>2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Patrícia Muxfeldt</p> <p>PRM/Itajaí</p> <p>2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Pedro Paulo Reinaldin</p> <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joinville</p> <p>Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu não: Michael von Mühlen de Barros Gonçalves.</p> |
| 13) Atendimento ao público | <p>PRM/Blumenau</p> <p>13) Todos responderam sim.</p> |

| | |
|--|--|
| <p>13.1) Há algum tipo de registro dos atendimentos?</p> <p>13.2) Há controle estatístico pelo gabinete dos atendimentos ao público?</p> | <p>13.1) Todos responderam sim.</p> <p>13.2) 1 respondeu sim.</p> <p>2 responderam não: Eduardo de Oliveira Rodrigues e Ricardo Kling Donini.</p> |
| | <p>PRM/Caçador</p> <p>13) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.2) Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Chapecó</p> <p>13) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.2) Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Concórdia</p> <p>13) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.2) Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Criciúma</p> <p>13) Todos responderam sim.</p> <p>13.1) Todos responderam sim.</p> <p>13.2) 2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Patrícia Muxfeldt.</p> |
| | <p>PRM/Itajaí</p> <p>13) Todos responderam sim.</p> <p>13.1) 2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Pedro Paulo Reinaldin.</p> <p>13.2) 1 respondeu sim.</p> <p>2 responderam não: Pedro Paulo Reinaldin e Pedro Nicolau Moura Sacco.</p> |
| | <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>13) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.2) Há um único membro e respondeu não: Cláudio Valentim Cristani.</p> |
| | <p>PRM/Joaçaba</p> <p>13) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>13.2) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Joinville</p> <p>13) Todos responderam sim.</p> <p>13.1) Todos responderam sim.</p> <p>13.2) 3 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Rodrigo Joaquim Lima.</p> |
| | <p>PRM/Lages</p> <p>13) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.2) Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Mafra</p> <p>13) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.2) Há um único membro e respondeu não: Daniel Holzmann Coimbra.</p> |
| | <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>13) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.2) Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>13) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.2) Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Tubarão</p> <p>13) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>13.2) Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| 14) Controle diferenciado quanto à guarda dos autos e documentos sigilosos | <p>PRM/Blumenau</p> <p>Todos responderam sim.</p> |
| | <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Criciúma</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Darlan Airton Dias</p> |
| | <p>PRM/Itajaí</p> <p>1 respondeu sim.</p> <p>2 responderam não: Pedro Paulo Reinaldin e Roger Fabre.</p> |
| | <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Joinville</p> <p>Todos responderam sim.</p> |
| | <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e respondeu não: Daniel Holzmann Coimbra.</p> |
| | <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| 15) Mantém documentos não atuados em gabinete? | <p>PRM/Blumenau</p> <p>2 responderam não.</p> <p>1 respondeu sim:</p> <p>Ricardo Kling Donini: Tudo que chega ao gabinete é previamente registrado nos sistemas de informática. Todavia, ofícios que chegam para mera ciência, convites, etc, é arquivado em gabinete.</p> |
| | <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> |
| | <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> |
| | <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> |
| | <p>PRM/Criciúma</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>Todos responderam não.</p> <p>PRM/Itajaí</p> <p>2 responderam não.</p> <p>1 respondeu sim:</p> <p>Roger Fabre: Documentos que posteriormente será analisados e juntados aos autos existentes ou enviados à Subcoordenadoria Jurídica para atuação.</p> <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> <p>PRM/Joinville</p> <p>2 responderam não.</p> <p>1 respondeu sim:</p> <p>Tiago Alzuir Gutierrez: Dúvidas do setor de distribuição quanto à conexão ou à coincidência de objetos são encaminhados para despacho.</p> <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> <p>PRM/Mafra</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> |
| <p>16) Comparece a todas as audiências/sessões para as quais foi intimado ou designado?</p> | <p>PRM/Blumenau</p> <p>Todos responderam não.</p> <p>Eduardo de Oliveira Rodrigues: Quando o MPF é parte, compareço a todas, sempre. Como custos legis, compareço – e atuo – em casos de menores ou deficientes postulando benefícios, mas não compareço a audiências de conciliações, nem a ações de desapropriação e possessórias, embora atue nesses processos.</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>João Marques Brandão Neto: Não compareço às audiências admonitórias e às de fiscal da lei, salvo em casos efetivamente problemáticos, quando há mesmo necessidade da presença do MPF. Em face do acúmulo de trabalho, por causa da insuficiência de Procuradores, há necessidade de optar entre cumprir os prazos processuais ou ir a todas as audiências. Assim, vou a todas as audiências em que o MPF é parte, deixando para sopesar entre cumprimento de prazos processuais e presença em audiências daqueles casos em que o MPF funciona como fiscal da lei – especialmente nos casos em que a Recomendação 16 do CNMP desobriga o MP de funcionar.</p> <p>Ricardo Kling Donini: Em função do volume de trabalho, não compareço às audiências do juizado especial previdenciário como <i>custus legis</i> quando a parte tem advogado, mas sempre me manifesto nos autos em todos os casos em que sou intimado.</p> |
| | <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> <p>Andreson Lodetti Cunha de Oliveira: Não compareço em audiências do Juizado Especial Previdenciário. Essas audiências são em grande número e geram pauta que acaba impedindo o trabalho com questões mais importantes na nossa atuação. Como manifesto-me por parecer antes da sentença, não há prejuízo na ausência às audiências.</p> |
| | <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e respondeu não.</p> <p>Renato de Rezende Gomes: Não há comparecimento em caso de coincidência de horários com outro compromisso que envolva exercício de funções institucionais ou quando a audiência for de mero acompanhamento.</p> |
| | <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>PRM/Criciúma</p> <p>Todos responderam não.</p> <p>Darlan Airton Dias: Devido ao grande acúmulo de trabalho, não tenho comparecido nas audiências previdenciárias em que o MPF atua como <i>custos legis</i>. Compareço em todas as demais.</p> <p>Patrícia Muxfeldt: Já deixei de comparecer a audiências do Juizado Especial Previdenciário, em razão do acúmulo de serviço, em face da substituição parcial do 2º Ofício da PRM, cuja titular esteve em gozo de licença-maternidade e licença-prêmio, ou por ter oitiva/reunião na PRM.</p> <p>Rafaela Alberici de Barros Gonçalves: Devido ao grande acúmulo de trabalho, o qual implica, muitas vezes, concomitância entre audiências ou entre estas e reuniões, além de prazos processuais, não tenho comparecido nas audiências previdenciárias em que o MPF atua na condição de <i>custos legis</i>. Compareço em todas as demais.</p> |
| | <p>PRM/Itajaí</p> <p>2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não:</p> <p>Roger Fabre: O signatário oferece parecer de mérito em relação a ações de interesse de incapazes, idosos, benefício assistencial - LOAS - e outros, não comparecendo, no entanto, às audiências em razão do volume de trabalho na área criminal e tutela coletiva.</p> |
| | <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Joinville</p> <p>Todos responderam sim.</p> |
| | <p>PRM/Lages</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Mafra</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>Há um único membro e respondeu não. Daniel Holzmann Coimbra: Não compareço às sessões das Turmas Recursais, porque ficam em Florianópolis.</p> <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>Há um único membro e respondeu não. Flávio Pavlov da Silveira: O comparecimento somente não ocorre em caso de impossibilidade decorrente de outros compromissos profissionais assumidos com antecedência, quando tal informação é repassada ao Procurador-Chefe para designação de outro membro ou é postulado o adiamento das audiências agendadas para a mesma data do compromisso.</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e respondeu não. Michael von Mühlen de Barros Gonçalves: não compareço às audiências judiciais do Juizado Especial Federal Previdenciário (Vara Especializada); não compareço às Sessões de Julgamento da Turma Recursal localizada na Capital do Estado tendo em vista tratar-se de atribuição dos colegas lá lotados que, por sua vez, também não comparecem à Sessão.</p> |
| <p>17) Faz levantamento físico (inventário) dos autos e documentos?</p> <p>17.1) Quando assumiu o ofício fez levantamento físico?</p> | <p>PRM/Blumenau</p> <p>17) Todos responderam sim. 17.1) Todos responderam sim.</p> <p>PRM/Caçador</p> <p>17) Há um único membro e respondeu sim. 17.1) Há um único membro e respondeu não: Anderson Lodetti Cunha de Oliveira.</p> <p>PRM/Chapecó</p> <p>17) Há um único membro e respondeu sim. 17.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>PRM/Concórdia</p> <p>17) Há um único membro e respondeu sim. 17.1) Há um único membro e respondeu não: Andrei</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>Mattiuzi Balvedi.</p> <p>PRM/Criciúma</p> <p>17) Todos responderam sim.</p> <p>17.1) 2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Patrícia Muxfeldt.</p> |
| | <p>PRM/Itajaí</p> <p>17) Todos responderam sim.</p> <p>17.1) 2 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Pedro Paulo Reinaldin</p> |
| | <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>17) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>17.1) Há um único membro e respondeu não: Cláudio Valentim Cristani.</p> |
| | <p>PRM/Joaçaba</p> <p>17) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>17.1) Há um único membro e respondeu não: Daniel Ricken.</p> |
| | <p>PRM/Joinville</p> <p>17) Todos responderam sim.</p> <p>17.1) 3 responderam sim.</p> <p>1 respondeu não: Rodrigo Joaquim Lima</p> |
| | <p>PRM/Lages</p> <p>17) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>17.1) Há um único membro e respondeu sim.</p> |
| | <p>PRM/Mafra</p> <p>17) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>17.1) Há um único membro e respondeu não: Daniel Holzmann Coimbra.</p> |
| | <p>PRM/Rio do Sul</p> <p>17) Há um único membro e respondeu não.</p> <p>17.1) Há um único membro e respondeu não: Flávio Pavlov da Silveira.</p> |
| | <p>PRM/São Miguel do Oeste</p> <p>17) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>17.1) Há um único membro e respondeu não: Maria Rezende Capucci.</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>PRM/Tubarão</p> <p>17) Há um único membro e respondeu sim.</p> <p>17.1) Há um único membro e respondeu não: Michael von Mühlen de Barros Gonçalves.</p> |
| <p>18) Outras informações relevantes</p> | <p>PRM/Blumenau</p> <p>1 não respondeu.</p> <p>2 responderam:</p> <p>João Marques Brandão Neto: Não há. Nada mudou, registre-se, entre o que foi relatado na correição anterior e esta, de modo que o relatório de então só difere deste porque, agora, os três Procuradores estão em atividade.</p> <p>Ricardo Kling Donini: As rotinas introduzidas pelas diversas resoluções do CNMP e do CSMPPF burocratizaram demais a instrução dos PICs e ICPs, e tornaram mais demoradas suas instruções. Reconheço a relevância de tais medidas para a uniformização destas instruções, mas acho que elas o fizeram em demasia, a ponto de se privilegiar a forma ao mérito da instrução. Ademais, o preenchimento dos diversos campos do único burocratizaram demais os trabalhos do gabinete, tomando bastante tempo da atividade fim, tanto que tenho dois servidores no gabinete encarregados apenas da juntada de documentos e da inserção de informações no único.</p> <hr/> <p>PRM/Caçador</p> <p>Há um único membro e não respondeu.</p> <hr/> <p>PRM/Chapecó</p> <p>Há um único membro e não respondeu.</p> <hr/> <p>PRM/Concórdia</p> <p>Há um único membro e não respondeu.</p> <hr/> <p>PRM/Criciúma</p> <p>2 não responderam.</p> <p>1 respondeu:</p> <p>Rafaela Alberici de Barros Gonçalves:</p> <p>No período de 06 de junho de 2011 a 25 de abril de</p> |

2012, a signatária esteve afastada de suas funções em razão de licença-maternidade, seguida de licença-prêmio e férias. Durante esse período, os colegas Darlan Airton Dias e Patrícia Muxfeldt me substituíram na condução dos procedimentos judiciais e extrajudiciais do 2º Ofício da PRM Criciúma. Quando do meu retorno, no período de 26 de abril a 31 de maio, procedi a uma inspeção em todos os procedimentos extrajudiciais em trâmite no 2º Ofício da PRM Criciúma, a fim de verificar seu regular andamento. Feita a inspeção, verifiquei que não havia sido dado andamento a alguns inquéritos civis e, em outros, embora tenham sido feitas diligências, deixou-se transcorrer o prazo de apuração, sem a devida prorrogação e comunicação às Câmaras de Coordenação e Revisão. Já procedi à completa regularização dos procedimentos, de acordo com as resoluções do CSMPF e do CNMP que regem a matéria. Em um mês, ajuizei 5 (cinco) ações civis públicas e 4 (quatro) ações penais, arqueei 8 (oito) inquéritos civis e 12 (doze) procedimentos criminais (PICs e inquéritos policiais), propus 4 (quatro) transações penais, interpus 5 (cinco) recursos e participei de 15 (quinze) audiências e realizei 1 (uma) audiência pública. Mesmo com todo o esforço realizado, ainda restam, neste 2º Ofício, 21 (vinte e um) inquéritos civis tramitando há mais de um ano, mediante prorrogação devidamente comunicada às Câmaras de Coordenação e Revisão, atendendo ao disposto no Art. 15 da Resolução do CSMPF nº 87/2006. Ocorre que tais ICPs tratam de temas extremamente complexos, muitos deles envolvendo o acompanhamento de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos na Zona Costeira, os quais levam anos. Além disso, vários dos inquéritos civis vinculados aos temas afetos à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão possuem como objeto o

| | |
|--|--|
| | <p>acompanhamento da execução de convênios em andamento, cujas prestações de contas ainda não foram apreciadas pelos Ministérios concedentes. Há ainda dois inquéritos civis que estão suspensos aguardando a realização de análise pela Assessoria Pericial da PRSC (Analista Pericial em Biologia), diligência sem a qual não será possível o a expedição de recomendação e celebração de termo de ajustamento de condutas ou ajuizamento da ação civil pública cabível. Esses fatores justificam o quantitativo de expedientes em trâmite há mais de um ano no 2º Ofício da PRM Criciúma, que é acompanhado por esforços crescentes para a observância das normas que regulamentam a respectiva tramitação. Importante não perder de vista, outrossim, a peculiaridade desta Procuradoria da República no Município de Criciúma, já relatada na questão II. 13 deste questionário. Ressalte-se, por fim, que há neste 2º Ofício 15 Procedimentos investigatórios criminais suspensos, com baixa no sistema Único, seguindo recomendação do Enunciado nº 19 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.</p> |
| | <p>PRM/Itajaí</p> <p>Ninguém respondeu.</p> |
| | <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> <p>Há um único membro e não respondeu.</p> |
| | <p>PRM/Joaçaba</p> <p>Há um único membro e não respondeu.</p> |
| | <p>PRM/Joinville</p> <p>3 não responderam.</p> <p>1 respondeu:</p> <p>Tiago Alzuguir Gutierrez: Embora o sistema seja alimentado com as informações solicitadas, quando os dados são extraídos há muitas incompatibilidades, o que tornou difícil o correto preenchimento deste formulário. Não sei se o problema está no sistema ou na falta de treinamento dos servidores. Quanto ao</p> |

cumprimento das resoluções do CSMPF e do CNMP, procuro segui-las à risca. Porém, há procedimentos cuja prorrogação está atrasada, já que, no momento em que a prorrogação é determinada, busca-se fazer uma análise do procedimento, com efetivação de diligências. Além disso, não tenho feito a prorrogação naqueles em que há minuta de arquivamento para análise. Essa análise é sempre dificultada pelo grande número de prazos judiciais vencendo. Observo, ainda, que, por ocasião da correição anterior, havia um atraso menor. No período antecedente à correição, durante aproximadamente seis meses, compareci à procuradoria aos sábados e domingos, em quase todas as semanas. Neste ano, em virtude de problemas pessoais, não pude manter o mesmo ritmo, embora tenha trabalhado alguns fins-de-semana.

PRM/Lages

Há um único membro e respondeu.

Nazareno Jorgealém Wolff: Relatório da atuação, conforme designação pela Portaria nº 96, de 06 de fevereiro de 2012, será entregue em separado à equipe da Corregedoria.

PRM/Mafra

Há um único membro e não respondeu.

PRM/Rio do Sul

Há um único membro e não respondeu.

PRM/São Miguel do Oeste

Há um único membro e respondeu.

Maria Rezende Capucci: A elevada demanda de trabalho, aliada ao pequeno número de servidores, sobretudo a existência de somente um cargo de analista processual, é um obstáculo para a tramitação ideal de processos judiciais/extrajudiciais no âmbito da PRM/São Miguel do Oeste. O elevado número de operações que visam a reduzir os crimes típicos de área de fronteira geram processos complexos e extensos,

| | |
|--|---|
| | <p>que exigem atenção redobrada, o que, muitas vezes, torna-se quase impossível em face da elevada demanda de trabalho.</p> <p>Tal situação reflete também na área da tutela coletiva, em especial no que se refere à atenção necessária quanto às demandas coletivas, que ficam prejudicadas em razão da necessidade de atuação quase integral na área criminal.</p> |
| | <p>PRM/Tubarão</p> <p>Há um único membro e não respondeu.</p> |

| | |
|--|---|
| | |
| 4.2.4 Relacionamento externo | |
| <p>1) Qualificação do relacionamento com juízes, serventuários, policiais estaduais/federais, advogados públicos e privados, defensores públicos e organizações não-governamentais</p> | <p>PRM/Blumenau Eduardo de Oliveira Rodrigues – BOM João Marques Brandão Néto – BOM Ricardo Kling Donini – BOM</p> <p>PRM/Caçador Anderson Lodetti Cunha de Oliveira – BOM</p> <p>PRM/Chapecó Renato de Rezende Gomes – BOM</p> <p>PRM/Concórdia Andrei Mattiuzi Balvedi – BOM</p> <p>PRM/Criciúma Darlan Airton Dias – BOM Patrícia Muxfeldt – BOM Rafaela Alberici de Barros Gonçalves– BOM</p> <p>PRM/Itajaí Pedro Nicolau Moura Sacco - Regular Pedro Paulo Reinaldin – BOM</p> |

| | |
|--|--|
| | Roger Fabre – BOM |
| | PRM/Jaraguá do Sul Claudio Valentim Cristani– BOM |
| | PRM/Joaçaba Daniel Ricken– BOM |
| | PRM/Joinville Davy Lincoln Rocha– BOM Mário Sérgio Ghannagé Barbosa– BOM Rodrigo Joaquim Lima– BOM Tiago Alzuguir Gutierrez– Regular |
| | PRM/Lages Nazareno Jorgealém Wolff– BOM |
| | PRM/Mafra Daniel Holzmann Coimbra– BOM |
| | PRM/Rio do Sul Flávio Pavlov da Silveira– BOM |
| | PRM/São Miguel do Oeste Maria Rezende Capucci– BOM |
| | PRM/Tubarão Michael Von Muhlen Gonçalves– BOM |
| 2) Relacionamento com colegas e servidores | PRM/Blumenau Eduardo de Oliveira Rodrigues – BOM João Marques Brandão Néto – BOM Ricardo Kling Donini – BOM |
| | PRM/Caçador Anderson Lodetti Cunha de Oliveira – BOM |
| | PRM/Chapecó Renato de Rezende Gomes – BOM |
| | PRM/Concórdia Andrei Mattiuzi Balvedi – BOM |
| | PRM/Criciúma Darlan Airton Dias – BOM Patrícia Muxfeldt – BOM Rafaela Alberici de Barros Gonçalves– BOM |
| | PRM/Itajaí Pedro Nicolau Moura Sacco - BOM Pedro Paulo Paulo Reinaldin – BOM Roger Fabre – BOM |
| | PRM/Jaraguá do Sul Claudio Valentim Cristani– BOM |
| | PRM/Joaçaba Daniel Ricken– BOM |
| | PRM/Joinville Davy Lincoln Rocha– BOM Mário Sérgio Ghannagé Barbosa– BOM Rodrigo Joaquim Lima– BOM Tiago Alzuguir Gutierrez– BOM |
| | PRM/Lages |

| | |
|--|--|
| | Nazareno Jorgealém Wolff– BOM |
| | PRM/Mafra Daniel Holzmann Coimbra– BOM |
| | PRM/Rio do Sul Flávio Pavlov da Silveira– BOM |
| | PRM/São Miguel do Oeste Maria Rezende Capucci– BOM |
| | PRM/Tubarão Michael Von Muhlen Gonçalves– BOM |

4.2.5 Dificuldades enfrentadas no desempenho das atribuições

| | |
|---|---|
| <p>1) Está satisfeito(a) com a divisão temática do trabalho?</p> | <p>PRM/Blumenau Eduardo de Oliveira Rodrigues – SIM João Marques Brandão Néto – NÃO Ricardo Kling Donini – NÃO</p> <p>PRM/Caçador Anderson Lodetti Cunha de Oliveira – NSA</p> <p>PRM/Chapecó Renato de Rezende Gomes – SIM</p> <p>PRM/Concórdia Andrei Mattiuzi Balvedi – SIM</p> <p>PRM/Criciúma Darlan Airton Dias – SIM Patrícia Muxfeldt – SIM Rafaela Alberici de Barros Gonçalves– SIM</p> <p>PRM/Itajaí Pedro Nicolau Moura Sacco - SIM Pedro Paulo Reinaldin – SIM Roger Fabre – SIM</p> <p>PRM/Jaraguá do Sul Claudio Valentim Cristani– SIM</p> <p>PRM/Joaçaba Daniel Ricken– SIM</p> <p>PRM/Joinville Davy Lincoln Rocha – SIM Mário Sérgio Ghannagé Barbosa – SIM Rodrigo Joaquim Lima – SIM Tiago Alzuguir Gutierrez – NÃO</p> <p>PRM/Lages Nazareno Jorgealém Wolff – SIM</p> <p>PRM/Mafra Daniel Holzmann Coimbra – NSA</p> <p>PRM/Rio do Sul Flávio Pavlov da Silveira – NSA</p> <p>PRM/São Miguel do Oeste Maria Rezende Capucci - NSA</p> <p>PRM/Tubarão Michael Von Muhlen Gonçalves – NÃO</p> |
| <p>2) Está satisfeito(a) com o sistema de distribuição de expedientes/procedimentos extrajudiciais e judiciais?</p> | <p>PRM/Blumenau Eduardo de Oliveira Rodrigues - SIM João Marques Brandão Néto – NÃO Ricardo Kling Donini - NÃO</p> <p>PRM/Caçador Anderson Lodetti Cunha de Oliveira – NSA</p> <p>PRM/Chapecó Renato de Rezende Gomes – SIM</p> |

| | |
|---|---|
| | PRM/Concórdia Andrei Mattiuzi Balvedi - SIM |
| | PRM/Criciúma Darlan Airton Dias – SIM Patrícia Muxfeldt – SIM Rafaela Alberici de Barros Gonçalves – SIM |
| | PRM/Itajaí Pedro Nicolau Moura Sacco - SIM Pedro Paulo Reinaldin - SIM Roger Fabre - SIM |
| | PRM/Jaraguá do Sul Claudio Valentim Cristani - SIM |
| | PRM/Joaçaba Daniel Ricken - SIM |
| | PRM/Joinville Davy Lincoln Rocha - SIM Mário Sérgio Ghannagé Barbosa - - SIM Rodrigo Joaquim Lima - SIM Tiago Alzuguir Gutierrez - SIM |
| | PRM/Lages Nazareno Jorgealém Wolff - SIM |
| | PRM/Mafra Daniel Holzmann Coimbra – NSA |
| | PRM/Rio do Sul Flávio Pavlov da Silveira – NSA |
| | PRM/São Miguel do Oeste Maria Rezende Capucci - NSA |
| | PRM/Tubarão Michael Von Muhlen Gonçalves - NÃO |
| 3) Atos normativos que regulam a distribuição e divisão temática na Unidade, com eventuais observações (informação do Relator da Comissão de Correição) | PRM/Blumenau As representações e outros expedientes administrativos' eiveis e criminais, quando iniciais, são protocolados no SAA e remetidos à SUBJUR, que encaminhará ao Procurador Distribuidor os casos que ensejem dúvida quanta à instauração. Os demais serão remetidos ao SAD para autuação, cujos critérios de distribuição são aqueles inerentes à distribuição de autos administrativos, adiante especificas os. Quando o expediente se referir a auto administrativo ou judicial já em trâmite na unidade, será encaminhado pelo SAA diretamente à assessoria do Procurador dono dos autos, para análise de eventual juntada. A distribuição de autos administrativo, autos judiciais e inquéritos policiais é feita automática e equitativamente por meio do sistema Único, em regra. As exceções estão previstas na Portaria Conjunta nº 01/2012, que estabelece critérios de distribuição de processos, procedimentos e |

demais expedientes na unidade, quais sejam: a) a instauração de ofício resultante de atendimento oral do Procurador, sempre que obedecida a sequência de escala de atendimento, vincula o Procurador à representação por ele recebida; b) a instauração de ofício, independentemente de representação oral ou escrita, será submetida à distribuição da regra geral; c) processo judicial originado a partir de outro processo judicial ou de auto administrativo, será distribuído ao Procurador dono do processo judicial/auto administrativo originador; d) quando se tratar de pedido de medicamentos/alimentação suplementar, será prevento o Procurador que houver recebido o primeiro auto administrativo judicial na unidade relativo ao mesmo medicamento/alimentação suplementar, sempre que houver identidade total de pedidos; e) sempre que um processo judicial tiver relação indireta com auto administrativo/TAC/Recomendação/auto judicial já existente na unidade, será prevento o Procurador dono do auto mencionado.

Em caso de redistribuição de autos por prevenção, conexão, continência, suspeição ou impedimento e determinação de Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, haverá compensação, salvo ordem escrita do Procurador em sentido contrário.

Nas ausências dos Procuradores titulares dos ofícios (férias e licenças-prêmio), a substituição, nos autos judiciais, será feita pelo Procurador designado pelo sistema Único para cada auto; nos autos extrajudiciais e para todos os casos em que não haja designação de substituto pelo sistema Único, o Dr. João Marques Brandão Néto será substituído pelo Dr. Ricardo Kling Donini. O Dr. Eduardo de Oliveira Rodrigues será substituído pelo Dr. João Marques Brandão Neto e o Dr. Ricardo Kling Donini será substituído pelo Dr. Eduardo de Oliveira Rodrigues.

PRM/Caçador

Consta na resposta, a informação “Prejudicado. Unidade com um só Procurador.”

PRM/Chapécó

Considerando que na PRM atua um Procurador, todos os processos e procedimentos são a ele distribuídos.

PRM/Concórdia

Não há distribuição, em razão da existência de único titular na unidade.

PRM/Criciúma

A sistemática de distribuição do Núcleo, atualmente, segue os termos descritos na

Portaria n.º 47, de 17 de março de 2009. Foi implementado, ha pouco tempo, pela equipe do UNICO, a distribuição automática de processos administrativos e judiciais de acordo com a Portaria no 47, inclusive definindo o ofício que sera o 2º titular nos processos Judiciais.

PRM/Itajaí

A organização dos ofícios na PRM Polo Itajaí/Brusque segue normativa do Artigo 1º da Resolução PR/SC n" 01, de 28 de fevereiro de 2012:

"Art. 1º A atuação funcional dos Procuradores da República lotados na Procuradoria da República Polo nos Municípios de Bafai e Brusque, Estado de Santa Catarina, faz-se por meio do 1º Ofício, do 2º Ofício e do 3º Ofício."
Não há grupos especializados ou atribuição cumulativa entre os Ofícios.

A sistemática de distribuição segue a normalização contida na Resolução PR/SC n. 01/2012, referida ao item 1, especificamente em seus artigos 2º e 6º, como segue:

DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS

Art. 2º Os processos judiciais serão distribuídos equitativamente a todos os titulares dos ofícios, por meio de distribuição automática por sorteio.

§ 1º O processo judicial compreende, além dos feitos judiciais, todo e qualquer procedimento que seja autuado pela Justiça Federal.

§3º Nos termos da Resolução n. 104, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, artigo 1º, inciso I, fica definido que o Procurador-Distribuidor da Procuradoria da República Polo nos Municípios de Itajaí e Brusque, Estado de Santa Catarina será o Dr. Pedro Paulo Reinaldin, a partir da homologação desta Resolução. A função será exercida pelo prazo de 6 (seis) meses, após o qual, garantida a rotatividade, passará a exercê-la o titular do 1º Ofício e, após, o titular do 2º Ofício.

DA DISTRIBUIÇÃO ESPECIFICA EM MATÉRIA AMBIENTAL

Art. 6º Quando o processo judicial, procedimento administrativo ou expediente versar sobre matéria de tutela ambiental, independentemente da numeração recebida, caberá, por distribuição:

1— ao 1º Ofício em relação aos Municípios de Itajaí, Bombinhas e Camboriú;

17— ao 2º Ofício em relação aos Municípios de Porto Belo, Balneário Camboriú e Itapema; 171

— ao 3º Ofício em relação aos Municípios de Navegantes, Penha e Piçarras.

§ 1º " A regra específica de distribuição referida neste artigo inclui os processos judiciais,

procedimentos administrativos e expedientes, de natureza cível e criminal.

§2º Não haverá distribuição específica por matéria em relação aos processos judiciais e procedimentos administrativos envolvendo os Municípios pertencentes à Subseção Judiciária de Brusque/SC, aplicando-se a regra geral de distribuição por numeração, prevista no art. 2º.

§3º Quando a controvérsia afetar a dois ou mais Municípios de ofícios diferentes, poderão os Procuradores da República responsáveis atuar, conjunta ou isoladamente, conforme estipulação feita entre eles. No caso de divergência, encaminhar-se-á a controvérsia à Câmara com atribuição sobre o assunto ou PFDC.

PRM/Jaraguá do Sul
Como há apenas um Procurador da República – CLAUDIO VALENTIM CRISTANI, a distribuição é universal.
Todos os documentos, representações, etc. vêm conclusos e depois de previamente analisados são despachados e distribuídos ao ofício único. O mesmo ocorre com os inquéritos policiais e feitos já judicializados.

PRM/Joaçaba
Trata-se de ofício único.

PRM/Joinville
São quatro ofícios, com atribuição idêntica.
Serão cinco, a partir de 31 de julho de 2012. Já houve decisão quanto à especialização do 1º ofício em matéria indígena (os novos procedimentos estão sendo distribuídos ao 1º ofício e os anteriores serão redistribuídos a partir da instalação do 5o ofício). Com o aumento do número de procuradores na unidade, os colegas discutem eventual especialização. Devido às mudanças relatadas, está em processo de revisão a Portaria Conjunta nº 01/2010, que regula o funcionamento da unidade, com a devida homologação pelo CSMPF.
A distribuição é comum em todas as matérias e regulada pela Portaria Conjunta nº 01/2010, homologada pelo CSMPF. A partir da instalação do 5o ofício, haverá especialização do 1º ofício na matéria indígena (as novas representações já estão sendo distribuídas exclusivamente ao 1º ofício). A distribuição de representações era feita de forma alternada entre os ofícios, conforme entrada no setor

| | |
|--|--|
| | <p>competente (art. 8o da Portaria). A partir da disponibilização da ferramenta no Único, em abril do ano corrente, passou a ser feita por sorteio eletrônico. A distribuição de feitos judiciais e inquéritos policiais era feita pela numeração, incidindo uma regra até fevereiro de 2010 (art. 23) e outra para os registrados após essa data (art. 24). A partir da disponibilização da ferramenta no Único, em abril do ano corrente, igualmente passou a ser feita por sorteio eletrônico.</p> |
| | <p>PRM/Lages Informado no questionário: “não se aplica”.</p> |
| | <p>PRM/Mafra A distribuição é comum em todas as matérias e regulada pela Portaria Conjunta n° 01/2010, homologada pelo CSMPF. A partir da instalação do 5o ofício, haverá especialização do 1° ofício na matéria indígena (as novas representações já estão sendo distribuídas exclusivamente ao 1 ° ofício). A distribuição de representações era feita de forma alternada entre os ofícios, conforme entrada no setor competente (art. 8o da Portaria). A partir da disponibilização da ferramenta no Único, em abril do ano corrente, passou a ser feita por sorteio eletrônico. A distribuição de feitos judiciais e inquéritos policiais era feita pela numeração, incidindo uma regra até fevereiro de 2010 (art. 23) e outra para os registrados após essa data (art. 24). A partir da disponibilização da ferramenta no Único, em abril do ano corrente, igualmente passou a ser feita por sorteio eletrônico.</p> |
| | <p>PRM/Rio do Sul Não há divisão em grupos especializados.</p> |
| | <p>PRM/São Miguel do Oeste Trata-se de Ofício único.</p> |
| | <p>PRM/Tubarão Trata-se de Ofício único.</p> |
| | |
| <p>4.2.6 Sugestões para melhoria dos serviços</p> | |
| <p>PRM/Blumenau</p> | |
| <p>Eduardo de Oliveira Rodrigues</p> | <p>Seria muito proveitoso se o sistema Único não fosse de manejo tão pesado e complexo como é, pois além de consumir um tempo considerável dos servidores apenas entre um</p> |

| | |
|------------------------------------|--|
| | <p>“click” e outro, tornando a tarefa de registro enfadonha e desgastante, esse sistema também é retardatário, pois ele demora até uns 6 dias para captar os registros que são feitos em seus campos, e levá-los até os relatórios utilizados pela Corregedoria.</p> <p>Um sistema com essa deficiência entre o <i>'input'</i> e o relatório final seria sumariamente rejeitado em qualquer microempresa do país que pretenda ter um mínimo de controle de fluxos. Imagine-se uma empresa em que um produto dá saída num dia, mas o relatório do estoque só “reconhece” essa saída 5 dias depois e durante esse período o relatório acusa uma informação absolutamente falsa, de que o produto ainda está na empresa, quando na verdade não está mais. É isso que ocorre com nosso sistema.</p> <p>Não sou técnico na área, mas parece claro que isso se deve à enorme dimensão desse sistema, que pretende abarcar todo o detalhamento de cada ato do MPF num mesmo banco de dados, devendo ser pensada uma forma de torná-lo menos pesado, mais prático e sobretudo mais verdadeiro e fidedigno à realidade em tempo real, sem precisar esperar dias e dias para que os relatórios <i>captem</i> os registros devidamente feitos no sistema.</p> <p>Quanto ao controle de prescrição, o sistema Único não tem essa utilidade toda que se propaga, pois, pelo que sei, ele não emite um relatório <i>geral</i> com os prazos de prescrição que se vencerão nos próximos meses (e que já foram inseridos nos campos apropriados, sic.). Ele apenas nos informa sobre prescrição de um processo <i>em particular</i>, quando inserimos seu número, frustrando assim a visão de conjunto (de processos de um gabiente) que todo gestor deve ter. A utilidade disso é bastante limitada. Deveria ser propiciada a emissão de um relatório geral de prazos de prescrição de autos criminais.</p> |
| João Marques Brandão Néto | Lotar mais 2 Procuradores da República em Blumenau. |
| Ricardo Kling Donini | Lotação do número total de Procuradores previstos para a PRM de Blumenau (5), ao invés da lotação atual (3) |
| PRM/Caçador | |
| Anderson Lodetti Cunha de Oliveira | Atualmente a maior dificuldade é a divisão do trabalho na atividade final. Somente com a colaboração do Coordenador Administrativo, atuando na atividade-fim, é que o trabalho consegue ser feito a contento. Os cargos comissionados para bacharéis em Direito são |

| | |
|------------------------------------|--|
| | uma necessidade urgente, que trará maior dinamismo e eficiência na atividade-fim da PRM de Caçador. |
| PRM/Chapecó | |
| Renato de Rezende Gomes | <p>Mostra-se necessária e urgente a ampliação da sede da Procuradoria, tendo em vista a insuficiência de espaço para a alocação de servidores, bem como a precariedade da sala de atendimento ao público e realização de reuniões. Ainda, a falta de espaço impede a implantação completa do plano de segurança institucional, já que obriga, muitas vezes o atendimento de pessoas nas salas de trabalho ou na recepção com a presença dos terceirizados.</p> <p>Também, considerando que grande parte do serviço da PRM envolve a utilização da internet, em decorrência da virtualização de processos e da implantação do “sistema Único”, faz-se necessária o aumento da banda de internet, a qual costuma ser lenta, principalmente no período da tarde, atrasando o trabalho de todos.</p> |
| PRM/Caçador | |
| Anderson Lodetti Cunha de Oliveira | Atualmente a maior dificuldade é a divisão do trabalho na atividade final. Somente com a colaboração do Coordenador Administrativo, atuando na atividade-fim, é que o trabalho consegue ser feito a contento. Os cargos comissionados para bacharéis em Direito são uma necessidade urgente, que trará maior dinamismo e eficiência na atividade-fim da PRM de Caçador. |
| PRM/Concórdia | |
| Andrei Mattiuzi Balvedi | Aguarda-se pela contratação dos serviços de vigilância armada e de instalação da infraestrutura para climatização da PRM. O primeiro visa dar maior proteção ao patrimônio material e pessoal da Procuradoria da República em Concórdia, conforme razões declinadas no ofício PRM-CCD-SC-2010/05007. O segundo tem por finalidade instalar o maquinário já adquirido por meio do Pregão 18/2011. A contratação deste último serviço está inclusa na Programação Adicional Priorizada (PAP) de 2012. |
| PRM/Criciúma | |
| Darlan Airton Dias | <p>A principal reivindicação é o reforço da área pericial, com a contratação de mais analistas periciais. Pelo menos mais um, na área de engenharia de minas ou biologia.</p> <p>Seria muito importante a construção da nova sede da PRM.</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>Seria muito importante também a reposição dos servidores que saíram e a disponibilização de CC2 para os gabinetes.</p> |
| <p>Patrícia Muxfeldt</p> | <p>O Sistema Único poderia ser melhorado, a partir da atualização automática de todos os prazos e fazendo constar na tela principal sempre a movimentação processual mais recente.</p> |
| <p>Rafaela Alberici de Barros Gonçalves</p> | <p>Para um adequado andamento dos feitos, sem que se abra mão da qualidade do trabalho, é necessário que cada gabinete tenha, pelo menos, dois analistas processuais. A estrutura fornecida pela PGR é inadequada à realidade do serviço nas PRMs e PRs. Como as minutas de peças processuais e de despachos que impliquem decisões de mérito não poderiam ser incumbidas aos Técnicos Administrativos, sob pena de incorrer-se em desvio de função, acaba ocorrendo um acúmulo de trabalho na pessoa dos Analistas Processuais. Na PRM Criciúma, ao menos no 2º Ofício, a falta de recursos humanos gera um déficit no andamento do serviço.</p> |
| <p>PRM/Itajaí</p> | |
| <p>Pedro Nicolau Moura Sacco</p> | <p>A contratação de uma perita bióloga para atender às demandas do norte do Estado de Santa Catarina foi uma medida muito positiva por parte do atual Chefe da PR/SC. No entanto, a grande exigência de atuação na área ambiental nos municípios abrangidos pela Subseção de Itajaí recomenda a lotação de um perito que desempenhe funções exclusivas para esta PRM.</p> |
| <p>Pedro Paulo Reinaldin</p> | <p>Sem sugestões.</p> |
| <p>Roger Fabre</p> | <p>Sem sugestões.</p> |
| <p>PRM/Jaraguá do Sul</p> | |
| <p>Claudio Valentim Cristani</p> | <p>Acredito que com a padronização a ser buscada pela implantação recente do SISTEMA ÚNICO poderá identificar com maior precisão a efetividade do trabalho de cada Membro/Ofício, inclusive para, futuramente, haver dados confiáveis para servir de parâmetro de escolha para nomeação de novos Membros e Servidores. Também, é importante cada vez mais avançar no sentido de serem estabelecidas rotinas de trabalho claras de modo que todas as Procuradorias da República tenham facilidade na troca de informações e que os servidores possam rotineiramente encaminhar os serviços de apoio e atividade meio, sem a necessidade de interveniência direta e constante dos Procuradores da República.</p> |

| | |
|-------------------------------|--|
| PRM/Joaçaba | |
| Daniel Ricken | Sem sugestões. |
| PRM/Joinville | |
| Davy Lincoln Rocha | Uma sede adequada, com espaço físico minimamente suficiente configura aspiração e necessidade desta PRM. A questão se apresenta de extrema necessidade, máxime em razão de encontrarem-se os servidores apinhados em poucas salas, sendo o corredor da PRM ocupado por móveis e utensílios variados. |
| Mário Sérgio Ghannagé Barbosa | Uma sede adequada, com espaço físico minimamente suficiente configura aspiração e necessidade desta PRM. A questão se apresenta de extrema necessidade, máxime em razão de encontrarem-se os servidores apinhados em poucas salas, sendo o corredor da PRM ocupado por móveis e utensílios variados. Não há sequer sala para o novo Procurador da República que chega agora em 2012. |
| Rodrigo Joaquim Lima | Instituição pelo MPF de indicadores de medição de produtividade e demanda, por matéria; Realização de treinamentos periódicos para qualificação de servidores no desempenho da atividade-fim e na operação do Sistema Único, notadamente com vistas à uniformização dos parâmetros considerados na alimentação dos dados e melhor utilização de suas funcionalidades, tais como realização de pesquisas e emissão de relatórios; e Adoção de estatísticas de atendimento ao público pelo Gabinete, já implementada (presencial, por telefone e por meio eletrônico). |
| Tiago Alzuguir Gutierrez | Sem sugestões. |
| PRM/Lages | |
| Nazareno Jorgealém Wolff | Sugiro que seja padronizado o questionário da CGMPF com os solicitados pelas Câmaras de Coordenação e PFDC e com o UNICO. Há peças solicitadas, como o número de declarações em procedimentos administrativos que não são registrados, e portanto torna-se difícil chegar ao número anual, a não ser que seja criado um controle específico, e um para cada órgão que solicita a informação. |
| PRM/Mafra | |
| Daniel Holzmann Coimbra | Melhoria do espaço físico, treinamentos para membro e servidores. |
| PRM/Rio do Sul | |

| | |
|-------------------------------------|--|
| Flávio Pavlov da Silveira | Lotação de mais um analista processual no gabinete, pois imprescindível para melhorar a rotina de trabalho do gabinete da PRM Rio do Sul, notadamente no que concerne à movimentação dos procedimentos extrajudiciais. Não sendo possível a lotação de mais um analista processual, verifica-se a necessidade de concessão de um cargo em comissão para o gabinete desta unidade, a fim de que seja possível a distribuição dos trabalhos afetos à atividade-fim a outra pessoa com formação jurídica. Não sendo possível qualquer uma das duas opções indicadas, é imperiosa a lotação de mais um servidor técnico administrativo, com formação jurídica, com a respectiva função de confiança – FC2. |
| PRM/São Miguel do Oeste | |
| Maria Rezende Capucci | Nova sede e criação de cargos de analista processual, técnico em transporte e técnico em informática. |
| PRM/Tubarão | |
| Michael Von Muhlen Gonçalves | <p>1) Há extrema necessidade da alocação de peritos ambientais para a região, tendo em vista que a temática ambiental é bastante acentuada. A demora excessiva (prazos de mais de 2 anos) para a realização de uma perícia ambiental simples gera prejuízo não só ao trabalho da unidade, como também à imagem do Ministério Público Federal, bem como - por óbvio - aos bens cuja tutela foi constitucionalmente atribuída ao Parquet.</p> <p>2) Desde o início deste ano houve orientação para não se elaborar mais estatística de produtividade por parte da PRM ou mesmo PR-SC, ficando a cargo da PGR, porém já estamos no mês de maio e as estatísticas de produtividade não foram encaminhadas para conhecimento ou eventuais correção. Nesse sentido, sugiro a publicação das estatísticas ao final de cada mês.</p> <p>3) A necessidade de abastecer o Sistema Único com todas as peças elaboradas, além de cadastro de uma série de dados sobrecarrega os servidores, inclusive porque soma-se ao abastecimento do sistema de processo eletrônico da Justiça Federal. Sugiro, assim, a desnecessidade de inclusão de todas as peças no Sistema Único e agilização da integração entre os dois sistemas que tem implicado retrabalho.</p> |

4.2.7 Feitos pendentes nos gabinetes

| PRM/MEMBRO | NOTÍCIA DE FATO | | | PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO | | PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL | INQUÉRITO CIVIL |
|--------------------------------------|--------------------|----------|----------|------------------------------------|---------------------|---|---|
| | Há mais de 30 dias | | | De 90 a 180 dias – sem prorrogação | Há mais de 180 dias | Sem prorrogação de prazo ou com prorrogação vencida | Sem prorrogação de prazo ou com prorrogação vencida |
| | Cível | Criminal | CEAP | | | | |
| PRM/Blumenau | | | | | | | |
| Eduardo de Oliveira Rodrigues | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 6 |
| João Marques Brandão Neto | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Ricardo Kling Donini | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 7 |
| PRM/Caçador | | | | | | | |
| Anderson Lodetti Cunha de Oliveira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PRM/Chapecó | | | | | | | |
| Renato de Rezende Gomes | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| PRM/Concórdia | | | | | | | |
| Andrei Mattiuzi Balvedi | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| PRM/Criciúma | | | | | | | |
| Darlan Airton Dias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Patrícia Muxfeldt | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Rafaela Alberici de Barros Gonçalves | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PRM/Itajaí | | | | | | | |
| Pedro Paulo Reinaldin | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pedro Nicolau Moura Sacco | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Roger Fabre | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PRM/Jaraguá do Sul | | | | | | | |
| Cláudio Valentim Cristani | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 | 0 | 0 |
| PRM/Joaçaba | | | | | | | |
| Daniel Ricken | | | | | | | |

4.2.7 Feitos pendentes nos gabinetes

| TOTAL | | | | | | | |
|---|---|----|---|---|----|---|---|
| PRM/Joinville | | | | | | | |
| Davy Lincoln Rocha | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Mário Sérgio Ghannagé Barbosa | 4 | 0 | 0 | 0 | 42 | 0 | 0 |
| Rodrigo Joaquim Lima | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tiago Alzuguir Gutierrez | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 4 | 0 | 0 | 0 | 43 | 0 | 0 |
| PRM/Lages | | | | | | | |
| Nazareno Jorgealém Wolff | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PRM/Mafra | | | | | | | |
| Daniel Holzmann Coimbra | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| TOTAL | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PRM/Rio do Sul | | | | | | | |
| Flávio Pavlov de Oliveira | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PRM/São Miguel do Oeste | | | | | | | |
| Maria Rezende Capucci | 2 | 98 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| TOTAL | 2 | 98 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| PRM/Tubarão | | | | | | | |
| Michael von Mühlen de Barros Gonçalves *(1) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | | | | | | | |

* (1): Dados retirados do questionário entregue pelo correicionado em 28/05/2012.

5 ATENDIMENTO AO PÚBLICO

PRM CRICIÚMA

Corregedor Auxiliar João Heliofar de Jesus Villar

A questão das empresas de carvão que atuam nos municípios sob a atribuição da PRM, envolve discussões complexas. Por conta disso, durante a correição, uma comitiva do município de Içara (*"Movimento Içarense pela Vida"* - associação ainda informal) compareceu à sede da PRM, para solicitar maior empenho do Ministério Público Federal na fiscalização da implantação de uma mineradora em área do município (*Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda.*). O Movimento é composto por diversos cidadãos daquele município, e, na PRM, compareceram o procurador jurídico do Município, Walterney Ângelo Reus, o morador Murialdo Gastaldon (que aparentava ser o líder do movimento e com certa influência política no município), e diversos moradores mencionados na ata que registrou a reunião realizada quando da Correição. A principal reclamação do Movimento diz respeito aos efeitos que a operação da Mineradora poderá causar sobre as reservas hídricas do município. A perfuração implica a retirada de milhões de litros de

água, o que estaria repercutindo inclusive sobre os poços existentes no município, que estariam secando. Houve pedido de intervenção ao procurador da República, Darlan Airton Dias, que possui atribuição para atuar nesse tipo de matéria. O Movimento entende que a atuação do Ministério Público Federal tem sido “acanhada”. Solicita adoção de medidas judiciais para fazer cessar definitivamente a atividade da mineradora.

O procurador da República, em relação a esse ponto, esclareceu que determinou a realização de estudos para apurar se os poços estão secando em razão da atividade da mineradora. As conclusões periciais não foram definitivas. Ele disse que instaurou inquérito civil para apurar os fatos. Que pediu arquivamento parcial do Inquérito, mas a 4ª Câmara determinou que se seguissem as investigações, na medida em que não há arquivamento “parcial”. Portanto, os estudos estão em curso.

O que se nota é que a questão envolve atuação específica, vinculada à independência funcional do procurador da República, sem qualquer repercussão de ordem disciplinar. Trata-se de atividade de mineradora, que implica grande aporte de investimentos e com repercussão sobre o meio ambiente. Desse modo, qualquer atividade tendente à paralisação dessa atividade econômica exige grande cuidado e verificação concreta de alto grau de probabilidade de dano ambiental. As provas, no caso concreto, não seriam definitivas, razão por que não houve adoção de medidas por ora. O que se vê na ação do procurador da República é uma ação cautelosa na adoção das providências cabíveis, de acordo com a sua consciência jurídica e a sua avaliação do quadro existente. Independentemente de se concordar ou não com o mérito de sua atuação, o que é certo é que sua atuação ética e funcional não está sob questionamento, nem mesmo pelos integrantes do *Movimento Içarense pela Vida*. Por conta disso, o Movimento foi orientado que a questão não envolve falta funcional, mas sim a atuação regular do procurador da República, de acordo com sua independência funcional e a sua avaliação dos fatos.

As demais reclamações e discussões ocorridas na reunião, estão registradas na ata lavrada pelo técnico administrativo da PRM, Adriel de Sá Monteiro, que segue em anexo a este relatório.

PRM Blumenau

Corregedor Auxiliar João Heliofar de Jesus Villar

Durante a correição que estava sendo realizada no gabinete do Dr. Eduardo de Oliveira Rodrigues, compareceu à PRM uma comissão de médicos, para apresentar reclamação em relação à atuação do Dr. Ricardo Kling Donini. Eram cinco médicos que entenderam que houve abuso de poder na atuação do procurador, quando de investigação que ele realizou em relação à jornada de trabalho dos peritos médicos do INSS. Todos eles são peritos médicos. Queixaram-se que somente tiveram notícia da investigação a partir de notícias de jornal, já com a menção de nomes. Alguns disseram que não foram ouvidos no procedimento de investigação antes da propositura da ação penal e foram surpreendidos com a ação penal.

Todos foram atendidos durante a correição e o relato que fizeram e os acontecimentos da reunião estão registrados em ata.

A questão novamente envolve a atuação do procurador da República a partir de avaliação de fatos que chegaram ao seu conhecimento, guiada pela sua consciência jurídica e independência funcional. Não houve desvio de conduta. O procurador não procurou a imprensa e sua ação partiu da constatação de que havia completa discrepância entre a jornada de trabalho registrada nos livros de ponto do INSS e a realidade dos fatos. As alegações dos médicos de que isso se passava com o conhecimento da chefia e de que os registros de jornada eram meramente formais, e que o mesmo fato acontece em todo o país, constituem questões que devem ser avaliadas no processo judicial, mas o certo é que nenhuma dessas alegações demonstram existência de desvio funcional.

A ata da reunião segue anexada a este relatório.

PRM LAGES

Corregedor Auxiliar Roberto Luís Oppermann Thomé

No início da manhã compareceu e foi atendida pelo corregedor auxiliar equipe de

reportagem de televisão local, buscando informar-se sobre a instituição e os trabalhos correicionais, não tendo havido procura por atendimento público.

PRM SÃO MIGUEL DO OESTE

Corregedora Auxiliar Solange Mendes de Souza

Foi atendido o Sr. Eugênio Barden, registrado em ata, durante o atendimento ao público.

6 CONCLUSÃO DA COMISSÃO

PR-SC (Corregedores Auxiliares Januário Paludo e João Francisco Bezerra de Carvalho)

A sede da PR/SC está localizada na Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, nº 4876, sede do Edifício Luiz Elias Daux, bairro Agrônômica, ocupando as torres I (área fim – gabinetes) e III (área meio – administração), constituindo em sede nova, ainda em instalação, com salas amplas, arejadas, com ampla e exclusiva área de estacionamento e garagens.

A sede se encontra bem localizada, guardando estreita proximidade com o Departamento da Polícia Federal (Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, nº 4744) e a sede da Justiça Federal (na mesma rua, ocupando o nº 4810), ambos podendo ser alcançadas a pé. Ademais, ao lado da sede da PR/SC também se encontra a seção da OAB/SC, sendo o edifício Luiz Elias Daux partilhado com a sede do MPT/SC (torre II), encontrando-se a torre 4 parcialmente ocupada pela representação da AJUFE/SC (quarto andar da torre IV), com os demais andares vazios, tendo sido revelado pela chefia da PR/SC o interesse na torre IV para ampliação da Unidade.

Localizada às margens da Beira Mar Norte de Florianópolis, no sentido centro-norte há parada de ônibus em frente à Unidade da PR/SC, o que em muito facilita o acesso dos cidadãos. Apenas merece ser registrado problema de acesso para quem vem no sentido norte-centro, visto não haver faixa para pedestre na frente e/ou nas proximidades da Procuradoria, tampouco passarela, levando os cidadãos a descer cerca de 1 km da entrada para fazer a travessia segura, ou fazer, naquele mesmo ponto, contorno para quem se dirige à Unidade com veículo automotor.

A sede da Unidade é própria, recém-construída, ainda estando sendo objeto de reforma, principalmente na torre administrativa. Até em razão de ser prédio novo, conta com plena acessibilidade, inclusive rampas e piso tátil, bem como foram instalados itens de segurança, inclusive com acesso biométrico e/ou por senha numérica nos andares.

A Unidade já está integrada ao Sistema Único e, portanto, há controle informatizado da entrada e saída de autos e documentos. O sistema, contudo, é deficitário como verificado nas demais unidades correicionadas, especialmente a lentidão. As Secretarias de Gabinete procedem constantes verificações dos prazos processuais e procedimentais e da permanência de autos e expedientes sem manifestação, mediante confrontação das informações contidas nos relatórios disponibilizados pelo sistema Único e os autos/expedientes em gabinete, exceto 6º e 4º ofícios criminal, conforme relatório individualizado.

Analisando a situação de todos os gabinetes da Unidade, merece destaque a situação do 4º e 6º Ofícios.

Para tanto, cumpre transcrever excerto de lavra da Procuradora da República Daniele Escobar, referente ao 4º Ofício Criminal, que consta no item 13 do Questionário que respondeu à Corregedoria-Geral:

- *"Por oportuno, impende ressaltar a situação desta PR/SC durante todo o ano passado e até a presente data, mormente em se tratando da área criminal, que se encontrava, até meados do mês de maio, com defasagem de dois (2) Procuradores da República, sendo a totalidade dos processos, procedimentos, audiências e demais demandas criminais atendidas somente por dois (2) Procuradores, o que reputamos tarefa hercúlea e desumana.*
- *Até abril de 2011 as Varas Criminais desta Capital eram atendidas por 4 Procuradores da República, titulares dos 4 Ofícios Criminais da PR/SC.*

- *No decorrer do ano de 2011 (praticamente todo o ano), tivemos a amarga experiência de ficarmos com uma vaga em aberto em Ofício Criminal, em função de merecida aposentadoria de colega titular do 3º Ofício.*
- *Desde 26 de abril de 2011, quando da aposentadoria do colega Carlos Antônio Fernandes de Oliveira, 3 procuradores estavam dividindo a carga de trabalho do 3º Ofício Criminal. Até aí, embora pesado, suportável o acúmulo. Ocorre que, a partir de 06-02-2012, houve remoção interna do Procurador que atuava no 4º Ofício Criminal para o 6º Ofício Cível, permanecendo apenas a signatária e o colega Marco Aydos respondendo pelos 4 Ofícios Criminais (IPLs, ações penais em andamento, execuções penais, transações penais, manifestações prisões em flagrante, em pedidos de liberdade provisória, quebras de sigilo, etc.), enfim, todas as manifestações pertinentes aos processos das Varas Criminais Federais de Florianópolis, sendo uma delas especializada em crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e Lavagem de Dinheiro.*
- *No mês de fevereiro de 2012, em razão de férias já marcadas e inadiáveis do Colega, a signatária suportou sozinha toda a carga de trabalho dos 4 Ofícios Criminais, chegando ao final do mês com sérios problemas de saúde gerados pelo forte estresse. Como se pode observar, não só a distribuição foi afetada pela ausência dos titulares de 2 Ofícios Criminais, como o número de Procuradores Criminais, ainda que estivesse o quadro atual completo, mostra-se insuficiente para suportar a atual demanda. **(Somos 11 Procuradores da República em Florianópolis, e apenas 4 vagas na área criminal)***
- *Gize-se que todo o esforço, no período citado, foi feito com o intuito de que o andamento dos feitos criminais não fosse prejudicado pela ausência de Procurador titular no Ofício. Ainda, inobstante solicitado ao Excelentíssimo Procurador-Geral da República fosse aberta substituição (itinerância) para os Ofícios vagos, como acontece em outras Unidades, só obtivemos êxito, ainda que de forma parcial (uma vaga apenas), após o não preenchimento das duas vagas de reposição [devidas, s.m.j.] pelo Eg. CSMPF. "*

Os Inquéritos Policiais, processos criminais, Peças de Informação Cíveis, Procedimentos Criminais e Inquéritos Cíveis Públicos relacionados no item V do questionário e relatórios GCONS referentes ao 4º Ofício Criminal efetivamente estão paralisados.

A paralisação, em alguns casos analisados, inclusive, é superior ao que consta no relatório GCONS. Há inquéritos policiais cujos fatos a serem apurados estão próximos do prazo de prescrição.

Foram verificadas diversas hipóteses de suspensão de Inquéritos e Ações penais, especialmente em crimes contra a ordem tributária, em face de parcelamento efetuado pelo indiciado/réu, gerando, com isso, distorção nos dados estatísticos de controle de prazos.

Especialmente com relação ao 6º Ofício Cível, sua maior dificuldade se encontra na tramitação adequada dos procedimentos administrativos e ICPs, mormente quando tem como atribuição a tutela do patrimônio público, em virtude da atual situação de vacância.

Sendo assim, há urgente necessidade de ser solucionada a vacância do 4º e 6º Ofícios, que estão com acúmulo de trabalho, excesso de prazo e casos beirando a prescrição, seja por lotação provisória, definitiva, ou redistribuição dos feitos a todos os demais Procuradores. Há também efetiva necessidade de atuação correcional extraordinária no 4º Ofício Criminal.

Quanto à atuação na PRE/SC, a estrutura de servidores se encontra no próprio TRE/SC, ainda que com corpo funcional do MPF, sendo composta por 3 analistas, 3 estagiários e 1 técnico administrativo, além de um outro estagiário cedido pelo próprio TRE/SC. A estrutura física da PRE/SC é bastante precária, necessitando adequação de espaço com aquisição de sala própria.

Por fim, a PRDC não conta com estrutura humana e material próprias, sendo usado, para atender as suas demandas, o corpo de servidores e estrutura material do gabinete do 7º ofício. Desta feita, o ideal seria que a PRDC possuísse estrutura humana e material próprias/assemelhadas do gabinete, inclusive com assessoria autônoma.

PRM-Blumenau (Corregedor Auxiliar João Heliofar de Jesus Villar)

A principal reivindicação dos Procuradores da República é que sejam providos os dois cargos vagos da lotação prevista para a PRM de Blumenau (a lotação prevista é de cinco procuradores). Segundo o relato que fizeram, não há problemas em relação à instalação física, que é ampla e plenamente satisfatória. O número de servidores também é adequado, mesmo porque os servidores que deveriam ser lotados nos gabinetes vagos, estão, por ora, vinculados

aos gabinetes dos colegas em atuação. O grande problema é o não provimento dos cargos vagos, que determina a sobrecarga de serviço sobre os procuradores com atuação na PRM.

O serviço é distribuído de forma equânime entre os procuradores, sem especialização de matéria.

Houve reclamações em relação ao Sistema Único, que não estaria funcionando satisfatoriamente. As reclamações relativas ao Único estão relatadas no item IX do questionário enviado à Corregedoria pelo Procurador da República Eduardo de Oliveira Rodrigues. Ele reitera esses comentários e solicita que isso seja registrado para que sejam adotadas providências destinadas a aperfeiçoar o sistema.

PRM-Chapecó (Corregedora Auxiliar Solange Mendes de Souza):

A Unidade precisa de mais um Procurador, conquanto não tenha espaço físico para a instalação de mais um gabinete. A falta de espaço é tanta que os funcionários alternam suas jornadas em razão da falta de postos de trabalho. Algumas modificações e reformas estão aprovados para minimizar essa dificuldade.

A equipe de servidores está completa para atender a dois membros, o que ajuda a dar vazão na demanda de trabalho.

Quanto à questão da segurança institucional, há uma certa vulnerabilidade dos documentos que ingressam, devendo ser fechado o acesso à sala onde ocorre a primeira triagem de processos e documentos que ingressam na Unidade, localizada junto ao local de fácil acesso ao público. A aquisição de detector de metais está dependendo de análise da USI.

O atendimento ao público é feito na mesma sala de reuniões, local em que está também instalada a Biblioteca. Quando algum cidadão comparece em momento de reunião, o atendimento é feito precariamente na própria recepção, local que não reúne condições de privacidade nem comodidade para nenhum depoente.

PRM-Criciúma (Corregedores Auxiliares João Heliofar de Jesus Villar e Roberto Luis Oppermann Thomé)

Os procuradores relataram a realidade da PRM, e esclareceram como se opera o sistema de distribuição do trabalho entre eles. Os três disseram que estão satisfeitos com as condições de trabalho e com a estrutura da PRM, tanto no que diz respeito aos aspectos físicos -, de instalação, mobiliário, espaço etc., - quanto no que respeita ao número de servidores no trabalho de apoio. Não houve qualquer reclamação quanto aos aspectos de segurança e em relação às condições de trabalho.

O prédio realmente apresenta excelentes condições. Fica em boa localização na cidade, num edifício com vários andares. A Procuradoria ocupa dois andares no edifício, e possui amplo espaço tanto para os gabinetes, quanto para os demais setores.

Os gabinetes são amplos, com boas instalações físicas e iluminação.

Como boa prática no gabinete da Procuradora da República Patrícia Muxfeldt fica o registro da existência de um armário próprio no ofício para os processos a serem despachados, organizado em ordem cronológica e de urgência, sugerindo que o sistema "Único" seja melhorado com atualização automática dos prazos e fazendo constar na tela principal a movimentação mais recente. Já no gabinete da Procuradora da República Rafaella Alberici de Barros Gonçalves fica o registro da realização de inspeção física nos feitos judiciais do ofício, que será periódica (anual)

É digno de destaque o trabalho realizado pelo procurador da República Darlan Airton Dias em relação à recuperação dos danos ambientais causados pelas empresas de mineração, especialmente carvão. Conforme o relato que pode ser conferido no questionário, no item X ('boas práticas da unidade'), várias empresas foram condenadas à recuperação das áreas degradadas, que chegam a 5.000 hectares, com reflexos sobre os rios Tubarão, Urussanga e Araranguá. Por iniciativa do procurador a implementação da recuperação das áreas tem envolvido intenso trabalho que é realizado por grupo técnico composto por representantes das empresas envolvidas, órgãos ambientais e por técnicos do próprio Ministério Público Federal. Graças a essa iniciativa a sentença que determina a recuperação ambiental da área tem alcançado efetiva atuação prática.

PRM – Itajaí (Corregedores Auxiliares Januário Paludo e João Francisco Bezerra de Carvalho)

Na reunião preparatória entre os Procuradores da PRM/Itajaí, foram abordados os seguintes pontos:

- i. a matéria ambiental é o carro chefe da Unidade;
- ii. a distribuição da atribuição da matéria ambiental criminal e da ambiental cível é organizada por critérios territoriais, procedendo-se à divisão tendo por critério os municípios que compõem a atribuição territorial da PRM/Itajaí, portaria de distribuição que já foi devidamente homologada pelo CSMPPF;
- iii. como um dos grandes problemas enfrentados pela Unidade, está a ausência de órgãos públicos parceiros na seara ambiental nos municípios abrangidos pela circunscrição da PRM/Itajaí, inclusive para responder a demandas periciais na matéria;
- iv. houve um grave problema de relacionamento com o juízo titular da 2ª Vara Federal de Itajaí, que, durante o exercício da jurisdição, extinguiu diversas ACPs ambientais;
- v. também foi reportado problema com a capacidade e a velocidade da banda da rede mundial de computadores;
- vi. para adequar capacitar os gabinetes sob o ponto de vista de recursos humanos, houve a alocação de uma FC1 para um técnico administrativo de modo a suprir a falta de assessoria, mormente quando há recomendação de não atribuir atividade de assessoria aos técnicos administrativos que não possuem funções comissionadas, fato que esclarece a demanda então apresentada por servidor à Corregedoria.

As instalações físicas da Unidade e acessibilidade são adequadas à atividade.

A unidade já está integrada ao Sistema Único e, portanto, há controle informatizado da entrada e saída de autos e documentos. O Sistema Único, contudo, é deficitário como verificado nas demais unidades correcionadas, especialmente a lentidão. As Secretarias de Gabinete procedem constantes verificações dos prazos processuais e procedimentais e da permanência de autos e expedientes sem manifestação, mediante confrontação das informações contidas nos relatórios disponibilizados pelo Sistema Único e os autos/expedientes em gabinete. Há necessidade de aprimoramento do Sistema Único e melhora da velocidade da banda da internet.

Os gabinetes dos procuradores possuem mesas, cadeiras e armários em número suficiente, bem como computadores e impressoras. As assessorias dos gabinetes possuem mesas, cadeiras e armários em número suficiente para os servidores e estagiários, bem como computadores, scanners e impressoras laser.

A Unidade conta com assessoria pericial. Todavia, dado o número de demandas na área ambiental, faz-se mister a ampliação de tal quadro de peritos, não obstante seja prestado auxílio na matéria por profissionais da Univale, que tem sede em Itajaí.

No gabinete do Dr. Pedro Paulo Nicolau Sacco, no tocante aos ICPs, inicialmente, por amostragem, foram selecionados os dois mais antigos, tratando-se dos feitos: ICP nº 1.33.008.000201/2001-01 e ICP nº 1.33.008.000244/2002-96, registrando-se a existência de um ICP renovado sem que diligências sejam promovidas. Diante desse quadro, foi ampliada a amostragem para outros vinte autos, nos quais também foi encontrado o mesmo problema, alertando-se o correicionado acerca dessas ocorrências, que se comprometeu, contando com o auxílio dos demais Procuradores e assessores da Unidade, para dar continuidade às investigações citadas ainda em curso, anelada e futura regularidade do andamento dos feitos que, talvez, deva ser verificado *a posteriori*. Não foram encontrados problemas que necessitem atuação da Corregedoria nos demais gabinetes da Unidade.

PRM-Joinville (Corregedor Auxiliar Marcus Vinícius Aguiar Macedo)

O espaço físico da PRM há muito se apresenta inadequado, havendo a necessidade urgente de aumentá-lo. Não possui sala destinada ao atendimento público, especialmente, às demandas de saúde, falta que gera constrangimento àqueles que, pela falta de privacidade, se vêem obrigados a expor assuntos de foro íntimo na presença de outras pessoas.

Não há sala de espera, de reunião, biblioteca, almoxarifado, copa/cozinha, ou mesmo espaço

para armazenamento de processos, procedimentos, materiais de uso no expediente e arquivo.

Não há estacionamento para veículos de usuários e de servidores da própria Instituição. A falta de estacionamento causa transtornos no momento de entrega de processos e de outros documentos provenientes de órgãos públicos e também de particulares. As 08 (oito) vagas de estacionamento são destinadas aos 04 (quatro) veículos oficiais e aos veículos dos Procuradores da República Oficiantes na PRM.

A recepção (onde é feito o atendimento à demanda de saúde) e o posto de vigilância ficam em área de uso comum do prédio, no 2º andar.

As instalações do 4º andar, local onde está situado o Gabinete do Procurador da República Rodrigo Joaquim Lima e sua assessoria, é extremamente vulnerável, pois que inexistente controle de acesso às aludidas salas, seja por uma vigilância humana e monitoramento por câmeras ou mesmo controle por sensores de movimento ou alarme, não havendo sequer, identificação própria do MPF.

Observou-se, também, a necessidade premente de novas adequações das salas, para a acomodação do 5º Procurador da República, que chegará em julho próximo para atuar junto à PRM Joinville/SC, e formação de sua Assessoria. Duas das salas, atualmente ocupadas individualmente pelos Membros, receberão divisórias e serão compartilhadas por dois Procuradores da República, cada.

Finalmente, no início do ano, a Coordenadoria da PRM encontrou uma opção viável de imóvel para locação, novo, bem localizado e de fácil acesso, e que atende plenamente as necessidades atuais da PRM Joinville/SC, com estrutura física suficiente para futura expansão que já teve o aval da Secretaria-Geral da PGR para locação. Foi informado ainda a este Corregedor-Auxiliar que o proprietário do aludido prédio se comprometeu em providenciar todas as benfeitorias necessárias para a nova instalação da Procuradoria, como: piso, divisórias, teto, instalação elétrica e de lógica, conforme layout elaborado pela PRM, mediante um prazo de 5 meses para entrega, após a assinatura do contrato. Diante disso, há uma previsão de mudança para a nova Sede para meados de dezembro/2012.

PRM-Lages (Corregedor Auxiliar Roberto Luís Oppermann Thomé)

A correição ordinária na PRM Lages realizou-se no dia 21 de junho de 2012, na sede local, bem localizada e segura, com visita às instalações físicas, adequadas, contato com servidores e colega Procurador da República Nazareno Jorgealem Wolff.

O quadro de servidores (2 analistas processuais, 5 técnicos administrativos, 6 estagiários e 2 “outros”) é suficiente.

Reside o Procurador da República na cidade, não exercendo o magistério (itens I.4 e I.5 do questionário anexo); participa de sociedade comercial (item I.6), o que é objeto específico de processo CSMPF nº 1.00.001.000185/2011-58 (CGMPF nº 1.00.002.000090/2009-18), ut Anexo X do procedimento nº 1.00.002.000035/2012-15.

Preliminarmente cabe referir que houve afastamento do membro titular no período de 07/02/2012 a 05/06/2012 (Portaria PGR nº 46, de 08/02/2012), e seu retorno há menos de 30 dias, tendo sido no período substituído pelos colegas Procuradores da República CLAUDIO VALENTIM CRISTANI e DARLAN AIRTON DIAS, que produziram “relatório de atuação - Portaria nº 96/2012”, juntado no anexo X deste expediente. Este registro é importante pois conforme se constata, os dados, em especial os relativos a desempenho funcional, não refletem a real produtividade da/na PRM nos últimos 12 meses. Assim, por exemplo, no período em que houve substituição, foram ajuizadas 24 ações penais e 3 ações civis públicas, interposto 1 agravo em execução, houve 1 proposta de transação penal, 21 alegações finais, 14 contrarrazões de recurso, 34 arquivamentos e 364 pareceres e manifestações diversas, com participação dos colegas substitutos em 35 audiências judiciais e 2 audiências públicas, sendo saneados os feitos extrajudiciais, segundo relato datado de 4 de junho de 2012 (anexo X), havendo ainda sido preenchido questionário em 28/05/2012 para os trabalhos de correição ordinária, posteriormente substituídos por outras versões e diversa autoria.

Quanto aos “feitos sob responsabilidade do(s) membro(s)” (item V) , repetindo-se algumas incoerências entre os dados constantes dos sistemas e constatação física, há 1 “peça de

informação cível (tutela coletiva, PRDC) e/ou criminal” tramitando há menos de 30 dias; 2 procedimentos administrativos cíveis (tutela coletiva e PRDC) tramitando há menos de 90 dias; 1 outro, que figura tramitar há mais de 180 dias (proc. adm. Nº 1.33.006.000125/2010-63), em realidade, conforme extrato do Sistema Único fora encaminhado em 25/10/2010 a Delegacia de Polícia Federal; 28 inquéritos civis tramitando há menos de um ano e 1 procedimento investigatório criminal há menos de 90 dias.

PRM- Rio do Sul (Corregedores Auxiliares Januário Paludo e João Francisco Bezerra de Carvalho)

A sede da Unidade não é própria, sendo alugada, estando situada entre os logradouros Alameda Aristiliano Ramos (número 900) e Avenida Oscar Barcelos, no centro empresarial Laura Pasqualini, ocupando, com exclusividade, todo o segundo andar, correspondente às salas 201 a 204, possuindo uma área útil de, aproximadamente, 360 m2, incluída as garagens, em número de quatro.

A Unidade correicionada possui dois veículos oficiais, uma Nissan Frontier e um Fiat LÍnea, havendo a disponibilização de uma garagem para o Procurador da República, afora uma outra garagem, destinada a visitantes eventuais.

A entrada da Unidade que se encontra voltada para a Avenida Oscar Barcelos possui rampa de acesso, gozando de razoável acessibilidade, nos termos legais. Já na entrada pela Alameda Aristiliano Ramos o acesso se dá por escada, não dispondo, portanto, de acessibilidade para cadeirantes e/ou portadores de deficiência/limitação física.

Em matéria de acessibilidade, também foram liberados recursos para adaptação de um banheiro, com instalação de barras de segurança, já contando com porta mais larga para permitir acesso a cadeirante. Merece relevo que a Unidade conta com um estagiário deficiente visual, tendo sido adequado um dos banheiros para atender a deficiência visual.

No prédio há dois elevadores, ambos dando acesso ao corredor único que une as quatro salas do andar. E como a Unidade da Procuradoria ocupa todo o andar, como antes mencionado, ambos os elevadores atendem à Unidade

Na circunscrição territorial, que abrange 29 municípios, dentre os quais a cidade de José Boiteux, que dista cerca de 40 km da sede, há uma comunidade indígena (terra indígena La-klaño).

O espaço físico da Unidade ainda admite um incremento de 3 servidores. Há liberação orçamentária para instalação de CFTV, composta por duas câmeras nas saídas dos elevadores e da escada de emergência, quatro nas áreas internas e quatro outras nas áreas externas, que circunda todo o andar, duas no hall de entrada do prédio, abrangendo as duas entradas, duas na garagem e duas no lado externo, na entrada da garagem – acesso do carro oficial, destacando-se que no mapeamento para disposição das câmaras do sistema de CFTV foi dada ênfase a um sistema de duplo controle, no qual cada câmara acaba monitorando a outra, estando sendo cotado equipamento de gravação que abranja 180 dias de imagens.

Ainda no que tange à segurança, no próprio gabinete há um cofre para documentos sensíveis e/ou sigilosos. Também há previsão orçamentária para compra de mais um cofre para permanecer na área administrativa para questões de segurança da Unidade, bem como detector manual de metais. Destaca-se que no dia da inspeção foi recebida uma das cotações de preços para tais equipamentos de segurança, apresentada pela empresa Potmagic Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda., cotação esta apresentada ao Corregedor-Auxiliar.

O atendimento ao cidadão é feito em balcão da área administrativa, onde é feito a filtragem do atendimento. Quando é necessária a colheita de depoimentos/declarações, o cidadão é encaminhado para a área jurídica.

O balcão também é a porta de entrada da Unidade, de documentos administrativos, jurídicos e processos, onde é feito o cadastramento no sistema Único, dando-se o devido encaminhamento. Todo e qualquer documento recebido na Unidade é cadastrado no Único.

O Sistema Único apresenta problemas, tanto no manuseio por parte dos servidores quanto na velocidade da banda da internet, o que demanda tempo de servidores para alimentar o sistema. O ideal seria alterar a atual velocidade de 2mb para 4mb. No horário das 12hs às 12hs, praticamente é inviável a utilização do Sistema.

Foi apontada deficiência de pessoal, pois a PRM não consegue manter analista

processual. Em 03 anos, pela PRM passaram 03 analistas que pediram regular remoção. A PRM ficará desfalcada com a saída da única servidora – Carolina, com capacidade para assessorar a atividade fim. O outro analista tem dificuldades de responder à demanda, o que já foi comunicado à chefia da PR/SC. Há necessidade de dotação de mais uma CC2. Ante a situação funcional narrada, há necessidade de dotação de servidor com formação jurídica para continuidade dos serviços, especialmente com a próxima saída da Assessora.

Identificou-se também sobrecarga de trabalho tanto do Procurador quanto dos servidores para manter e cumprir os prazos, pois há excedente de horas trabalhadas conforme certidão e não há como compensar no banco de horas. Exemplo disso, temos o fato que o Procurador esteve inscrito em curso de Pós-graduação “Globalização, Justiça e Segurança Humana” da ESMPU e teve que sobrestar tal atividade em razão da carga de trabalho.

Outrossim, segundo laudo médico que apresentou, a carga e rotina de trabalho está afetando sua saúde.

Relativamente aos relatórios e exame dos autos, foram detectadas inconsistências nos lançamentos do Sistema Único. Da amostragem relacionada no questionário examinado, foi observado que alguns ICPs haviam sido instaurados em data anterior ao lançamento no Único, o que gerou distorção no relatório GCONs pela data de instauração. Tais distorções serão corrigidas pela PRM tão logo o Sistema Único permita.

PRM-São Miguel do Oeste (Corregedora Auxiliar Solange Mendes de Souza):

A Procuradora da República Maria Rezende Capucci utiliza uma ferramenta para controle dos e-procs através do GOOGLE DOCS, que foi copiado da PRM Chapecó, com adaptação às necessidades daquela Unidade e que lhe permite uma visualização mais clara e pronta dos e-procs que estão com vista ao MPF e respectivos prazos. A Procuradora solicitou ao Procurador-Chefe que sugira à equipe de informática do Judiciário para introduzir uma classificação no “Painel dos Procuradores” do e-proc uma listagem de processos sigilosos, para que o Procurador sempre saiba quais os processos que não estão sendo visualizados pela equipe de Gabinete, mas apenas pelo membro do MPF. A corregedora auxiliar observou que os e-mails de distribuição que são recebidos nas Unidades listam todos os processos, inclusive os sigilosos, que podem ser identificados pela equipe de Gabinete.

Entende a Procuradora correicionada que seria importante a Polícia Federal instalar Delegacia em São Miguel do Oeste e não apenas na fronteira (Dionísio Cerqueira), como é hoje, para melhor integração do trabalho interinstitucional.

A Unidade está em local inadequado, insuficiente quanto ao tamanho. As dimensões do gabinete são razoáveis, mas não é bem iluminado. A situação ficará bem pior com a chegada de mais um Procurador da República.

Não há espaço exclusivo, nem adequado, para o atendimento ao público. Tampouco atende às questões de acessibilidade e não há banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais.

A corregedora auxiliar conheceu um imóvel que foi identificado pela Procuradora correicionada, visando à instalação da Unidade. Embora não tenha sido possível visitar seu interior, tanto o local como as dimensões, além das informações prestadas pela correicionada, indicam que a Unidade ficará instalada em local adequado.

Não há detector de metais na Unidade, embora a correicionada tenha recebido ameaças e submetido-se a escoltas em algumas oportunidades.

A correicionada também ressalta que a equipe de servidores é bastante comprometida com o trabalho, ultrapassando os limites do banco de horas, sempre que necessário, o que vem sendo uma constante.

Há urgente necessidade de lotação de mais analistas processuais na Unidade, ainda mais com a chegada de mais um Procurador da República, uma vez que os servidores sempre ultrapassam o permitido pelo banco de horas.

PRM- Tubarão (Corregedor Auxiliar João Heliofar de Jesus Villar)

A sede da Procuradoria fica em um prédio de cinco andares, e se situa no quinto andar. No segundo ao quarto andar fica a sede da Justiça Federal. O espaço reservado à PRM conta com 466m² e duas vagas de garagem. O gabinete do procurador é espaçoso. O prédio recebe boa iluminação natural, é bem arejado e não tem graves problemas de espaços. O gabinete é amplo e as instalações físicas são satisfatórias. Não há garagem para o carro do procurador.

Os demais espaços não ocupados pela Justiça e pelo MPF são ocupados por empresas comerciais. Na entrada do prédio não há nenhum mecanismo de controle ou de segurança. Ao chegarmos na entrada do prédio há apenas um porteiro e não havia nenhuma vigilância. Na entrada da Procuradoria há um vigilante. Há um plano de segurança elaborado por servidor da unidade que está em poder da chefia da Procuradoria em Florianópolis. O procurador não relatou qualquer problema de segurança em sua atuação na PRM. Não há câmeras de vigilância no prédio.

A PRM responde pelas subseções judiciárias de Tubarão e Laguna. Há o problema de deslocamento para Laguna, que se complica no verão por causa do tráfego acentuado da BR 101. O ideal é a lotação de dois procuradores na PRM. Com a necessidade de deslocamento para a realização de audiências em Laguna, e os graves problemas de tráfego, que são comuns na BR 101, é muito difícil o atendimento satisfatório da demanda das duas subseções por um só procurador. Por vezes, para fazer o pequeno trecho entre as duas cidades perdem-se horas, por conta do tráfego. A principal reivindicação do procurador é a lotação de mais um colega para atender à subseção de Laguna. Em relação a isso, o colega ressalta que há grande e séria demanda em matéria ambiental. O grande problema são os 120km de costa, com praias muito frequentadas, como a praia do Rosa, Jaguarúna, etc. É impossível para um procurador dar conta de toda essa demanda de modo proativo, e ao mesmo tempo atender às audiências, e as outras matérias sob a atribuição da Procuradoria.

Há controle por planilha da situação dos procedimentos na unidade da tutela coletiva. A partir do programa Excel, a planilha aponta a situação de cada procedimento, com avisos para os que estão sem providência há mais de sessenta dias, ou com ofícios com resposta em atraso, ou para os procedimentos que duram há mais de um ano.

O gabinete está em ordem e os processos dentro do prazo. Não há feitos atrasados, e os procedimentos administrativos e inquéritos civis obedecem aos prazos estabelecidos nas resoluções do Conselho Superior e do CNMP.

Quanto às demais unidades do Estado de Santa Catarina, não foram observados problemas que demandassem atuação da CMPF.

7 ANEXO (DISTRIBUIÇÃO PR-SC E CORREGEDOR AUXILIAR)

| PR-SC - CORREICIONADOS | | | | |
|-------------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|------------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Marco Aurélio Dutra Aydos | 7 | Procurador da República | PR-SC | Januário Paludo |
| Analucia de Andrade Hartmann | 12 | Procurador da República | PR-SC | Januário Paludo |
| Walmor Alves Moreira | 18 | Procurador da República | PR-SC | Januário Paludo |
| Marcelo da Mota | 208 | Procurador da República | PR-SC | João Francisco Bezerra de Carvalho |
| Daniele Cardoso Escobar | 30 | Procurador da República | PR-SC | Januário Paludo |

| | | | | |
|--------------------------------|------|-------------------------|-------|------------------------------------|
| Carlos Augusto de Amorim Dutra | 39 | Procurador da República | PR-SC | Januário Paludo |
| André Stefeni Bertuol | 171 | Procurador da República | PR-SC | João Francisco Bezerra de Carvalho |
| Mauricio Pessuto | 196 | Procurador da República | PR-SC | João Francisco Bezerra de Carvalho |
| Eduardo Baragan Seroa da Motta | 292 | Procurador da República | PR-SC | João Francisco Bezerra de Carvalho |
| 4º Ofício Criminal | Vago | ----- | PR-SC | Januário Paludo |
| 6º Ofício Cível | Vago | ----- | PR-SC | João Francisco Bezerra de Carvalho |

| PRM Blumenau - CORREICIONADOS | | | | |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|--------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| João Marques Brandão Neto | 52 | Procurador da República | PRM - Blumenau | João Heliofar de Jesus Villar |
| Eduardo de Oliveira Rodrigues | 111 | Procurador da República | PRM - Blumenau | João Heliofar de Jesus Villar |
| Ricardo Kling Donini | 293 | Procurador da República | PRM - Blumenau | João Heliofar de Jesus Villar |

| PRM Caçador - CORREICIONADOS | | | | |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|----------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Anderson Lodetti Cunha de Oliveira | 466 | Procurador da República | PRM - Caçador | Eugênio José Guilherme de Aragão |

| PRM Chapecó - CORREICIONADOS | | | | |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|--------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Renato de Rezende Gomes | 448 | Procurador da República | PRM - Chapecó | Solange Mendes de Souza |

| PRM Concórdia - CORREICIONADOS | | | | |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------------|-----------------|--|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Andrei Mattiuzi Balvedi | 491 | Procurador da República | PRM - Concórdia | Eugênio José Guilherme de Aragão |

| PRM Criciúma - CORREICIONADOS | | | | |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|----------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Darlan Airton Dias | 296 | Procurador da República | PRM - Criciúma | João Heliofar de Jesus Villar |
| Patricia Muxfeldt | 436 | Procurador da República | PRM - Criciúma | Roberto Luís Oppermann Thomé |
| Rafaella Alberici de Barros Gonçalves | 450 | Procurador da República | PRM - Criciúma | Roberto Luís Oppermann Thomé |

| PRM Itajaí - CORREICIONADOS | | | | |
|------------------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|--|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Roger Fabre | 232 | Procurador da República | PRM - Itajaí | Januário Paludo |
| Pedro Paulo Reinaldi | 318 | Procurador da República | PRM - Itajaí | João Francisco Bezerra de Carvalho |
| Pedro Nicolau Moura Sacco | 442 | Procurador da República | PRM - Itajaí | João Francisco Bezerra de Carvalho |

| PRM Jaraguá do Sul - CORREICIONADOS | | | | |
|--|--------------------|-------------------------|----------------------|----------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Cláudio Valentim Cristiani | 62 | Procurador da República | PRM – Jaraguá do Sul | Marcus Vinícius Aguiar Macedo |

| PRM Joaçaba - CORREICIONADOS | | | | |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|--|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Daniel Ricken | 508 | Procurador da República | PRM - Joaçaba | Eugênio José Guilherme de Aragão |

| PRM Joinville - CORREICIONADOS | | | | |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------------|-----------------|--------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Davy Lincoln Rocha | 121 | Procurador da República | PRM - Joinville | Marcus Vinícius Aguiar Macedo |
| Rodrigo Joaquim Lima | 406 | Procurador da República | PRM - Joinville | Marcus Vinícius Aguiar Macedo |
| Tiago Alzuguir Gutierrez | 425 | Procurador da República | PRM - Joinville | Marcus Vinícius Aguiar Macedo |
| Mario Sergio Channage Barbosa | 431 | Procurador da República | PRM - Joinville | Marcus Vinícius Aguiar Macedo |

| PRM Lages - CORREICIONADOS | | | | |
|-----------------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|--------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Nazareno Jorgealem Wolff | 63 | Procurador da República | PRM - Lages | Roberto Luís Oppermann Thomé |

| PRM Mafra - CORREICIONADOS | | | | |
|-----------------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|--------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Daniel Holzmann Coimbra | 412 | Procurador da República | PRM- Mafra | Marcus Vinícius Aguiar Macedo |

| PRM Rio do Sul - CORREICIONADOS | | | | |
|--|--------------------|--------------|----------------|--------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |

| | | | | |
|---------------------------|-----|-------------------------|------------------|-----------------|
| Flavio Pavlov da Silveira | 486 | Procurador da República | PRM – Rio do Sul | Januário Paludo |
|---------------------------|-----|-------------------------|------------------|-----------------|

| PRM São Miguel do Oeste - CORREICIONADOS | | | | |
|---|--------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Maria Rezende Capucci | 478 | Procurador da República | PRM- São Miguel do Oeste | Solange Mendes de Souza |

| PRM Tubarão - CORREICIONADOS | | | | |
|--|--------------------|-------------------------|----------------|--------------------------------|
| Nome | Antiguidade | Cargo | Lotação | Corregedores Auxiliares |
| Michael von Muhlen de Barros Gonçalves | 418 | Procurador da República | PRM -Tubarão | João Heliofar de Jesus Villar |